



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
Programa de Pós-Graduação em História

---

**U**NIRIO  
*história*

---

**FABRÍCIO AUGUSTO SOUZA GOMES**

**CONSPIRAÇÕES EM BOTAFOGO  
SOB A SOMBRA DAS PALMEIRAS:  
O ISEB, OS MILITARES E A  
IMPRENSA**

*Para todos aqueles que acreditam em sonhos, mudanças e projetos...*

## AGRADECIMENTOS

Considero esta parte referente aos agradecimentos uma das mais difíceis em todo trabalho acadêmico. Trata-se de uma tarefa árdua para alunos e pesquisadores colocar no papel a quantidade de pessoas e instituições que contribuíram, ao longo de uma jornada de dois anos, para o êxito de um projeto.

Entretanto, algumas pessoas merecem ser lembradas. Uma delas é a professora Alzira Alves de Abreu, do CPDOC/FGV, cuja contribuição foi fundamental, ao me receber para uma conversa sobre sua pesquisa de doutorado, na França, justamente sobre o ISEB. Além das informações preciosas, que em muito me ajudaram, Alzira foi além das possibilidades: cedeu, gentilmente, duas pastas de seu arquivo pessoal, contendo praticamente todo o material levantado por ela para o doutorado. A partir deste acervo, pude colher dados que me foram úteis neste trabalho, além de me motivar a refletir acerca de novas questões sobre os intelectuais do ISEB.

O professor José Murilo de Carvalho é outra pessoa a quem tenho que agradecer, já que suas aulas de “Pensamento Social e Político Brasileiro no Século XX” – uma disciplina que cursei na UFRJ – me ajudaram a entender o pensamento teórico de alguns intelectuais isebianos. José Murilo de Carvalho também disponibilizou importantes textos sobre o ISEB, contribuindo de forma decisiva para minha pesquisa.

Rodrigo Czajka, da Unicamp, é outro nome que não posso deixar de citar. Sua tese de doutorado “Praticando delitos, formando opinião: intelectuais, comunismo e repressão no Brasil (1958-1968)” foi importante para que eu pudesse levantar algumas questões sobre a campanha anticomunista deflagrada contra o ISEB, entendendo o contexto da época.

Agradeço também à minha orientadora, Lucia Grinberg, pela importante contribuição na sugestão de novas abordagens, sempre na tentativa de fugir ao óbvio já apresentado em outros trabalhos sobre o ISEB, pela paciência nas tantas idas e vindas das versões desta dissertação, sempre lendo e relendo, anotando e recomendando. Um exaustivo trabalho que sem dúvida agora felizmente é concluído.

Os tantos professores de História que passaram por minha vida acadêmica não podem ser deixados de lado. Desde os tempos escolares, passando pela graduação em História na Universidade Gama Filho e pelas duas especializações – em História do Brasil e História Contemporânea – na Universidade Federal Fluminense, até chegar aos professores do mestrado, na UNIRIO, todos foram fundamentais para que eu moldasse e renovasse, ao longo dos anos, minha paixão pela História. Se eu pudesse citar todos aqui, nome por nome, teria que escrever um trabalho apenas sobre eles, personagens relevantes em minha trajetória acadêmica.

Os amigos também merecem ser lembrados, especialmente aqueles que deram força e incentivo. Os amigos Luiz Arthur Barros, Luiz Eduardo Guttler e Paulo Vinícius Figueiredo dos Santos, meus colegas na Universidade Gama Filho, foram entusiastas de primeira hora quando decidi tentar o mestrado; o amigo Emídio Carvalho, colega das especializações na Universidade Federal Fluminense, sempre atento e crítico nas questões historiográficas; e os colegas do mestrado – Bruno Mussa Cury, Camila Belarmino, Carlos Augusto Figueira, Marcelo Ferro, Renata Saavedra, Ricardo Mariani, Rodrigo Netto e Victor Emmanuel Abalada – cujos temas de dissertação foram tão diversos ao meu, mas nos quais pude aprender novas questões e compartilhar experiências nas aulas.

Agradeço aos amigos Michel Pellon e Rachel Bevilacqua Daza, meus contatos internos na Fundação Getúlio Vargas, pela facilidade de acesso ao acervo da Biblioteca da FGV.

Nesse longo caminho que venho trilhando, meus pais são figuras inquestionáveis, seja pelo apoio incontestado, em todos os momentos, seja pela força, crença e entusiasmo em mim depositados. Minha família, minhas avós, tantas pessoas, tantos significados pessoais...

Agradeço àqueles que acreditaram e acreditam em mim, tanto na esfera pessoal, como na esfera profissional, e se mantiveram ao meu lado nessa caminhada, sem hesitar. Estes são os verdadeiros amigos, sempre presentes e leais.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: À sombra das Palmeiras	6
CAPÍTULO 1: O ISEB e suas distintas interpretações: uma análise historiográfica sobre o tema	15
CAPÍTULO 2: Os intelectuais, as práticas e os distintos projetos de ISEB	39
2.1. As práticas do ISEB	42
2.2. Os distintos projetos de ISEB	56
CAPÍTULO 3: Os conspiradores de Botafogo: O ISEB, os militares e a imprensa	70
3.1. Quebra de hierarquia e comunização do país: os quartéis se mobilizam	70
3.2. O ISEB nas páginas dos jornais	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116

## INTRODUÇÃO

### **À sombra das Palmeiras...**

Aos treze dias do mês de abril de 1964, sob decreto presidencial nº 53.884, Paschoal Ranieri Mazzili, então presidente da República em exercício, numa das primeiras medidas tomadas após o golpe civil-militar, tornava extinto o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), selando em definitivo, o destino da instituição. Alguns dias antes, o ISEB fora invadido e depredado por grupos que se diziam revolucionários, e sua sede, situada na Rua das Palmeiras, 55, no bairro de Botafogo, zona sul do Rio de Janeiro, foi praticamente destruída e seus documentos, arquivos e livros foram apreendidos pelas forças de segurança ou então consumidos pelo fogo.

Dali a alguns dias começaria o Inquérito Policial Militar (IPM) nº 481, do qual o coronel Gerson de Pina, lotado no Quartel do I Batalhão da Polícia do Exército, no Rio de Janeiro, seria o encarregado de investigar as atividades supostamente subversivas do recém-extinto ISEB – apontado como um dos artífices da instabilidade política e social do Brasil no início da década de 1960. Um IPM que citaria 60 pessoas envolvidas – entre as quais três ex-presidentes da República – Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart - e teria 30 volumes, num total de oito mil páginas, contendo depoimentos, fotografias, livros e uma grande quantidade de volumes apreendidos, com o propósito de confirmar supostas atividades comunistas do instituto<sup>1</sup>.

Entretanto, em meio a essa movimentação de repressão, um acontecimento permaneceu despercebido ao longo desses anos – e que acabou por ser um dos fatos que instigaram a realização deste projeto: a informação de que parte do acervo da biblioteca do ISEB estaria localizado atualmente, nas dependências da Escola Superior de Guerra (ESG)<sup>2</sup>, tendo sido levada pelo marechal Osvaldo Cordeiro de Farias – que após a

---

<sup>1</sup>CZAJKA, Rodrigo. *Praticando delitos, formando opinião: intelectuais, comunismo e repressão no Brasil (1958-1968)*. “Auto de Busca e Apreensão. Página 3”. Anexo I. Tese de doutorado. Unicamp, 2009.

<sup>2</sup>JAGUARIBE, Hélio. “O ISEB e o desenvolvimento nacional” In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. Pág. 38.

devassa na sede do ISEB, assumiria a pasta de ministro extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais do Governo Castelo Branco – que depois iria ganhar a denominação de Ministério do Interior -, transformando a casa da rua das Palmeiras em sede do novo ministério.

Esse episódio é o ponto de partida deste trabalho, que se propõe tecer a análise de uma instituição que, durante a década de 1950 e início da década seguinte, foi a vanguarda do pensamento social e político brasileiro. Mais do que isso: tem a proposta de entender sua relação com setores militares ao longo dos governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, muitas vezes comparada aos movimentos de sístole e diástole, com propostas semelhantes e profundas contradições, muito devido à heterogeneidade de seus integrantes e também ao fato das Forças Armadas constituírem um bloco não homogêneo, tensionadas por correntes internas. Também é relevante e perturbador perceber que embora assumisse a concepção e condução de uma ideologia que se materializou no projeto nacional-desenvolvimentista no governo de Juscelino Kubitschek, o ISEB estivesse situado no centro de um polêmico processo de investigação iniciado pelo Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), culminando com a instauração de um IPM semanas após o golpe civil-militar ocorrido em 1964.

Criado em 14 de julho de 1955, na mesma data emblemática da Tomada da Bastilha, na Revolução Francesa, sob decreto presidencial 57.608, e inaugurado em 7 de outubro do mesmo ano, o ISEB tinha como finalidade o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais - notadamente de sociologia, da História, da Economia e da Política - especialmente com o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e “à compreensão crítica da realidade brasileira, visando a elaboração de instrumentos teóricos que permitissem o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional”<sup>3</sup>. Numa parceria com o governo, o grupo de intelectuais capitaneado por Hélio Jaguaribe pensou a instituição como um órgão que se propunha estudar os problemas nacionais, visando o incentivo e promoção do desenvolvimento nacional.

A heterogeneidade intelectual existente no ISEB constituiu-se de certo ineditismo na época. Congregar tantos intelectuais, de diferentes origens e formações teóricas e ideológicas era algo inédito até então. Mas foi também o preço que o ISEB

---

<sup>3</sup>BRASIL. Decreto nº 57.608, de 14 de julho de 1955.

pagou, quando, em fins de 1958, ocorreu divulgação de trechos da obra *O nacionalismo na atualidade brasileira*, de Hélio Jaguaribe - instaurando acentuadas discordâncias no instituto. Tal episódio motivou a cizânia entre seus integrantes, motivando mudanças substanciais nos projetos do ISEB. Um dos impactos gerados deu-se com um novo decreto, em 15 de abril de 1959<sup>4</sup>, após transformações estruturais em sua organização interna. A direção do ISEB viu-se então diante de uma escolha: ou permanecer com os objetivos de ser uma escola de altos estudos pós-universitários, ou partir para uma reformulação interna, incrementando ainda mais o pensamento nacionalista em suas hostes acadêmicas. O novo decreto, mais abrangente, alterava o Regimento Geral do ISEB, extinguindo o Conselho Consultivo, criando a Congregação, que mudava o estatuto da instituição e concedia relativa autonomia ao instituto, foi interpretado pelos gabinetes militares como uma afronta aos rígidos padrões de hierarquia, existente nos quartéis.

O ISEB representou a incursão de um grupo de intelectuais, de distintas orientações políticas e ideológicas, no universo das idéias da problemática brasileira e, de acordo com a interpretação de alguns autores – entre os quais os próprios intelectuais do ISEB que posteriormente escreveram suas memórias sobre o instituto, como Nelson Werneck Sodré e Hélio Jaguaribe, teve fases distintas em seus nove anos de existência, onde foram formulados e intensamente debatidos projetos econômicos, sociais e culturais.

Seus principais integrantes foram os filósofos Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier e Michel Debrun; o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos; os economistas Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida e Ewaldo Correia Lima; o historiador Nelson Werneck Sodré; e os cientistas políticos Hélio Jaguaribe e Cândido Mendes de Almeida.

O projeto do ISEB datava de muito antes da criação do instituto. Sua gênese encontrava-se num suplemento cultural na 5ª Página do *Jornal do Commercio*, publicado a partir de 24 de julho de 1949, semanalmente às sextas-feiras, em artigos de Helio Jaguaribe e Oscar Lorenzo Fernandez. A 5ª Página foi conseguida graças ao poeta Augusto Frederico Schmidt (amigo de Helio Jaguaribe), que interveio junto ao diretor do jornal. A partir de 1952, um grupo de estudiosos do Rio de Janeiro e de São Paulo

---

<sup>4</sup>BRASIL. Decreto nº 45.811, de 15 de abril de 1959.

começou a se reunir, periodicamente, na cidade de Itatiaia (RJ) para discutir os grandes problemas da época. O local, disponibilizado por João Cleofas, ministro da Agricultura de Getúlio Vargas e pertencente à UDN pernambucana – onde Vargas buscara apoio na eleição presidencial anterior - fora estrategicamente escolhido, já que se situava na metade do caminho entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.<sup>5</sup> Daí a denominação de *Grupo de Itatiaia*, pela qual o grupo ficou conhecido. Aqueles que vinham de São Paulo tinham, em sua maioria, formação filosófica, com posicionamento à direita. Já o grupo oriundo do Rio de Janeiro tinha formação em Ciências Sociais. Constava na pauta dos encontros o debate de problemas relacionados à interpretação econômica, sociológica, política e cultural da época, com a análise, em particular, das idéias e dos fenômenos políticos contemporâneos e com o estudo histórico e sistemático do Brasil, encarado, igualmente, do ponto de vista econômico, sociológico, político e cultural.

Os integrantes fluminenses do Grupo de Itatiaia perceberam que era necessário tornar os estudos mais sistemáticos e, alguns meses depois, já em 1953, seria criado o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), responsável, entre 1953 e 1956, pela edição de cinco volumes dos *Cadernos de Nosso Tempo*. A importância do IBESP e dos *Cadernos* é que eles continham a base teórica do nacionalismo, que ganharia força cada vez maior no Brasil nos anos posteriores, e serviriam de ponto de partida para a constituição do ISEB.<sup>6</sup>

O ISEB foi fruto da institucionalização do IBESP no contexto governamental e representou uma singular reflexão sobre a problemática brasileira dos anos 50. Havia, um ano antes da criação oficial deste instituto, a idéia de se construir um instituto nos moldes do *College de France* ou, em termos latino-americanos, um instituto espelhado no *Colegio de Mexico*, sendo Hélio Jaguaribe o principal artífice na elaboração dos trabalhos preparatórios, com o nome de *Colégio do Brasil*.<sup>7</sup>

---

<sup>5</sup>JAGUARIBE, Hélio. “ISEB, um breve depoimento e uma reapreciação crítica”. *Cadernos de Opinião*, n. 14, p. 94-110, out./nov. 1979.

<sup>6</sup>Idem.

<sup>7</sup>JAGUARIBE, Hélio. “O ISEB e o desenvolvimento nacional” In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 38.

Outra proposta era fazer algo similar à *Presses Universitaires de France*, uma grande editora que permitisse ao intelectual brasileiro um instrumento dotado de ampla difusão de idéias e acesso a livros de alta cultura.

O suicídio de Getúlio Vargas, em agosto de 1954, adiou o projeto, mas no ano seguinte, no governo de João Café Filho, sob decreto presidencial, no âmbito do Ministério da Educação e Cultura (MEC), foi criado o ISEB, reunindo um conjunto de atividades de estudos e ensino, com autonomia de pesquisa e cátedra, e dividido em departamentos, sendo que alguns acadêmicos desempenhariam atividades não-remuneradas, diante da verba bastante restrita.

O que distingue este trabalho dos estudos já apresentados sobre o ISEB reside no fato de que se propõe, com base em relatórios de aulas, documentos militares sigilosos, artigos publicados em jornais e revistas da época, a entender o instituto como agência de articulação política, vinculada ao MEC, sintoma de profundas transformações vividas pelo Brasil, desde sua criação, em 1955, até seu fechamento, em 1964. Trata-se não de interpretar o ISEB como um ator social isolado neste contexto, mas como instituição moldada por seus integrantes, que se era heterogênea no início, com o passar dos anos foi retrato das mudanças que ocorriam no país. Mais do que entendê-lo apenas como heterogêneo, é preciso perceber as constantes disputas internas travadas no interior do instituto, e também compreender que os próprios intelectuais despertavam a ira e antipatia de setores da sociedade muito em parte pelo que representavam naquele momento.

Em vista disso, é preciso compreender também as Forças Armadas e seus embates políticos internos, no jogo de suas relações de forças, com grupos nacionalistas em oposição aos grupos simpáticos às relações com os Estados Unidos, bem como alguns veículos de comunicação – uns a favor do ISEB e a maioria contrária à existência do instituto -, entidades estudantis, sindicatos e também os empresários e industriais – estes componentes de uma intensa campanha anticomunista, da qual acreditavam ser o ISEB um dos principais artífices. Um dos temas abordados aqui é justamente o efeito contrário que o ISEB gerou na sociedade, mais especificamente a deflagração de campanhas anticomunistas. Foram selecionados alguns veículos de comunicação específicos, que atacavam e defendiam as idéias do ISEB. E pôde-se perceber que os jornais constituíram verdadeiras tribunas onde semanalmente

acalorados debates entre intelectuais, jornalistas, políticos e militares, que carregavam nas tintas e não mediam esforços em afirmar seus pontos de vista.

Como era percebido o ISEB? Um centro difusor de idéias comunizantes, dotado de propósitos altamente prejudiciais para o desenvolvimento do Brasil ao formar quadros que ocupavam posições estratégicas na esfera política e governamental? Um instituto que incentivava a desordem e a quebra de hierarquia militar, ao promover cursos regulares e extraordinários também para militares? Ou apenas uma instituição reformista, que acompanhava a onda dos acontecimentos, tanto na conjuntura internacional, como também da realidade em que o país vivia, com reformas de base, reformulação da política externa, entre outros acontecimentos?

Os intelectuais do ISEB tiveram papel importante e serviram também como objeto de estudo desta dissertação. Dentro do ressurgimento da História Política, trabalhos como o de René Rémond e Jean François Sirinelli, abordaram tanto o estudo do Político, como os intelectuais propriamente ditos, entendidos como o “sub-objeto da história”<sup>8</sup>. O primeiro despertar sobre a importância dos intelectuais surgiu nos anos 1950, justamente no período de análise deste trabalho, dos intelectuais do ISEB como atores políticos e não apenas participantes de um projeto acadêmico na conjuntura do nacional-desenvolvimentismo. O estudo dos intelectuais esteve, durante anos, restrito apenas às ciências sociais e ciências políticas, representando um contexto totalmente novo para historiadores, num novo campo de investigação, mas não apenas fechado com a história política. Como bem faz questão de lembrar Sirinelli,

“(…) a história dos intelectuais tornou-se assim, em poucos anos, um campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural.”<sup>9</sup>

No primeiro capítulo desta dissertação, analisamos os estudos já feitos sobre o ISEB, utilizando os principais trabalhos já realizados por historiadores, cientistas

---

<sup>8</sup>SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais” In: RÉMOND, René (Org) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 233.

<sup>9</sup>Idem.

políticos e sociólogos. Tal fato é necessário para situar as interpretações históricas acerca dessa instituição, revisando a bibliografia existente. A análise do material produzido por outros pesquisadores foi a senha para compreender porque escolhi o ISEB como tema deste trabalho. Não faço somente a análise da instituição, em separado, mas insiro o ISEB num conjunto de relações, imbricado no contexto da época e também inserido em violentas campanhas de mídia e inquietações nos quartéis. É importante também perceber que, embora o ISEB já tenha sido tema de diversos estudos, praticamente inexistente o olhar do historiador para o instituto. O mesmo pode-se afirmar com relação a seus intelectuais. A história política esteve, durante um certo período, refém do ostracismo que tem grande parcela de culpa na inexistência da análise dos intelectuais no campo da história, já que qualquer tipo de abordagem neste sentido remetia inevitavelmente à história política. Durante muito tempo, estudar os intelectuais representava analisar um campo muito restrito de importância e tamanho, numa época em que a história cultural e a história econômica ganhavam mais destaque que o estudo do político, que não era dotado, segundo pensamentos da época, da cientificidade da história serial, por exemplo.

Algumas dificuldades apresentaram-se como obstáculo para o incentivo ao estudo dos intelectuais. Uma delas foi compreender que, sendo parte de uma elite ou grupo social reduzido a uma história factual, eles estavam inseridos num contexto de curta duração, onde se questionava até que ponto influenciariam o poder. Ora, o que foram os intelectuais do ISEB enquanto parte constituinte do aparelho de Estado? Intelectuais que vivenciaram oficialmente três governos democraticamente eleitos, que participaram ativamente do contexto político e buscavam formular uma ideologia do nacional-desenvolvimentismo? O surgimento do ISEB não aconteceu de uma hora para outra, sendo parte de um projeto existente desde 1949, postergado em 1954, com o suicídio de Vargas, e que finalmente tornou-se realidade no ano seguinte. A ambição de se criar um instituto de altos estudos esteve sempre tramitando nos gabinetes governamentais. O ISEB foi o resultado de uma idéia gestada e abraçada principalmente por elementos-chave do processo político. E principalmente, quando observamos a presença de intelectuais como Guerreiro Ramos, Rômulo de Almeida e Ignácio Rangel inseridos num *corpus* administrativo do governo de Vargas, trabalhando na assessoria econômica do mesmo, transitando – novamente – nas esferas do poder. Roland Corbisier era amigo íntimo do presidente Juscelino Kubitschek, chegando a jantar

praticamente os cinco dias da semana com JK.<sup>10</sup> Portanto, sendo atores políticos em um determinado período de nossa história, os intelectuais do ISEB influíram, de certo modo, nos acontecimentos que marcaram o fim dos anos 50 e parte da década seguinte.

O termo “intelectual” é polissêmico, sendo capaz de fomentar diferentes representações sobre o mesmo. Um intelectual é dotado de duas características: uma mais ampla, do intelectual visto como mediador cultural – abrindo-se aí para que qualquer pessoa que exerça uma função de disseminar cultura, informação e ideologia na sociedade seja entendida como tal -, e a noção de engajamento, com participação política mais ativa, sendo naturalmente influenciador. No caso dos intelectuais do ISEB, é possível perceber que essas duas características estão imbricadas, mesmo que em momentos distintos.<sup>11</sup>

No segundo capítulo, analisamos o ISEB mediante a compreensão de alguns de seus principais integrantes. O lema do instituto era “Conhecer o Brasil para transformá-lo”<sup>12</sup>, mas este foi interpretado num espectro difuso, não uniforme, por cada um deles. A escolha destes intelectuais não se deu por acaso. Hélio Jaguaribe foi o idealizador do ISEB, uma espécie de mentor e líder intelectual do instituto e seu natural líder até o momento de inflexão da instituição, em fins de 1958.<sup>13</sup> Roland Corbisier foi o diretor executivo e representou a transitoriedade, num momento em que as idéias pareciam fora do lugar. E por fim Nelson Werneck Sodré, um dos principais representantes da fase de maior mobilização do ISEB, até 1964. Nelson Werneck Sodré é uma figura importante não somente porque era um marxista convicto, mas porque foi um dos únicos que fez, em suas memórias, um posicionamento mais próximo da racionalidade, admitindo os erros e constatando também as vitórias que o ISEB teve<sup>14</sup>. A escolha destes três

---

<sup>10</sup>Entrevista de Roland Corbisier a Carlos Augusto da Rocha Freire. Rio de Janeiro: Museu do Índio. 1987. 1 CD (faixa 1: 33 min. 18 seg.; faixa 2: 6 min).

<sup>11</sup>SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (Org) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 242.

<sup>12</sup>Entrevista de Roland Corbisier a Carlos Augusto da Rocha Freire. Rio de Janeiro: Museu do Índio. 1987. 1 CD (faixa 1: 33 min. 18 seg.; faixa 2: 6 min).

<sup>13</sup>SODRÉ, Nelson Werneck. *A verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

<sup>14</sup>Idem.

intelectuais permite, então, entendermos o ISEB com um certo equilíbrio de forças, atuando em distintos contextos. Alguns autores utilizam expressões como “fases”, que este trabalho prefere chamar de “contextos”.

E por fim, o terceiro capítulo é subdividido em duas partes. A primeira, que apresenta a grande contestação ocorrida em fins de 1956, quando o capitão de fragata Aristides Pereira Campos Filho, então aluno do ISEB, não conclui o curso por apresentar um trabalho final com profundas críticas ao instituto, gerando mobilização dos gabinetes militares, que só terminou no golpe civil-militar em 1964, deixando transparecer que havia a suspeita de que o instituto promovia e incentivava a quebra de hierarquia militar. E na segunda parte, analiso a campanha de difamação do instituto, realizada por periódicos contrários aos ISEB, muito em parte motivada por setores “reacionários” da sociedade civil – industriais e empresários de federações da indústria e comércio – buscando compreender o fenômeno do anticomunismo que em muito estava inserido no contexto da época.

## CAPÍTULO 1

### O ISEB e suas distintas interpretações: uma análise historiográfica sobre o tema

“É chegada, afinal, para esta história das paixões francesas que é a história política dos intelectuais, a hora da História, com esta maiúscula que convém a toda atividade de pesquisa que possui status científico reconhecido.”<sup>15</sup>

O ISEB teve uma trajetória curta, porém marcante. Seus nove anos de existência suscitaram, porém, uma produção historiográfica que teve distintas abordagens, explorando as múltiplas facetas produzidas pelo instituto e por seus intelectuais. O espectro de heterogeneidade encontrado na gênese do ISEB proporciona não somente o entendimento da instituição em si, mas também compreender o Brasil dos anos 1950 e 1960, tendo em vista que o ISEB vivenciou conflitos internos e externos, repercutindo os acontecimentos ocorridos na conjuntura nacional e internacional.

Desde os anos 1970 foram elaborados estudos sobre o ISEB. Para desenvolver essa pesquisa, tive acesso a diferentes trabalhos produzidos. O que a primeira vista constituiu-se num desafio ainda maior, acabou por se transformar numa proposta diferente das abordagens anteriores. Se os trabalhos anteriores se propuseram a analisar o ISEB sob o ponto de vista das idéias, em especial sobre a ideologia do nacional-desenvolvimentismo, em nível mais teórico, ou então se situaram no desafio de traçar uma história da instituição (incorrendo no desenvolvimento de uma cronologia dos eventos que levaram à criação do ISEB), este trabalho se atém na história política do instituto, entendido como um centro de articulação política em atividade nos governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, cujos atores foram os seus próprios intelectuais, integrantes do instituto.

Outro desafio que se apresentou foi o fato de que as produções que tiveram o ISEB como tema central curiosamente são oriundas de pesquisadores de outras áreas

---

<sup>15</sup>SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais” In: RÉMOND, René (Org) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231.

das ciências humanas. Cientistas políticos, filósofos, cientistas sociais... onde se situam os historiadores, que ainda não produziram uma literatura sobre o ISEB? Sem dúvida, esse desafio foi um fator que motivou o desenvolvimento deste trabalho. Diante da constatação de produções heterogêneas sobre este instituto, me detive em alguns trabalhos que, sem dúvidas, trouxeram não somente esclarecimentos, mas também despertaram questionamentos que serviram como incentivo a esta produção.

Em sua tese de doutorado em sociologia *Nationalisme et action politique au Brésil: une étude sur l'ISEB*<sup>16</sup> – defendida em 1975, em Paris, Alzira Alves de Abreu defende a idéia de que o surgimento do ISEB foi a confirmação de uma iniciativa que já se apontava nas décadas de 1940 e 1950, que foi a ascensão de uma intelectualidade brasileira nos centros de poder, com a proposta de influenciá-los na definição de uma política econômica voltada para o desenvolvimento. O ISEB foi o resultado de diversas iniciativas, de intelectuais que desejavam definir um projeto de desenvolvimento econômico, político e social. Sua tese de doutorado posteriormente originou dois trabalhos que estão baseados nos originais da tese.

A transição de uma sociedade tradicional, voltada para o campo e tendo na agricultura sua principal base de sustentáculo econômico, para uma sociedade urbana e industrial foi o mote que fez com que intelectuais surgissem com propostas visando orientar uma nova política de desenvolvimento. Segundo a autora, em sua tese de doutorado, o tipo de intelectual que participou do ISEB pode ser considerado como o pertencente a uma transição de uma sociedade agrária a uma sociedade moderna, industrial, que valorizava o uso da tecnologia e fazia uso do conhecimento especializado, como valores primordiais para sua formação intelectual. Alzira Alves de Abreu desenvolve um histórico do instituto, criado a partir do Grupo de Itatiaia, e que teve o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) como desdobramento até se transformar, em 1955, de fato, no ISEB. *Nationalisme et action politique* analisa o processo de criação do ISEB e fez uma reflexão sobre a ação política de seus intelectuais. A autora ressalta que o modelo referencial para a criação do instituto foi a Escola Superior de Guerra (ESG), um centro militar de altos estudos, criado alguns anos antes, em 1949, no Rio de Janeiro. O ISEB

---

<sup>16</sup>ABREU, Alzira Alves de. *Nationalisme et action politique au Brésil: une étude sur l'ISEB*. Tese (Doutorado) - Université René Descartes, Paris, 1975, mimeo.

seria um dos centros de elaboração da ideologia nacional-desenvolvimentista que marcou todo o processo político brasileiro, desde a morte de Vargas até o golpe civil-militar que derrubou o presidente João Goulart, em 1964. Reforça ainda a idéia de que para conseguir êxito, o instituto alcançou a burocracia civil e militar através de cursos, conferências e publicações. Para isso, ela utilizou como fonte o Relatório Sucinto de Atividades do ISEB, para elencar as atividades do instituto.

Para Alzira Alves de Abreu, o ISEB, no entanto, não despertou interesse de grupos representativos no campo das ciências sociais, como por exemplo, a Universidade de São Paulo (USP) -, e a antiga Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil – no Rio de Janeiro. Segundo ela, essas instituições “não reconheciam a legitimidade dos intelectuais do ISEB para exercer o papel de analistas e formuladores de soluções para a sociedade”.<sup>17</sup> E prossegue:

“Eles eram vistos como desprovidos de uma formação científica em sociologia, ciência política, economia, história ou antropologia. Eram percebidos como intelectuais de formação jurídica e bacharelesca, destituídos, portanto, de instrumentos teóricos e metodológicos indispensáveis para o exame científico da sociedade.”<sup>18</sup>

Helio Jaguaribe realmente era bacharel em Direito, Nelson Werneck Sodré era até então um coronel do Exército e  lvvaro Vieira Pinto era filósofo, assim como Roland Corbisier – só para citarmos alguns dos mais importantes intelectuais do ISEB.

Outra crítica que o ISEB enfrentou no meio acadêmico e intelectual veio de intelectuais marxistas, como aqueles que se reuniam na *Revista Brasiliense*, de São Paulo: “a a o dos intelectuais isebianos foi percebida como prejudicial ao trabalho de divulga o do marxismo, já que a linguagem por eles utilizada era próxima do marxismo, mas seus trabalhos não eram identificados com essa ideologia”<sup>19</sup>

---

<sup>17</sup> ABREU, Alzira Alves de. “O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)” IN: FERREIRA, Jorge; FILHO, Daniel Aarão Reis. *As Esquerdas no Brasil. Nacionalismo e Reformismo Radical*. Rio de Janeiro: Civiliza o Brasileira, 2007. p. 419.

<sup>18</sup> Idem

A autora ressalta ainda que o ISEB enfrentou resistência também de grupos universitários que associavam o ISEB ao Integralismo, em face de que alguns de seus intelectuais terem sido, no passado, militantes ou simpáticos à causa da Ação Integralista Brasileira (AIB) – Miguel Reale Jr e Roland Corbisier, por exemplo, foram simpatizantes da ideologia de Plínio Salgado. A própria opção em desenvolver sua tese de doutorado sobre o ISEB despertou críticas de seus colegas historiadores paulistas, que viam o tema como impróprio, a não ser que fosse elaborado um trabalho que estivesse fundamentado na crítica ao pensamento do grupo.<sup>20</sup>

Alzira Alves de Abreu destaca a pluralidade de idéias dos intelectuais do ISEB. A autora utiliza o conceito de “grupo de interesses”. Para ela, o instituto podia ser caracterizado como um grupo de interesses, em razão da existência de preocupações que eram comuns a seus intelectuais: uma das preocupações residia em formular um projeto de desenvolvimento para o Brasil. O conceito de grupo de interesse é justamente explicado como um grupo que se forma, organiza e passa a atuar, como pressão sobre centros de poder, influenciando de modo a alcançar seus objetivos.

“Os procedimentos que predominaram em sua ação, nos primeiros anos, foram a argumentação e a persuasão, através de cursos, conferências e estudos sobre os problemas do desenvolvimento brasileiro, com a indicação de soluções para esses problemas.”<sup>21</sup>

A autora ressalta que justamente a partir do momento em que os cursos não eram mais eficazes na difusão da ideologia do nacional-desenvolvimentismo, o ISEB buscou outra forma de atuação, aliando-se a outros grupos situados nas franjas do poder – embora não menos atuantes. Percebe-se então a aproximação do ISEB com a Frente

---

<sup>19</sup>Idem

<sup>20</sup>Entrevista de Alzira Alves de Abreu a Fabrício Augusto Souza Gomes. Rio de Janeiro, 27/08/2010.

<sup>21</sup>ABREU, Alzira Alves de. “A ação política dos intelectuais do ISEB” In: TOLEDO, Caio Navarro de. *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 98.

Parlamentar Nacionalista (FPN), a União Nacional dos Estudantes (UNE) sindicatos e até mesmo a proximidade do instituto com o PCB. Esses grupos viam então na pressão uma forma mais eficaz de reivindicação. Com a adesão do ISEB a esses grupos de pressão, o instituto se distanciou de seus objetivos iniciais, como por exemplo, ser um centro de estudos. Neste momento, a única forma de se alcançar o desenvolvimento era identificado com a forma de se pressionar os ocupantes do poder, para as mudanças necessárias à sociedade.

Através da análise dos livros e dos estudos publicados pelo instituto, a autora identifica a diversidade, principalmente no que se refere à questão da discussão sobre o subdesenvolvimento no Brasil. A autora destaca alguns temas que perfaziam as discussões mais polêmicas dentro do instituto, tais como desenvolvimento, nacionalismo, capital estrangeiro, estatismo/privatismo, entre outros, sempre contrapondo opiniões divergentes dos intelectuais do instituto. O próprio conceito de desenvolvimento possuía múltiplas interpretações na visão dos intelectuais do instituto: se Vieira Pinto entendia desenvolvimento como implicador de uma consciência social, essencial ao esforço para se formular um projeto de desenvolvimento, em oposição, Roberto Campos via desenvolvimento sob o prisma estritamente econômico, meramente como uma questão de acumulação de capital. Quanto ao nacionalismo, outro tema bastante recorrente, se Guerreiro Ramos o entendia como a luta dos povos periféricos que visavam alcançar a plena soberania, libertando-se da condição colonizadora, para Hélio Jaguaribe o nacionalismo seria um meio para atingir o desenvolvimento, sendo este não decorrente da vontade das pessoas, mas inerente ao processo de transformação da sociedade.

A contraposição de opiniões entre os intelectuais do ISEB que a autora realça em seu artigo é, portanto, fator importante para confirmar a idéia de diversidade dentro do instituto. A escolha de temas-chave possibilita entender de forma clara e objetiva as distintas matizes de pensamento. E mais: permite analisar o ISEB não como uma instituição singular e fechada, privilegiando um pensamento padrão, mas sim dotado de uma pluralidade de idéias.

Essa diversidade de pensamentos entre os intelectuais do ISEB tornou-se mais explícita com a publicação do livro *O nacionalismo na atualidade brasileira*<sup>22</sup>, de Hélio

---

<sup>22</sup>JAGUARIBE, Hélio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

Jaguaribe, sendo apenas mais um capítulo para os conflitos teórico-metodológicos que já se acentuavam dentro do instituto, principalmente nas orientações que ganhavam cada vez mais força, como por exemplo, de tornar o instituto menos acadêmico e mais engajado na política. O embate entre aqueles que defendiam o “espírito problemático e científico”, contra a idéia da “mobilização da massa” foi, para Alzira Alves de Abreu, o fator preponderante que culminou na cisão interna no instituto em fins de 1958 e que de fato, contribuiu para o surgimento de uma nova etapa no ISEB. A cisão correspondeu, na visão da autora, a um momento de inflexão na definição dada ao instituto, quando seus integrantes perceberam que as possibilidades de influência da ideologia do nacional-desenvolvimentismo sobre o centro de poder já não tinham mais chances de serem bem-sucedidas. O resultado disso foi então o realinhamento das atividades com vistas às novas zonas de influência dentro de estruturas partidárias e formação de alianças com entidades civis, como a Frente Parlamentar Nacionalista, a UNE, sindicatos trabalhistas e militares nacionalistas. O foco então passava a ser a mobilização da opinião pública em favor das atividades e idéias disseminadas pelo ISEB.

A nova etapa do ISEB, politizada e mais próxima da sociedade civil, tendo ainda a participação de militares de baixo escalão, enfrentou forte campanha de jornais e revistas, identificados como oposicionistas a um nacionalismo que mais se parecia, no entender desses veículos, como subversão. E o mais grave: vindo de uma instituição mantida com verbas do governo.

É importante ressaltar que Alzira Alves de Abreu também identifica o ISEB como tendo passado por “fases” distintas, assim como outros autores. Logo após a cisão, o instituto teve sua nova etapa e em 1961, quando Roland Corbisier já não era mais diretor do instituto, tendo sido eleito para o cargo de deputado federal pela Guanabara, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o governo Jânio Quadros vivenciando uma crise, precedida por sua renúncia, se inicia enfim, a terceira etapa do ISEB, cujos cursos deram maior ênfase ao tema das “reformas de base”. Temas sobre o terceiro-mundo também foram alçados aos cursos e debates promovidos pelo instituto.

Alzira Alves de Abreu destaca que após a Segunda Guerra Mundial, com a aceleração do processo de industrialização nacional, com o surgimento do Estado como árbitro da economia, ascenderam no cenário novas categorias de profissionais que iriam

atuar na administração do Estado: economistas, sociólogos e técnicos em administração, cuja especialização passava ao largo da formação humanístico-jurídica. Surgia então, a figura do Assessor Técnico na reorganização do aparelho estatal brasileiro. Acompanhando essa dinamização, foi notado o surgimento de instituições como a Universidade de São Paulo (USP), fundada na década de 1930, com a proposta de formar a futura elite dirigente do Brasil, entre as quais se destaca o surgimento de notável grupo de cientistas sociais. A Fundação Getulio Vargas (FGV) também é citada como exemplo de instituição criada no sentido de modernizar e formar novos quadros técnicos, que contribuiriam nos estudos e análises nas áreas econômicas e administrativas, de forma a atender à rápida demanda que o processo de industrialização apresentava. O surgimento da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), ligada à Organização das Nações Unidas (ONU) também contribuiu para o incremento na ajuda às assessorias técnicas dos governos – onde Celso Furtado foi, por exemplo, um técnico formado na própria CEPAL.

O ISEB não estava inserido, na visão da autora, nessa nova tecnocracia que estava surgindo. Os intelectuais do instituto tinham formação humanístico-jurídica, longe de dominarem o “saber técnico” exigido pela demanda do processo de desenvolvimento. A autora relaciona o insucesso do ISEB frente às mudanças que ocorreram na escala de competências num momento de industrialização acelerada, entendendo que embora este tenha sido um dos aspectos do problema, é deficiente a explicação de que tenha sido o principal motivo da não aceitação do projeto de desenvolvimento de tipo nacionalista do instituto pelos centros de poder. Identificado como um instituto que possuía intelectuais de transição, para a autora o ISEB não esteve no *timing* certo da época. Tanto a época em que se encontrava o desenvolvimento industrial brasileiro, como a fase em que o ISEB formulou seu projeto de desenvolvimento nacionalista não estiveram ajustadas. Desse modo,

“enquanto os intelectuais do ISEB formulavam um projeto baseado essencialmente na preeminência e no controle, por parte dos nacionais, do processo de desenvolvimento, o grupo de tecnocratas que assessorava Juscelino Kubitschek formulava um projeto desenvolvimentista baseado na cooperação internacional – o que significou o deslocamento do controle das decisões fundamentais

para os grupos sociais identificados com o capitalismo internacional”<sup>23</sup>

A política econômica de JK não era nacionalista, e sim desenvolvimentista. Ocorria então uma séria divergência aí. A autora confirma esse confronto justamente com a cisão interna ocorrida no instituto: o embate interno entre seus intelectuais ocorreria justamente porque existia a tentativa de ajustar a política desenvolvimentista de Juscelino à ideologia nacionalista predominante no ISEB. No fim das contas, venceu o projeto nacionalista e quem era favorável ao ajustamento do nacionalismo ao desenvolvimentismo, saiu do instituto. O raciocínio, embora possa parecer complexo, é simples: os nacionalistas do ISEB buscavam o desenvolvimento dirigido pela burguesia industrial. E a burguesia industrial acabara por tecer alianças com capitais estrangeiros – justamente o que os intelectuais do ISEB, em sua maioria, renegavam.

A autora ressalta que tanto os militares da Escola Superior de Guerra, como os intelectuais componentes do ISEB, tinham em comum a idéia de que era necessário acelerar o desenvolvimento econômico, sendo todos integrantes do pensamento desenvolvimentista. Justamente num momento posterior, onde ocorre a clivagem entre desenvolvimentistas e nacionalistas, é que se iniciam as divergências entre ambas as instituições, chegando os militares a reprovarem as atividades do ISEB.

Alzira Alves de Abreu destaca ainda que o ISEB trouxe uma novidade em seus cursos: se até então o modelo de estudos universitários era baseado apenas na referência histórica, sem recorrer ao presente ou ao passado contemporâneo, o ISEB inseriu a análise teórica das ciências sociais seguido de um diagnóstico dos problemas nacionais e o indicativo de uma solução para os problemas apresentados, sempre orientado para o desenvolvimento do Brasil.

Alzira Alves de Abreu assinala as agudas divergências surgidas entre grupos de ciências sociais, especialmente representados pela USP, e os intelectuais do ISEB,

---

<sup>23</sup>ABREU, Alzira Alves de. “A ação política dos intelectuais do ISEB” In: TOLEDO, Caio Navarro de. *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 104-105.

citando principalmente a crítica feita por Florestan Fernandes ao livro *A redução sociológica*, de Guerreiro Ramos, onde o autor da USP critica o padrão científico utilizado por Guerreiro Ramos, “que não correspondia às exigências científicas da Sociologia”.<sup>24</sup>

O filósofo Caio Navarro de Toledo, em *ISEB: fábrica de ideologias*<sup>25</sup> ressalta a necessidade de se situar o pensamento de seus intelectuais dentro do contexto histórico e social no qual foi produzido. Primeira análise sobre a produção intelectual realizada pelo instituto, o livro reproduz sua tese de doutorado – *Ideologia do desenvolvimento: análise de uma instituição*<sup>26</sup> -, apresentada em 1974 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis (SP). O autor procura destacar a produção intelectual do instituto, embora não descarte a relevância do contexto quando procura situar as abordagens do material ideológico produzido pelos “isebianos” no quadro econômico, político e social brasileiro.

Nesta obra, Caio Navarro de Toledo procura concentrar sua análise nas obras dos intelectuais do ISEB, mais precisamente aqueles considerados “históricos”. O autor exemplifica as variantes e pressupostos das ideologias elaboradas pelos intelectuais, contrapondo também com seus equívocos e contradições. O autor não buscou analisar e refletir sobre o papel do instituto no contexto histórico e político da época.

No artigo, “Intelectuais do ISEB, Esquerda e Marxismo”<sup>27</sup>, Caio Navarro de Toledo retoma essa questão ao busca entender como as obras de importantes intelectuais do ISEB estiveram vinculadas ao campo do marxismo e à política de esquerdas na conjuntura política e intelectual das décadas de 1950 e 1960 no Brasil. A proposta de Caio Navarro era justamente ressaltar a pluralidade e heterogeneidade do ISEB, inclusive inserindo na discussão o confronto dos intelectuais do ISEB com o Partido

---

<sup>24</sup>Idem

<sup>25</sup>TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997

<sup>26</sup>TOLEDO, Caio Navarro. *Ideologia do desenvolvimento: análise de uma instituição*. Tese (doutorado). São Paulo, 1974.

<sup>27</sup>TOLEDO, Caio Navarro de. “Intelectuais do ISEB, Esquerda e Marxismo”. IN: MORAES, João Quartim de (org). *História do Marxismo no Brasil*. v.III. Campinas, Unicamp, 1998.

Comunista Brasileiro (PCB), que sempre reivindicou para si o contato mais aproximado com o marxismo e sua “revolução social”. O artigo se propõe a discutir como alguns dos mais destacados intelectuais do ISEB utilizaram conceitos e categorias do marxismo, bem como seus pontos-de-vista acerca da ideologia e política do PCB entre 1950 e 1960.

Em 2005, Caio Navarro de Toledo organizou uma coletânea especificamente sobre o ISEB. O livro *Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB*<sup>28</sup> veio oportunamente passar a limpo toda a trajetória deste instituto. A importância da publicação é acentuada por contar, tanto com alguns dos próprios ex-integrantes do ISEB, como Hélio Jaguaribe, Cândido Mendes, Nelson Werneck Sodré, Joel Rufino dos Santos (um dos estagiários de Nelson Werneck na fase derradeira do instituto) e Jorge Miglioli, assim como também por estudiosos e pesquisadores universitários sobre o tema, como Alzira Alves de Abreu, Alexsandro Eugenio Pereira, Edison Bariani Jr., Gerard Lebrun e Luiz Carlos Bresser-Pereira. O livro sintetiza não somente a história do ISEB, como também analisa aspectos teóricos-metodológicos do instituto, discutindo seu lugar, significado e relevância no cenário político, social e cultural do Brasil das décadas de 1950 e 1960. A publicação é dividida em duas partes: na primeira, a visão dos “ex-isebianos” e na segunda, os intérpretes da obra “isebiana”.

O ISEB foi um dos centros fundamentais para elaboração de uma ideologia nacional-desenvolvimentista, sendo que seus intelectuais eram responsáveis pela formulação de políticas visando o desenvolvimento brasileiro. Com isso, o ISEB, inicialmente apoiado e prestigiado por grupos interessados no desenvolvimento do processo de industrialização, tentou influenciar diversos centros de decisão política, sempre na orientação de promover o desenvolvimento nacional. Se nos primórdios do instituto a orientação era de promover isso com base na argumentação e persuasão, onde os principais instrumentos foram os cursos, palestras, conferências e estudos dirigidos sobre a problemática do desenvolvimento do Brasil, posteriormente o modelo operacional enviou-se para que o instituto se aliasse a grupos que se encontravam na

---

<sup>28</sup>TOLEDO, Caio Navarro de (Org). *Intelectuais e Política no Brasil. A experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

periferia dos centros de poder. A autora utiliza, entretanto, a afirmação de que essa mudança de orientação da práxis do ISEB ocorreu mais porque os primeiros procedimentos mostraram-se “inoperantes”.

Na mesma coletânea organizada por Caio Navarro de Toledo, no artigo “Intelectuais, política e cultura na formação do ISEB”<sup>29</sup>, Alexsandro Eugênio Pereira tem o propósito de ressaltar que antes mesmo da criação do instituto, alguns de seus idealizadores foram capazes de mobilizar condições políticas favoráveis à instituição do ISEB. Por outro lado, numa posição divergente ao estudo apresentado por Maria Victoria Benevides<sup>30</sup>, o autor resalta que muito do sucesso no empreendimento do ISEB se deve ao fato de que este estava sintonizado com os projetos do futuro presidente, Juscelino Kubitschek – Benevides apenas resalta que o ISEB não tinha proximidade com JK, sendo apenas considerado uma assessoria política do presidente – sem de fato ser na prática.

A principal argumentação que Alexsandro Pereira faz relaciona-se com a tese de doutorado de Alzira Alves de Abreu - *Nationalisme et action politique au Brésil: une etude sur l'ISEB*.<sup>31</sup> Na tese, a autora utiliza o conceito de grupo de interesse, que seria adequado ao ISEB. No entanto, enxergaria o insucesso do instituto como grupo de interesse tendo em vista seu momento histórico de atuação, principalmente pelo fato do ISEB surgir num momento em que havia a necessidade premente para alcançar o desenvolvimento industrial. Sendo intelectuais “de transição”, sem o saber técnico, os integrantes do ISEB seriam apenas teóricos, sabedores das transformações sociais que o país passava, mas desprovidos daquilo que seria uma das molas propulsoras do governo JK: o saber técnico em prol do desenvolvimentismo. Com isso, o ISEB veria sua determinação de atuação como centro de decisão esvaziada por outras instituições que

---

<sup>29</sup>PEREIRA, Alexsandro Eugênio. “Intelectuais, política e cultura na formação do ISEB” IN: TOLEDO, Caio Navarro de. *Intelectuais e Política no Brasil. A experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

<sup>30</sup>BENEVIDES, Maria Victoria. *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política. 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

<sup>31</sup>ABREU, Alzira Alves de. *Nationalisme et action politique au Brésil: une etude sur l'ISEB*. Tese (Doutorado) - Université René Descartes, Paris, 1975, mimeo.

privilegiavam o saber técnico, como por exemplo, a Fundação Getúlio Vargas. Alessandro Pereira, ao contrário, vê as condições históricas não como inimigas, mas como aliadas do ISEB, já que o instituto situava-se numa posição onde pôde desenvolver uma autonomia de produção intelectual, dada sua proximidade com centros de poder.

O autor se utiliza de Norberto Bobbio<sup>32</sup> como referencial para analisar a relação entre os intelectuais e o poder político. O habitat natural para os intelectuais seria o mundo da cultura, descolado do mundo da política. A partir do momento em que os intelectuais passam a deter o poder, precisariam entender, portanto, que a lógica passa a ser outra, condicionada por diferentes fatores – sociais, econômicos e políticos. O autor recorre então a Bobbio, quando diz que “o aumento dos meios através dos quais o poder ideológico se manifesta e se expande, amplia a importância dos intelectuais na sociedade”.

O trabalho de Alessandro Pereira procura fugir de abordagens tradicionais acerca do significado da ação e da produção intelectual do ISEB. Segundo ele, os intelectuais do instituto dialogaram com a cultura e a política. O autor procura exemplificar como os “isebianos” articulam política e cultura no processo de formação da instituição. Segundo ele, a análise da produção intelectual está sistematicamente relacionada ao contexto político do tempo em questão – os anos 1950. Atendiam os interesses políticos de JK. Se em sua gênese os intelectuais estão inseridos no âmbito estritamente cultural, a partir do momento em que são convocados a participar do processo decisório, eis então que encontram-se neste segundo momento situados no campo da política também.

Alessandro Pereira cita os exemplos de Hélio Jaguaribe, Rômulo Almeida e Ignácio Rangel que, em sua opinião, ao possuírem um “saber técnico”, fossem inseridos em projetos colaboracionistas para com o aparelho estatal, distinguindo-se então, do modelo de intelectual ideológico. Para ele, o grupo de intelectuais do ISEB estabeleceu uma relação peculiar entre cultura e política, em muito favorecida pela conjuntura do tempo histórico em questão.

---

<sup>32</sup>BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: UNESP, 1997.

Caio Navarro de Toledo também contribui com novos elementos em seu artigo “ISEB: ideologia e política na conjuntura do golpe de 1964”<sup>33</sup>, principalmente quando chama a atenção para o fato de que faltam trabalhos que analisem, com mais profundidade, o que ficou conhecido como “último ISEB”, que é justamente um dos propósitos desta dissertação. O autor discorda das posições de Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré e Guerreiro Ramos, feitas anos depois, que criticaram e até certo ponto subestimaram o envolvimento do instituto na conjuntura social que antecedeu o golpe civil-militar de 1964. Se por um lado, de fato, o número de artigos e publicações neste período decresceu, em comparação com o período imediatamente anterior (1955-1961), por outro lado Caio Navarro de Toledo destaca que o instituto teve significativa atuação no debate intelectual e político do efervescente período pré-1964. Se o ISEB esteve inserido no âmbito do conjunto de esquerdas que foram derrotadas com o golpe, por outro lado o autor destaca a importância que o instituto desempenhou, como importante referência intelectual. Para reforçar tal fundamento, Caio Navarro de Toledo ressalta que outra importante instituição na época, a USP, instituição que se notabilizou por integrar uma esquerda progressista e também de não economizar críticas à falta de rigor científico ao ISEB, principalmente no campo das ciências sociais, foi uma instituição que teve apenas uma discreta participação no debate político e ideológico que atravessou a metade da década de 1950 até o golpe de 1964.

Caio Navarro de Toledo acrescenta neste artigo que discorda também, em referência à obra *A verdade sobre o ISEB*<sup>34</sup>, de Nelson Werneck Sodré, que não existiu “uma verdade” sobre o ISEB, tampouco existiu um “autêntico” ISEB. Segundo ele, os três intelectuais mencionados, ao definirem o ISEB como tendo fases distintas, acaba por relacionar a estas adjetivos de forma inconsciente. Assim, por exemplo, se Hélio Jaguaribe associa sua saída do instituto como sendo, a partir daí, uma fase mais militante, erra, segundo Caio Navarro de Toledo, pois insere o instituto num contexto reducionista e não o vê como um todo, ou seja, desqualifica justamente a heterogeneidade de idéias inseridas na instituição. Como se a partir de 1959 e

---

<sup>33</sup>TOLEDO, Caio Navarro de. “ISEB: ideologia e política na conjuntura do golpe de 1964” IN: TOLEDO, Caio Navarro de. *Intelectuais e Política no Brasil. A experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

<sup>34</sup>SODRÉ, Nelson Werneck. *A verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

principalmente depois de 1961, o ISEB tivesse entrado numa etapa “degradada” ao assumir para si o engajamento político mais acirrado em face ao novo momento em que o país vivia. Na visão do autor, se o instituto assumiu uma posição mais combativa, principalmente no período que antecedeu 1964, isso foi decorrência natural das lutas internas que sempre existiram no ISEB.

Caio Navarro de Toledo complementa seu raciocínio indo na contramão da maioria dos trabalhos sobre o instituto, que simplesmente ao criarem “etapas” para o ISEB, as vêem como fases isoladas, uma sobrepondo à outra, como por exemplo a afirmação de que a terceira fase do instituto era totalmente contrária ao “primeiro ISEB”. Em oposição a isso, o autor vê complementaridade entre as fases vividas pelo instituto, uma continuidade político-ideológica entre elas. Portanto, evidenciamos neste raciocínio que o autor vê um aperfeiçoamento ocorrido entre as três etapas.

Neste artigo, Caio Navarro de Toledo busca fazer o resgate daquela que foi uma das principais críticas à sua obra *ISEB: fábrica de ideologias*: procurou ressaltar a atuação política progressista e democrática desenvolvida pelo instituto no cerne da sociedade brasileira do início da década de 1960. Caio Navarro de Toledo destaca assim, que a contextualização histórica e política do ISEB seja levada em conta, com base numa avaliação que contenha critérios sobre o que representou o instituto no interior da formação cultural do país, principalmente entre os anos 1950 e 1960.

Maria Victoria Benevides, em sua obra *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*<sup>35</sup>, entende o ISEB como tendo sido encampado pelo governo JK, intencionalmente com o propósito de ser um órgão de assessoria, apoio e sustentação à política econômica desenvolvimentista. A autora assinala ainda que o instituto tenha constituído um recurso utilizado pelo Poder Executivo de forma inteligente, como propaganda visando o fortalecimento do Estado. Maria Victoria Benevides ressalta que os intelectuais do ISEB eram vistos como assessores políticos de Juscelino, ainda que na prática não fossem – já que integrantes do Partido Social Democrata (PSD) desempenhavam esta função.

---

<sup>35</sup>BENEVIDES, Maria Victoria. *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política. 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Maria Victoria Benevides destaca que o ISEB teve ênfase estatista em suas diversas variantes de concepção nacionalista. Interessante perceber que a autora utiliza os termos “moderados” e “radicais” para assinalar os grupos no debate sobre a entrada de capitais estrangeiros no país. Ela ressalta que se por um lado o ISEB não patrocinou a ideologia desenvolvimentista como um todo, por outro nunca deixou de admitir a importância do desenvolvimento capitalista como alternativa viável para a superação do subdesenvolvimento brasileiro. Esta idéia também está implícita em “Ideologia do desenvolvimento – análise de uma instituição”, tese de doutorado de Caio Navarro de Toledo, em 1973.

Num contraponto à bibliografia sobre o ISEB preocupada, na maioria dos trabalhos apresentados, em analisar a instituição de forma destacada do restante do contexto político e social da época de sua atuação, Guita Grin Debert, que defendeu sua tese de doutorado em Ciência Política – *A política do significado no início dos anos 60: o nacionalismo no ISEB e na ESG*<sup>36</sup> -, em 1986, se propõe, no artigo “O desenvolvimento econômico acelerado no discurso populista”<sup>37</sup>, analisar, de forma comparativa, o ISEB e a ESG e seus posicionamentos face às duas propostas de desenvolvimento econômico no momento subjacente ao golpe civil-militar de 1964.

Utilizando-se das produções acadêmicas especificamente do ano de 1963, Guita Grin Debert procura desmistificar a questão, de certo modo imediata e simplista que, se por um lado associa automaticamente a ESG ao paradigma de modelo de desenvolvimento econômico baseado na injeção de capitais nacionais e estrangeiros, tal qual utilizado na Europa pós-1945, por outro atrela o ISEB ao sentido de “revolução brasileira” – único caminho possível para que o Brasil obtivesse crescimento econômico, diante da resistência das classes dominantes em cederem no jogo político.

A autora faz uso de uma metodologia comparativa, analisando textos e leituras produzidas no interior das duas instituições. Guita Grin Debert entende que através da análise das práticas e representações surgidas nessas instituições é que se poderia fugir

---

<sup>36</sup>DEBERT, G.G. *A política do significado no início dos anos 60: o nacionalismo no ISEB e na ESG*. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo, 1986.

<sup>37</sup>DEBERT, G. G. “O Desenvolvimento Econômico Acelerado no discurso populista”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 8, p. 39-56, 1986.

da simples idéia de uma análise formal das propostas do ISEB e da ESG.

A autora percebe que, apesar de ser necessário associar a análise de uma instituição ao contexto ao qual ela está inserida, é preciso entender que tanto o ISEB, como a ESG, não podem ser compreendidas como instituições monolíticas e engessadas, compondo blocos em separado e fechados. Pelo contrário, são justamente suas especificidades que, na medida em que são analisadas, permitem que não se entenda essas instituições apenas como possuidoras de modelos antagônicos de desenvolvimento econômico, mas também seja possível perceber similaridades no discurso produzido por ambas. A análise comparativa que Guita Grin Debert desenvolve no texto permite esse tipo de exercício ao leitor.

Num período identificado com a “crise do populismo”, a autora busca, na análise dos constantes embates políticos e ideológicos ocorridos entre estas instituições, resgatar a idéia de que seria possível haver um desequilíbrio entre “problema x solução”, ou seja, o desequilíbrio ocorreria na medida em que os problemas econômicos e sociais da sociedade fossem apresentados e as soluções dos intelectuais para estes problemas fossem incapazes de resolver as questões. Justamente a partir desse desequilíbrio é que aconteceria a crise política.

No âmbito do nacionalismo, a autora ressalta a existência da polarização entre o ISEB – nacionalista e progressista – e a ESG, que seria a instituição portadora da idéia de legitimação entre a burguesia com os militares e as multinacionais. Nesse sentido, o ISEB estaria de lado diametralmente oposto aos propósitos da ESG. Torna-se fundamental também associar o nacionalismo em questão à conjuntura internacional da época, quando a Guerra Fria é pensada no terceiro mundo – e como este nacionalismo foi traduzido no Brasil. Através da releitura do nacionalismo no país é que os modelos de desenvolvimento econômico distintos são concebidos, mas que seria condição *sine qua non* ter o referendo popular para se colocar em prática o modelo que se sobressaísse.

Guita Grin Debert detecta a existência de cinco modelos discursivos identificados nas duas instituições. Através da negação destes discursos, é que elas irão construir seus próprios discursos políticos, considerados como legítimos e originais, dentro de suas próprias características. Isso é perceptível, por exemplo, no discurso liberal, já que tanto o ISEB, como a ESG, consideram fundamental a presença do

Estado como árbitro e interventor na economia. O discurso liberal, seria identificado, para a ESG, com o individualismo anárquico e para o ISEB, representaria um retrocesso nas conquistas econômicas e sociais. Por conseguinte, ambas as instituições reprovam a idéia do capital estrangeiro atuante na economia. No discurso autoritário, tanto o ISEB, como a ESG, não entendem o Estado interventor como autoritário. A ESG apresenta como exemplo de autoritarismo a burocracia existente nos países comunistas, onde apenas uma casta/elite conduziria a política em benefício próprio. E o modelo ideal de intervenção estatal seria aquele onde o conhecimento técnico e científico estivesse à disposição do Estado, para gerir a economia e administração pública. O ISEB concordava com a ESG nesse ponto, porém não entendia essa hipótese desvinculada às necessidades das classes menos favorecidas da população. Logo, a participação política da população seria necessária e decorrência desse processo. Justamente aí que a ESG elabora seu próprio discurso, quando entende que não seria possível misturar planejamento técnico e científico com política. E as questões políticas a ESG não discutiria.

Outro modelo discursivo identificado pela autora, que existe nas duas instituições e que através dele é que ambas elaboram seus próprios discursos políticos é o discurso dos privilegiados, considerado o principal discurso antagônico existente em ambas: identificam na sociedade um grupo minoritário que possui privilégios e que deseja manter seu *status quo*, em detrimento do bem-estar social. Torna-se necessário então desenvolver uma nova elite, mais próxima da realidade popular e identificada diretamente com as carências e necessidades do povo. É justamente aí que se configuram diferenças em torno das propostas do ISEB e da ESG, já que ambas teriam diferentes concepções de elites. No discurso desenvolvimentista, as duas instituições compartilham a idéia que o desenvolvimentismo foi positivo para o crescimento econômico da nação, praticamente em todos os setores sociais (excetuando-se os trabalhadores do campo), mas que, a partir de determinado momento, ele não foi mais útil à população, pelo contrário, ajudou a concentrar ainda mais a renda na mão de poucos. O discurso político do ISEB traça uma crítica específica ao período JK – e isso acaba por ser coerente com o discurso da nova direção do instituto, que sob a direção de Vieira Pinto, era totalmente oposta às práticas e idéias do ISEB pensado por Hélio Jaguaribe, por exemplo, entre 1955 e 1958.

Por fim, no discurso da revolução pela violência, tanto o ISEB quanto a ESG reconhecem a existência desta idéia, já que chegaria a um ponto de tamanha miséria e pobreza que a classe oprimida daria um basta através do uso da violência para fazer sua revolução. As duas instituições entendem contudo, que fazer revolução não implicaria em “pegar em armas” e sim fazer a revolução pelo viés político.

A análise destes cinco modelos discursivos permitem que Guita Grin Debert formule sua compreensão acerca das propostas do ISEB e da ESG, no seu entender, propostas divergentes e antagônicas, mas sendo originais de cada instituição. No seu entender, o ISEB, em 1963 – ano cujas atividades e leituras dos trabalhos do instituto foram analisadas mais especificamente – o ISEB, se por um lado não era mais um instituto de assessoria ao governo (como fora concebido, em seus primórdios), por outro não seria uma “vanguarda leninista”. O instituto entendia que as reformas de base não deveriam ser apenas um “aperfeiçoamento reformista”, mas algo mais incisivo e que tivesse a população como elemento ativo e atuante do processo de tomada de decisões. Na ESG, as reformas de base eram vistas como essenciais para o desenvolvimento econômico, porém, desde que não se chocassem com interesses de grupos distintos. A grande questão era evitar que esse movimento reformista fosse identificado como comunismo. No entanto, a ESG via setores como a elite de forma negativa, já que se não se dispunham, em hipótese alguma, a negociar ou ceder. A diferença para o ISEB é que se este via o engajamento popular como base fundamental de transformação desse panorama desalentador, a ESG via seu próprio estagiário com potencial legitimador de mudança. Numa conjuntura internacional que apresenta ao mundo dois blocos antagônicos de poder – EUA x URSS -, a ESG, embora criticasse o capital estrangeiro, via como única saída que o país estivesse aliado ao Ocidente. O capital estrangeiro deveria ser controlado pelo Estado, mas sendo também entendido como fundamental para o desenvolvimento da nação.

Após minuciosa análise de modelos discursivos utilizando-se de estudos comparativos entre as idéias elaboradas no âmbito das duas instituições, a autora elenca algumas formulações que são capazes de apontar para perspectivas em comum existentes no ISEB e na ESG. Identifica, por exemplo, que a miséria e a desigualdade social constituem a triste realidade nacional, e que somente pela compreensão da existência real desses problemas é que se poderá pensar em revolução. Nesse ponto, a ESG entendia, com certo temor, uma fresta para que o comunismo se desenvolvesse. Já

no ISEB, a miséria e desigualdade social seriam elementos incentivadores de mudança, que justificariam as reformas de base que mudariam por completo a realidade de abandono e carência.

O modelo de desenvolvimento econômico pensado seria o de desenvolvimento industrial, sendo políticas de caráter de redistribuição fatores importantes. E para que isso ocorresse, o Estado deveria se “modernizar”, ser reinventado, orientando de modo científico o desenvolvimento econômico e social. A reinvenção do Estado não surgiria a esmo: teria que ser planejada, e o único projeto político admitido não seria outro que não fosse um projeto cem por cento nacional – o que justificava, assim, a existência do próprio ISEB e ESG, como sendo centros de altos estudos. Outra perspectiva compartilhada residia na mudança de mentalidade e atuação das elites, que em detrimento de privilégios próprios, teria nova postura no sentido de entender seus interesses como fazendo parte de um todo, comuns também aos interesses da nação. E a redefinição da relação com o capital estrangeiro, por fim, era outra perspectiva em comum entre ambas as instituições.

O trabalho de Guita Grin Debert é emblemático justamente por ter como diferencial, não apenas o estudo de uma instituição apenas, analisando-a de modo isolado e desprendido do contexto político, econômico e social da época, mas por ser feito com base comparativa entre duas instituições que se propunham, aos seus modos, formular propostas para o desenvolvimento econômico (acelerado) da nação. E isso também incluía as diferentes percepções de conflito em nível internacional, e no caráter de transformações em nível interno – daí reside a importância deste estudo. Colocadas as instituições em comparação, a diferença não seria baseada apenas no nacionalismo de uma instituição em contraposição a uma visão cosmopolita de outra. O que se distingue são as formas para se alcançar o desenvolvimento nacional. Para o ISEB, a via principal seria o de se implementar as reformas de base que, somadas ao planejamento e à participação direta do povo, fariam que o poder aquisitivo e a produção aumentasse, colocando o Brasil como força capaz de fazer frente aos EUA e URSS. Para a ESG, no entanto, seria impossível conceber o desenvolvimento econômico autônomo: apesar das críticas ao capital estrangeiro, como já mencionamos anteriormente, o que importava era a redefinição de relações entre o Brasil e os EUA – única forma do país alcançar o desenvolvimento econômico desejado.

A autora destaca o papel importante que os intelectuais das duas instituições tiveram, no período estudado – início do anos 1960 – no momento em que o povo emerge como importante ator do jogo político. Num paralelo ao estudo desenvolvido por Clifford Geertz<sup>38</sup> na Indonésia, na mesma década, a autora ressalta que tanto o ISEB como a ESG viam o Brasil como um *État Manqué*, que não teria encontrado um modelo político ideal adequado ao seu povo e à riqueza de seus recursos naturais. Mas se Geertz afirmava que “não existia na Indonésia um termo capaz de unir as forças em luta”, no Brasil não faltam elementos: reformas de base, intervenção estatal, fim do privilégio das elites, entre outros, constituem fatores em comum, geradores de formulações do ISEB e da ESG. A grande crítica feita por Guita reside no fato do sentido social ou ideológico do discurso adversário ter sido esvaziado quando se empregaram rótulos como “comunistas” ou “entreguistas”. O debate foi reduzido e simplificado.

O sociólogo Daniel Pécaut, em sua obra *Intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*<sup>39</sup>, no que se refere à geração de 1954-1964, procura fazer uma análise das distintas orientações intelectuais que marcaram essa época, analisando algumas instituições, entre elas, o ISEB. Segundo ele, muitas pesquisas foram realizadas sobre as instituições na década de 1950, entretanto sempre restrita ao campo da história das idéias, sem ir mais a fundo, de fato, na influência que essas instituições tiveram face aos acontecimentos que ocorriam. Os intelectuais dessa década – e aí o autor inclui o exemplo do ISEB – visavam promover uma revolução, com base numa ideologia, onde tanto o desenvolvimento econômico, como a emancipação das classes populares e a independência nacional estariam inseridos no mesmo projeto. E justamente no que Pécaut chama de segunda fase do instituto, é que seus intelectuais querem participar da revolução nacional brasileira. Interpreta que por isso, o intelectual estava muito próximo da intelectualidade russa, já que buscava na ideologia uma forma de se manifestar, desvinculando-se das relações concretas de classe, estabelecendo-se à frente do povo, através do pensamento.<sup>40</sup> Mas não entrando na classe que pretendiam servir, mas por

---

<sup>38</sup>GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

<sup>39</sup>PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. Rio de Janeiro: Ática: 1990

<sup>40</sup>Idem. pp. 104.

meio dessa idéia de classe. Para ele, povo e nação estavam unidos, caminhavam juntos intrinsecamente: o povo era a garantia de unidade nacional, cabendo ao intelectual ser o intérprete, porta-voz das massas populares. O país caminhava para se tornar uma sociedade democrático-burguesa, resultado do acelerado processo de desenvolvimento econômico. Mas ressalta uma característica importante desde intelectual: ele se tornaria um ser político, ajudando o povo a ter a tomada de consciência da realidade que o cerca. O autor faz a separação do instituto em fases vivenciadas e no que denomina de terceira fase, atribui-lhe o nome de “último ISEB radical-populista”, tendo em vista que muitos de seus professores naquele momento pertenciam ao PCB. As distintas fases do instituto relacionam-se às mutações políticas as quais o ISEB passou, e também às representações políticas que pretendeu impor. Começou nacional-desenvolvimentista, passou a nacional-populista e terminou sendo nacional-marxista.

No artigo “O ISEB por ele mesmo: práticas institucionais e modelos ideológicos”, João Alberto da Costa Pinto<sup>41</sup> se propõe a analisar as atividades desenvolvidas no ISEB, utilizando-se de fontes primárias (revistas e relatórios impressos, entre outros) e também os distintos modelos ideológicos de alguns intelectuais do instituto, justificando o que podemos entender como o ISEB “por ele mesmo”. Ele busca tecer uma caracterização do instituto de forma descritiva, já que reconhece que os diversos estudos sobre o ISEB até então estiveram preocupados em analisar a instituição apenas no campo das idéias e de suas contribuições através dos trabalhos de seus intelectuais.

João Alberto da Costa Pinto utiliza uma reportagem da revista *Manchete*<sup>42</sup>, descrevendo as dependências físicas do instituto e caracterizando alguns aspectos políticos da ação institucional dos intelectuais pertencentes ao quadro docente do ISEB, no seu entender, como sendo uma descrição depreciativa, atendendo princípios

---

<sup>41</sup>PINTO, João Alberto da Costa. “O ISEB por ele mesmo: práticas institucionais e modelos ideológicos” In: MENDONÇA, Sonia Regina de (Org). *Estado e Historiografia no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2006.

<sup>42</sup>*Revista Manchete*, n. 335, Rio de Janeiro, 20/09/1958 – reportagem de Adilson Barros: “O mistério da nona mansão”. (pp. 72-76)

ideológicos contrários ao instituto. O próprio título da reportagem (“O mistério da nona mansão”)<sup>43</sup>, com a foto de Alberto Guerreiro Ramos ao lado, numa janela, conversando ao telefone, o autor faz questão de ressaltar como sendo de tom conspirativo.

Além da descrição do espaço físico do ISEB, a reportagem divide-se em duas partes: na primeira, traz uma listagem onde são expostas algumas críticas feitas aos trabalhos da instituição; e na segunda parte, são expostas razões de defesa do instituto. A reportagem utiliza-se de tom acusatório aos intelectuais do ISEB, marcadamente inserida no anticomunismo predominante da época, sendo o instituto concebido como uma “elite” afastada das massas, um “órgão de cúpula” desimportante. Para isso, a revista *Manchete* faz uso da revista *Cadernos do Nosso Tempo*, que era publicada no ano de 1954, pelo então Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), especialmente de um trecho onde os intelectuais da instituição “confessavam” que tinham um “plano de infiltração lenta e progressiva na administração pública, até controlar os pontos-chave”, visando “transformar o país”. A principal acusação da *Manchete* aos intelectuais do ISEB era a de que seu corpo docente era especializado em preparar ideologias para o governo e também fórmulas jurídicas visando golpes de Estado.

O autor recorre a Nelson Werneck Sodré que, em *A verdade sobre o ISEB*<sup>44</sup>, também cita a revista *Manchete* – uma das publicações mais atuantes no “cenário conspirativo anti-isebiano”, sendo parte da “ofensiva reacionária” contra o instituto.

É bom lembrar que a reportagem da revista *Manchete* foi publicada antes de ocorrer a cisão interna no ISEB entre alguns de seus intelectuais. Com a mudança no estatuto do instituto, dando mais autonomia política e pedagógica ao instituto, João Alberto da Costa Pinto reforça a idéia de que o ISEB deu uma guinada para a esquerda, enfatizando os propósitos nacionalistas da revolução burguesa no país. Para o autor, a partir de 1959, com a reformulação estatutária, o ISEB viveria seu “segundo momento”. E que novamente mudará em 1963, quando ocorre uma radicalização da revolução

---

<sup>43</sup>Ibidem

<sup>44</sup>SODRÉ, Nelson Werneck. *A verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

brasileira rumo ao socialismo, com “práticas esquerdistas” – expressão emprestada de Nelson Werneck Sodré.

Por outro lado, João Alberto da Costa Pinto recorre à documentação do próprio ISEB, que descreve de modo mais detalhado as atividades desenvolvidas pelo instituto, com base em relatórios. O principal é o Relatório Sucinto das Atividades do Instituto Superior de Estudos Brasileiros<sup>45</sup> – entre os anos de 1960 a 1965 -, na visão do autor, provavelmente elaborado por Roland Corbisier – diretor do ISEB. Nas 65 páginas deste relatório, o autor apresenta dados estatísticos sobre as atividades desenvolvidas no instituto no período exposto.

O autor conclui que o ISEB altera suas práticas institucionais a partir de 1959, expandindo-se de sua sede e dirigindo-se à sociedade civil. Outra conclusão relaciona-se com o corpo discente do instituto, que segundo João Alberto da Costa Pinto, é oriundo, em sua maioria da sociedade civil, apesar de também constarem burocratas em seus quadros. Chama a atenção também para o vínculo com instituições como sindicatos trabalhistas, entidades patronais e de representação estudantil, como a UNE, por exemplo, estando a política feita pelo ISEB inserida num amplo debate envolvendo a sociedade civil. Inclusive o autor perfaz uma crítica a Caio Navarro de Toledo, quando este cita o ISEB como uma “fábrica de ideologias”: segundo João Alberto da Costa Pinto, a expressão minimiza a capacidade de articulação do instituto com a sociedade civil, com suas práticas institucionais, como sendo meramente difusora de idéias.

Outro documento utilizado pelo autor é o Relatório EMFA/ISEB<sup>46</sup>, de investigação sigilosa sobre as atividades do ISEB, assinado pelo general Edgar Amaral, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e dirigido ao presidente da República, Juscelino Kubitschek. João Alberto da Costa Pinto ressalta que a maior crítica dos

---

<sup>45</sup>Relatório sucinto das atividades do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) durante o período de janeiro de 1956 a novembro de 1960. Biblioteca Nacional – Seção de Manuscritos / Arquivo INL. AR 44, 30, 49.

<sup>46</sup>Exposição de motivos n. 003 – B, de dezembro de 1959 (General Edgar Amaral – Comandante do EMFA) – Arquivo Nelson de Melo / CPDOC / FGV-RJ

militares ao ISEB estava relacionada ao fato dos cursos serem dirigidos a oficiais não pertencentes ao alto escalão das Forças Armadas, e a prática do ISEB direcionar cursos a estes oficiais não era responsabilidade do instituto, sendo considerada então, uma forma de infiltração comunista, visando meramente a aliciar oficiais para doutrinar contrárias ao progresso do país.

Em complemento à análise institucional do ISEB, o autor dedica outra parte de seu artigo apresentando o que chama de “vértices teóricos”, desenvolvidos nos debates intelectuais internos. Para isso, ele elabora uma periodização do instituto, que se divide em três fases ideológicas, sendo Helio Jaguaribe o intelectual síntese da primeira fase do instituto, Nelson Werneck Sodré representando a segunda fase e por fim, Wanderley Guilherme dos Santos – auxiliar de Álvaro Vieira Pinto - como expressão maior da terceira e derradeira fase do ISEB. João Alberto da Costa Pinto ressalta que embora cada intelectual dispusesse de relativa autonomia diante das disciplinas que lecionava, era visível a existência de três “visões de mundo”, que originariam distintos paradigmas de revolução brasileira. Com base nessa periodização representando os momentos distintos do ISEB, João Alberto da Costa Pinto aponta a obra *O nacionalismo na atualidade brasileira*<sup>47</sup>, de 1958, como síntese do pensamento de Helio Jaguaribe e consequentemente da visão de mundo do instituto. Já Nelson Werneck Sodré é lembrado com sua obra *Formação Histórica do Brasil*, de 1962. Por fim, a fase “esquerdista” do instituto é ressaltada principalmente através do livro “Reforma contra reforma”, publicado em 1963 por Wanderley Guilherme dos Santos. Esta obra que por sinal representou, segundo o autor, a virada, de fato, das posições do ISEB: foi um ataque direto ao “primeiro ISEB”, com suas premissas teóricas inaugurais.

---

<sup>47</sup>JAGUARIBE, Helio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

## CAPÍTULO 2

### Os intelectuais, as práticas e os distintos projetos de ISEB

“O ISEB era uma espécie de tribuna política intelectualizada.”<sup>48</sup>

“Basta de entender o Brasil. É preciso modificá-lo”<sup>49</sup>

O ISEB foi uma instituição desde o início marcada pela heterogeneidade, onde alguns intelectuais se sobressaíram mais que outros, apesar da grande importância que todos tiveram na construção do instituto e em toda a sua trajetória.

Este capítulo tem o propósito de analisar os diferentes projetos de ISEB, formulados por alguns de seus intelectuais. Esses nomes mereceram uma análise mais detalhada de suas visões sobre o encaminhamento multifacetado que o ISEB tomou durante sua trajetória. O critério de escolha dos intelectuais privilegiou suas trajetórias individuais dentro da instituição. Como pensavam o ISEB, quais deveriam ser os objetivos do instituto e as atividades desenvolvidas pelo mesmo? Como viam o ISEB, enquanto participantes daquele projeto?

Sempre estive em movimento no âmbito das idéias, nunca fechada em torno de uma interpretação sobre os problemas brasileiros. Numa comparação com o pensamento de Marx, em *A Ideologia alemã*<sup>50</sup>, onde os filósofos Ludwig Feuerbach, Bruno Bauer e Max Stiner limitavam-se em entender o mundo, os intelectuais do ISEB iam além disso: buscavam entender os problemas brasileiros, mas indo além, procurando formar uma elite intelectual que fosse ao encontro de soluções para estes problemas, transformando a realidade brasileira. Logo, o ISEB seria o cenário não apenas para se pensar a transformação do Brasil no plano das idéias, mas para transformar esse pensamento em ação. A confirmação disso pode ser constatada nas distintas formas que o projeto

---

<sup>48</sup> Wanderley Guilherme dos Santos em entrevista concedida a Alzira Alves de Abreu. (S/D)

<sup>49</sup> Alberto Guerreiro Ramos. Entrevista de Hélio Jaguaribe concedida a Alzira Alves de Abreu em Paris. 01/09/1970.

<sup>50</sup> ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *A Ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

original do instituto, iniciado em 1949 tomou, até se consolidar em 1955 num produto acabado nominalmente chamado ISEB. No entanto, este produto acabado era apenas em nível de instituição, já que internamente as idéias convulsionavam-se desde o início dos primeiros trabalhos do grupo que o compôs, desde os primeiros estudos, suas primeiras mobilizações. Tal qual a metáfora do “ônibus que parte da estação e era inevitável pegar carona”<sup>51</sup>, os intelectuais do ISEB moldaram o instituto ao longo de seu (breve) tempo de existência, desenhando contornos que eram definidos por suas biografias individuais e pelas conjunturas nacionais e internacionais. A análise de algumas biografias tornou possível observar o ISEB sob outro prisma, formado por pessoas que tinham interesses em projetos de nação ora distintos, ora convergentes. Se de um lado existia o projeto de se formular uma ideologia do nacional- desenvolvimentismo, por parte de um grupo de intelectuais, já outro grupo ia além, imaginando o instituto como uma agência de articulação política que fosse instrumento para uma atuação junto a militares, sindicatos e organizações estudantis. É possível perceber que essas profundas contradições ajudaram a transformar o ISEB ao longo do tempo.

Os intelectuais do ISEB tinham distintas visões de mundo. Existiam marxistas, ex-integralistas, católicos, filósofos e sociólogos dentro do instituto. Intelectuais que diante das transformações, ou mesmo diante da crise econômica e política em curso na sociedade brasileira, concebiam e davam forma a uma direção ideológica, direcionada para uma retomada autônoma e nacionalista do desenvolvimento do país. Eles defendiam a proposta de uma Revolução Democrática Burguesa na sociedade, capitaneada por uma burguesia nacional, e que integrasse também o proletariado, o campesinato e a nova classe média, que seria um setor dinâmico da sociedade, interessado na industrialização do país. Os intelectuais do ISEB exerciam funções organizativas em sentido amplo, seja no campo da cultura, seja no campo administrativo-político – é importante ressaltar que alguns intelectuais do ISEB exerceram funções administrativas em governos anteriores – e relacionavam-se com altas esferas no governo JK.

---

<sup>51</sup>DE OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

O que distingue um intelectual é não somente sua atividade intelectual; é seu papel na sociedade, sua atuação em condições e relações sociais determinadas. Isso vai ao encontro da proposta do ISEB, em sua fundação, em 1955. É o que aponta o decreto de criação do instituto, em seu artigo 2º, que informa que:

“O ISEB tem por finalidade o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, [...] especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, visando à elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional”.<sup>52</sup>

O ISEB, ao elaborar cursos segmentados, voltados para se pensar (em solucionar) os problemas nacionais, aproxima-se das idéias de Gramsci, já que este ressaltava a necessidade do contato dos intelectuais com a sociedade, visando a formação de um bloco intelectual e moral que levasse ao progresso intelectual da massa e sua inserção nesse contexto atuante. É interessante então perceber os distintos significados que o ISEB adquiriu, ao longo de sua existência, como se o instituto fosse se metamorfoseando, de acordo não somente com o contexto político e social da época, mas também fosse se moldando conforme o que seus integrantes pensavam do instituto, confundindo suas trajetórias com os caminhos percorridos pelo instituto.

Este capítulo joga luz sobre o ISEB, mostrando suas práticas, o *modus operandi* de seus cursos, quem eram seus pesquisadores e de onde vinham seus alunos.

---

<sup>52</sup>BRASIL. *Decreto n. 57.608*, de 14 de julho de 1955. Decreto de criação do ISEB.

## 2.1. As práticas do ISEB

“O ISEB não é uma seita religiosa, não é tampouco um partido político (...) não é uma instituição de ensino nos moldes acadêmicos, nos moldes tradicionais, não é uma academia”.<sup>53</sup>

“Eu me vi no ISEB como uma pessoa que toma um ônibus e tem que ir para algum lugar.”<sup>54</sup>

A partir de 1956, a ideologia do desenvolvimentismo passou estrategicamente a se operacionalizar através das instâncias educativas do ISEB, o ensino e a pesquisa. O instituto passou por uma grande expansão nessas áreas, aumentando o quadro de professores e também passando por uma reestruturação administrativa. Inicialmente as aulas eram ministradas no próprio auditório do edifício-sede do MEC, na rua da Imprensa, no Rio de Janeiro, hoje denominado Palácio Gustavo Capanema. A realização das primeiras aulas neste endereço denota o enorme prestígio político que o instituto desfrutava junto ao governo de Juscelino Kubitschek.

O ISEB mantinha um Curso Regular, de três horas por dia, no qual era exigido dos alunos curso universitário. O curso incluía aulas, seminários, trabalhos de grupo e conferências - com duração de um ano letivo (doze meses). Para concluir o curso, o aluno tinha que elaborar uma tese. O curso era constituído de cinco disciplinas: economia, sociologia, política, filosofia e história, sendo professores os chefes de departamentos ou professores adjuntos e assistentes por eles indicados.<sup>55</sup>

As conferências ocorriam sempre às sextas-feiras, e eram convidados professores de fora do instituto para dissertar sobre diversos assuntos considerados relevantes para a compreensão do Brasil e estratégicos para o desenvolvimento do país: portos, petróleo, capitais estrangeiros, siderurgia, educação, transportes e economia, eram temas sempre apresentados e discutidos. Havia ainda grupos de trabalho, bolsistas

---

<sup>55</sup>“Relatório sucinto de atividades do ISEB, de janeiro de 1956 a novembro de 1960”. Biblioteca Nacional: Seção de Manuscritos: Arquivo INL (Instituto Nacional do Livro): (52,30,49).

<sup>56</sup>Ibidem

dos estados, que faziam pesquisas nos diversos departamentos após o horário das aulas.<sup>57</sup>

Os estagiários do instituto não vinham de apenas uma região do país. O acesso ao relatório de atividades do instituto, no período entre 1956 e 1960 indica que vieram estudar no ISEB estagiários de diferentes estados brasileiros, entre os quais, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul - o que denota que o projeto de se pensar as grandes questões nacionais, proposto por seus intelectuais despertava interesse nacional.<sup>58</sup> Todos os temas estavam intrinsecamente relacionados à política econômica industrializante do governo JK. Por exemplo, um dos ministérios mais prestigiados com verbas públicas, durante o governo de Juscelino foi o Ministério da Viação e Obras Públicas, comandado por Lúcio Meira<sup>59</sup>, responsável pela construção de rodovias – um dos temas discutidos nas conferências na rua das Palmeiras.

RELAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DIPLOMADOS E BOLSAS DE ESTUDOS OFERECIDAS, ENTRE 1956 E 1960

Ano	Estagiários diplomados	Bolsas de Estudo
1956	65	11
1957	41	13
1958	30	5
1959	30	6
1960	46	8
Total	213	43

Fonte: Relatório sucinto de atividades do ISEB, de janeiro de 1956 a novembro de 1960”. Biblioteca Nacional: Seção de Manuscritos: Arquivo INL (Instituto Nacional do Livro): (52,30,49).

A aula inaugural ocorreu em 14 de maio de 1956, ministrada por Álvaro Vieira Pinto, em solenidade no auditório do Ministério da Educação, na qual estiveram presentes o presidente Juscelino Kubitschek, o ministro da Educação e Cultura, Clóvis

---

<sup>57</sup>Ibidem.

<sup>58</sup>Ibidem

<sup>59</sup>LEOPOLDI, Maria Antonieta P. “Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do governo JK (1956-1960)” In: GOMES, Angela de Castro (Org). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV, 1991. p. 107-142

Salgado, além de diversos ministros de Estado, parlamentares, e representantes das Forças Armadas e da administração pública em geral. O tema da aula foi “Ideologia e desenvolvimento nacional”, e Vieira Pinto discorreu sobre a necessidade de elaboração de uma ideologia de desenvolvimento nacional para a interpretação da realidade brasileira. Para ele, era importante compreender o termo “desenvolver-se” nos vários aspectos econômicos e sociais. Após a exposição do professor, o ministro Clóvis Salgado, que ressaltou os propósitos do ISEB, que seriam os de “reunir as elites intelectuais brasileiras para o estudo de métodos racionais e científicos, para que possam contribuir para acelerar o processo de desenvolvimento nacional, em favor do Brasil”.<sup>60</sup>

Coube ao presidente Juscelino Kubitschek ser o último orador da aula inaugural:

“Além de afirmar que se sentia honrado em presidir o início das atividades do ISEB, JK salientou que o governo sentia a importância e a necessidade de um grande movimento educativo como aquele, que se propunha o ISEB. E que depois que assumira a chefia do governo, após uma longa campanha política, trazia para seu programa administrativo um plano de ação que traduzia a média das aspirações e dos anseios da massa popular que ele ouviu em tantos recantos do Brasil. E porque compreendia a significação de empreendimentos como o ISEB, que se propõe a interpretar com seriedade, a realidade brasileira, é que felicitava os dirigentes do instituto, assegurando que o governo prestigiará todas as iniciativas que nesse gênero se lancem no país”.<sup>61</sup>

O primeiro curso regular, oferecido no mesmo ano, teve cem alunos inscritos, sendo 16 oficiais do Exército, quatro oficiais da Marinha, 12 advogados, sete economistas, quatro deputados, 12 professores de níveis distintos e dez funcionários

---

<sup>60</sup>*Diário Oficial da União*. 15/06/1956. <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2673981/dou-secao-1-15-05-1956-pg-26>. Acesso em 03/06/2010.

<sup>61</sup>*Ibidem*

públicos, oriundos de diversos estados da União. Os demais eram vinham da indústria e do comércio, jornalistas e diplomatas.

RELAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DIPLOMADOS E BOLSAS DE ESTUDOS OFERECIDAS, ENTRE 1956 E 1960

Ano	Estagiários diplomados	Bolsas de Estudo
1956	65	11
1957	41	13
1958	30	5
1959	30	6
1960	46	8
Total	213	43

Fonte: Relatório sucinto de atividades do ISEB, de janeiro de 1956 a novembro de 1960”. Biblioteca Nacional: Seção de Manuscritos: Arquivo INL (Instituto Nacional do Livro): (52,30,49).

A primeira turma formada pelo ISEB, em 20 de dezembro de 1956, recebeu o nome de “Turma Barão de Mauá” – o Barão de Mauá foi um grande empresário no Império e pioneiro da industrialização no Brasil - e teve como paraninfo o presidente da República, Juscelino Kubitschek.

No final do primeiro ano do curso regular, JK declarou que o ISEB tinha o objetivo de formar uma atmosfera favorável ao desenvolvimento, ressaltando que

“Vós sois combatentes do desenvolvimento no plano da inteligência (...) Vossa tarefa de catecúmenos do grande Brasil será mais árdua e perigosa, porque lutareis com argumentadores, com fins representantes da decadência, com gente de recursos.”<sup>62</sup>

RELAÇÃO DE AULAS, CONFERÊNCIAS E SEMINÁRIOS - CURSO REGULAR, ENTRE 1956 E 1960

Ano	Aulas	Conferências	Seminários	Teses
1956	297	9	64	57
1957	306	12	67	41
1958	292	15	52	30
1959	280	46	28	30
1960	277	13	121	46
Total	1452	95	332	204

Fonte: “Relatório sucinto de atividades do ISEB, de janeiro de 1956 a novembro de 1960”. Biblioteca Nacional: Seção de Manuscritos: Arquivo INL (Instituto Nacional do Livro): (52,30,49).

<sup>62</sup>PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. Rio de Janeiro: Ática: 1990. p.110.

Na tabela acima percebe-se o significativo aumento no número de seminários. Tal fato está relacionado à mudança ocorrida no instituto, que passou a privilegiar seminários externos realizados em sindicatos, universidades, entre outros.

Diante do crescimento do número de cursos e estagiários, que era justamente a intenção do ISEB em alcançar número maior de alunos foi preciso realocar o instituto em um novo endereço, maior e que permitisse mais conforto aos seus estagiários e professores. Em 9 de agosto de 1957 foi inaugurada sua sede, uma casa situada na rua das Palmeiras, 55, em Botafogo, no Rio de Janeiro, casa esta que iria sediar o instituto até seu fim, em abril de 1964.

A casa pertencia ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) e foi alugada por 48 meses pela União para ser a sede do ISEB. O contrato foi firmado em 7 de julho de 1956, no próprio gabinete de Clóvis Salgado, ministro da Educação e Cultura, filiado ao PSD. Estiveram presentes na ocasião, além do próprio ministro – que representava a União Federal e era presidente dos Conselhos Curador e Consultivo do ISEB -, Roland Corbisier, diretor-executivo do ISEB, e José Raimundo Soares Silva, presidente do IAPI. Os valores acertados por contrato previam o pagamento de Cr\$ 45.500,00 (quarenta e cinco mil e quinhentos cruzeiros) nos primeiros 24 meses de locação, sendo depois reajustado para Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), do vigésimo quinto mês ao trigésimo sexto mês, e para Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros), do trigésimo sétimo mês até o fim do contrato. O contrato previa também a possibilidade de renovação do aluguel. A verba utilizada para essa transação fazia parte da cota destinada às campanhas de Educação – diversas ações de incentivo à Educação no Brasil, capitaneadas pelo próprio MEC -, autorizada pela Presidência da República.<sup>63</sup>

Em 1957, a segunda turma (“Turma Roberto Simonsen”), em homenagem ao empresário Roberto Simonsen, ex-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e membro da comissão executiva do PSD, além de defensor da

---

<sup>63</sup>*Diário Oficial da União*. 16/07/1956. <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2780359/dou-secao-1-16-07-1956-pg-35/pdfView>. Acesso em 03/06/2010.

intervenção do Estado na economia como financiador e empresário uma economia planejada para o país, formou-se em 20 de dezembro e teve como paraninfo o general Henrique Teixeira Lott.<sup>64</sup> O general foi o artífice do movimento que possibilitou que Juscelino Kubitschek assumisse a presidência da República, em 1956. Lott também defendia idéias nacionalistas, e foi apoiado pela Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), quando resolveu concorrer à presidência da República. Sua coligação era formada pelo Partido Social Democrático (PSD), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pelo Partido Republicano (PR). E mesmo tendo expressado uma vez ser contrário à ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB), contou também com o apoio de Luís Carlos Prestes.<sup>65</sup> Segundo Daniel Pécaut, em 1960, diversos professores do ISEB trabalharam na campanha da candidatura do marechal Lott à presidência.<sup>66</sup>

O recrutamento para se integrar aos cursos regulares era feito através de um ofício aos ministérios civis, militares e para-estatais, que indicavam os estagiários. Segundo Roland Corbisier, o objetivo deste tipo de recrutamento era o de formar quadros dirigentes. Diversas instituições, a grande maioria pertencente ao setor público e governamental, enviaram estagiários de tempo integral ao ISEB. Em 21 de fevereiro de 1957, o prefeito do Distrito Federal, Francisco Negrão de Lima, publicou no *Diário Oficial da União* uma portaria colocando à disposição do Ministério da Educação e Cultura dois servidores da Prefeitura, o médico Odemar de Almeida Franco, diretor do Albergue da Boa Vontade, e José Luciano Lopes, professor de curso secundário, para cursarem o ISEB durante o ano letivo de 1957, no período de 01 de março a 15 de dezembro, assegurando aos referidos servidores seus vencimentos e benefícios de servidores públicos.<sup>67</sup> No mês seguinte, em 8 de março, Negrão de Lima publicaria nova portaria autorizando que Abelardo de Melo Xavier da Silveira - engenheiro e

---

<sup>64</sup>Relatório sucinto de atividades do ISEB, de janeiro de 1956 a novembro de 1960". Biblioteca Nacional: Seção de Manuscritos: Arquivo INL (Instituto Nacional do Livro): (52,30,49).

<sup>65</sup>*Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB) Pós-1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001

<sup>66</sup> PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. Rio de Janeiro: Ática: 1990. p.112

<sup>67</sup>*Diário Oficial da União*. 22/02/1957. <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2982327/dou-secao-1-22-10-1957-pg-8>. Acesso em 02/06/2010.

professor de ensino técnico –, cursasse o ISEB durante o referido ano letivo.<sup>68</sup>

Setores que enviaram alunos ao ISEB – por segmento de atuação – 1956 a 1960

Setor	Total
Legislativo	3
Judiciário	2
Ministérios	8
Forças Armadas	4
Bancário	4
Entidades estudantis	5
Empresas públicas	6
Órgãos públicos	2
Institutos de aposentadoria	3
Federações	3
Confederações	3
Sindicatos	2
Entidades patronais	2

Fonte: Relatório sucinto de atividades do ISEB, de janeiro de 1956 a novembro de 1960”. Biblioteca Nacional: Seção de Manuscritos: Arquivo INL (Instituto Nacional do Livro): (52,30,49).

A participação de Negrão de Lima, ao indicar funcionários públicos para fazer parte dos cursos do ISEB não acontecia por acaso. Ele havia ingressado nas fileiras do PSD em 1945, participando em 1950 da vitoriosa campanha de Juscelino Kubitschek ao governo de Minas Gerais e posteriormente também da campanha de JK à presidência da República.<sup>69</sup> Em 1951 fora ministro da Justiça de Vargas, sendo nomeado por Juscelino, em 1956, prefeito do Distrito Federal, onde permaneceu até 1958, quando assumiu o Ministério das Relações Exteriores, sendo nomeado chanceler da Operação Pan-

<sup>68</sup> *Diário Oficial da União*. 8/03/1957. <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2604705/dou-secao-2-08-03-1957-pg-39>. Acesso em 02/06/2010.

<sup>69</sup> *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB) Pós-1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001

Americana (OPA). Na década de 1960 foi ainda governador da Guanabara. Percebe-se então que Negrão de Lima estava alinhado ao governo e também às idéias do ISEB.

Os cursos oferecidos aos alunos do setor público e governamental eram de tempo integral, sendo que no relatório de atividades do instituto, é possível encontrar referências a alunos vindos das seguintes instituições: Senado Federal, Câmara dos Deputados, Câmara dos Vereadores, Ministério da Viação e Obras Públicas, MEC, Ministério da Guerra, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Aeronáutica, Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Ministério da Fazenda, EMFA, Conselho de Segurança Nacional, Prefeitura do Distrito Federal, Clube Militar, Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Petrobras, Polícia Militar do Distrito Federal, Banco da Prefeitura do Distrito Federal, União Metropolitana de Estudantes (UMES), União Nacional de Estudantes (UNE), Comissão Especial da Faixa de Fronteiras do Conselho de Segurança Nacional, Justiça do Distrito Federal, Fábrica Nacional de Motores, Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), Departamento Nacional de Estradas de Rodagens (DNER), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, Montepio dos Empregados Municipais da Prefeitura do Distrito Federal, Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (IAPC), Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores (IAPS), Confederação Nacional do Comércio (CNC), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Minérios e Combustíveis Mineiros, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, Rádio Mundial, Banco do Nordeste do Brasil, Federação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, Departamento de Estradas de Rodagem da Prefeitura do Distrito Federal, Diretório Central dos Estudantes, Diretório Central dos Estudantes de Universidades do Distrito Federal, Diretório Acadêmico Lafayette Cortes (da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade do Rio de Janeiro), Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro, além da Divisão de Delegados regionais do SESI e dos Estados do Amazonas, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Santa Catarina, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São

Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.<sup>70</sup>

Analisando a relação de órgãos públicos, percebe-se que o ISEB de fato direcionava seus cursos para funcionários públicos, seja a serviço de empresas estatais, ou a políticos, militares e assessores ligados diretamente ao governo federal. Também chama a atenção a presença de sindicatos e entidades estudantis, que principalmente a partir de 1959, com a mudança do estatuto interno do ISEB, passam a ter forte presença de estagiários nos cursos regulares e extraordinários do ISEB. Se num primeiro momento o público-alvo era formado pela burocracia do Estado, no momento seguinte percebia-se a adesão de estagiários que viam no ISEB um centro mobilizador de agentes políticos.

Considerando o progressivo aumento de seus encargos, a desvalorização da moeda, o aumento do salário mínimo e o reajuste de 30% nos vencimentos dos servidores públicos, o ISEB teve a verba destinada pelo Ministério da Educação quase triplicada para o ano de 1957.<sup>71</sup> Em 1960 a verba foi novamente aumentada. No governo Jânio as verbas destinadas ao ISEB seriam drasticamente reduzidas, impactando na mudança de posicionamento do instituto, que ganhou as ruas em busca de novos públicos.

VERBAS DESTINADAS AO ISEB, ATRAVÉS DO MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Ano	Verba*
1956	2.979.500,00
1957	8.000.000,00
1958	8.000.000,00
1959	8.000.000,00
1960	10.000.000,00

Fonte: Relatório sucinto de atividades do ISEB, de janeiro de 1956 a novembro de 1960". Biblioteca Nacional: Seção de Manuscritos: Arquivo INL (Instituto Nacional do Livro): (52,30,49).

\*valores em cruzeiros (Cr\$).

<sup>70</sup>Relatório sucinto de atividades do ISEB, de janeiro de 1956 a novembro de 1960". Biblioteca Nacional: Seção de Manuscritos: Arquivo INL (Instituto Nacional do Livro): (52,30,49).

<sup>71</sup>Ibidem

Era comum também que o MEC, através do ISEB, solicitasse que servidores alocados em outros órgãos públicos, fossem cedidos para trabalhar no instituto. É possível perceber que a efetivação dos quadros de funcionários do ISEB obedecia um protocolo próprio dentro da máquina administrativa, onde os servidores transitavam entre as instituições. As autorizações podiam ser feitas diretamente pelo MEC ou passar pela Presidência da República. Geralmente as solicitações eram atendidas, sem restrições. Na Exposição de Motivos nº 18.419-56, de 2 de maio de 1956, o ministério da Fazenda atendia uma solicitação do ISEB e autoriza a cessão do servidor Dora Marinho Lins, Oficial Administrativa lotada na Diretoria das Rendas internas, pelo prazo de um ano.<sup>72</sup> A servidora Maria da Luz Sarmiento da Silva, ocupante do cargo de classe “T” da carreira de Oficial-Administrativo do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, que foi solicitada pelo MEC para exercer o cargo de Chefe da Seção de Estenografia e Datilografia do ISEB pelo prazo de um ano.<sup>73</sup> O MEC também autorizou que Maria do Carmo Aguiar – auxiliar de operadora do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA)-, fosse colocada à disposição para encarregar-se dos serviços da Biblioteca do ISEB.<sup>74</sup> O arquivista Carlos Alberto Queiroz Przewodowski, da Escola Nacional de Belas Artes, lotado na Universidade do Brasil, também teve solicitação autorizada para exercer, por um ano, a função de assessor do Departamento de Política do ISEB.<sup>75</sup> Uma solicitação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, com data de 23 de dezembro de 1957, convocava a servidora Amélia Pinheiros Banerfeldt, escrituária do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (IAPC), a fim de prestar

---

<sup>72</sup>*Diário Oficial da União*. 14/05/1956. <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2690909/dou-secao-2-24-05-1956-pg-4>. Acesso em 02/06/2010.

<sup>73</sup>*Diário Oficial da União*. 19/03/1957. <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3259618/dou-secao-1-19-03-1957-pg-3>. Acesso em 02/06/2010.

<sup>74</sup>*Diário Oficial da União*. 16/10/1958. <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/busca.o491.pg4>. Acesso em 02/06/2010.

<sup>75</sup>*Diário Oficial da União*. 11/06/1959. <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2850713/dou-secao-1-11-06-1959-pg-3>. Acesso em 02/06/2010.

serviços junto ao ISEB, embora tivesse sido aprovada pela Presidência da República, teve parecer contrário do Departamento Administrativo de Serviço Público (DASP), por falta de amparo legal.<sup>76</sup> O MEC autorizou, através da Exposição de Motivos no 22.645-60, de 8 de julho de 1960, a solicitação do ISEB para que o servidor Ovídio Silveira Souza, inspetor de educação física, fosse colocado à disposição do instituto para chefiar a Seção de Revisão do Serviço de Publicações.<sup>77</sup>

Em 1958, a terceira turma (“Turma Tiradentes”) formou-se em 16 de dezembro e teve como paraninfo o ministro da Educação, Clóvis Salgado, principal interlocutor do ISEB junto ao governo federal. O ministro é uma figura-chave para entender não somente o êxito do ISEB junto ao governo, mas também perceber a importância que teve no jogo político no cenário do governo JK. Médico de formação, elegeu-se vice-governador pelo Partido Republicano (PR), na coligação que tinha Juscelino como candidato a governador, ao estado de Minas Gerais. Em 1954, passou a membro do Conselho Federal de Educação (CFE) e com a candidatura de JK à presidência da República, com a obrigatoriedade deste se desincompatibilizar ao cargo de governador, assumiu o governo de Minas Gerais. Com Juscelino na presidência, foi ministro da Educação e Cultura, promovendo a “Educação para o desenvolvimento”: a reestruturação do sistema educacional, adequando este às transformações que aconteciam no Brasil. Segundo consta no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* (DHBB), este programa continha doze diretrizes que se propunham a reformular o sistema de ensino secundário e superior. Acompanhando os paradigmas do desenvolvimentismo, prestigiou o ensino técnico-profissionalizante, visando o desenvolvimento tecnológico. Segundo Maria Victoria Benevides,

“a permanência de Clóvis Salgado na pasta da Educação durante todo o governo de Juscelino Kubitschek, deveu-se ao fato de ele ter sido o único político capaz de compor as facções partidárias, por representar o PR, que, embora pequeno, servia como mediador

---

<sup>76</sup> *Diário Oficial da União*. 15/01/1958. <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/busca?qp56>. Acesso em 02/06/2010.

<sup>77</sup> *Diário Oficial da União*. 27/11/1961. <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/busca.pg-6>. Acesso em 02/06/2010.

entre o PSD e a UDN, favorecendo a estabilidade política do período.”<sup>78</sup>

Álvaro Vieira Pinto, professor de Filosofia, foi quem mais ministrou aulas no ISEB (373), seguido por Nelson Werneck Sodré, professor de Formação Histórica do Brasil (243) enquanto Roland Corbisier, professor de Filosofia no Brasil, ministrou apenas 36 aulas. Isso pode ser explicado pelo fato de que tanto Vieira Pinto como Sodré estiveram no instituto durante toda a breve existência deste, enquanto Corbisier era odiretor do instituto e exercia funções mais administrativas. Por outro lado, o número reduzido de aulas de Hélio Jaguaribe, professor de Política (99) e de Guerreiro Ramos, professor de Sociologia (174), se deve ao fato de ambos terem saído do instituto no final de 1958. A mesma interpretação dos dados estatísticos pode ser observada no que se refere à produção de seminários.

AULAS, CONFERÊNCIAS, PUBLICAÇÕES E SEMINÁRIOS DOS PRINCIPAIS INTELLECTUAIS DO ISEB

	Aulas	Conferências	Publicações	Seminários
Guerreiro Ramos	174	3	3	59
Hélio Jaguaribe	99	1	3	19
Nelson Werneck Sodré	243	-	3	105
Roland Corbisier	36	39	3	11
Vieira Pinto	373	2	2	150

Fonte: “Relatório sucinto de atividades do ISEB, de janeiro de 1956 a novembro de 1960”. Biblioteca Nacional: Seção de Manuscritos: Arquivo INL (Instituto Nacional do Livro): (52,30,49)

Em contrapartida, na função de diretor do ISEB, Roland Corbisier era muito solicitado para proferir conferências no Curso Regular para estagiários e também aulas inaugurais de Cursos Extraordinários. O número de publicações manteve a média de três publicações por intelectual.<sup>79</sup>

<sup>78</sup> *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB) Pós-1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001

<sup>79</sup> “Relatório sucinto de atividades do ISEB, de janeiro de 1956 a novembro de 1960”. Biblioteca Nacional: Seção de Manuscritos: Arquivo INL (Instituto Nacional do Livro): (52,30,49)

O quadro acima expõe dados estatísticos daqueles que são considerados os fundadores, de primeira hora, do ISEB. São também os intelectuais que mais marcaram a trajetória do instituto e coincidentemente, os atores envolvidos nos distintos momentos que o ISEB viveu. Hélio Jaguaribe era o líder natural do instituto – inclusive Nelson Werneck Sodre admitiria isso posteriormente -, mais tarde, Roland Corbiser, Vieira Pinto e o próprio Nelson Werneck Sodré estariam à frente do instituto. Guerreiro Ramos assumiria um papel de contestador, mesmo durante o período em que esteve ligado às atividades do ISEB e também posteriormente, quando não poupou críticas ao desenrolar das atividades que ocorreram no instituto. Portanto, falar do ISEB sem citar esses cinco intelectuais, e compreender a importância que tiveram para a história desta instituição, seria cometer um equívoco. Foram lideranças que apresentaram distintos projetos, heterogêneos e que por isso retrataram bem a síntese do instituto.

Em 30 de dezembro de 1959, a quarta turma (“Turma Getúlio Vargas”) formou-se e teve como paraninfo o deputado mineiro Gabriel Passos, da UDN<sup>80</sup>. Mais uma vez, uma grande expressão de cunho nacionalista era homenageada pelo ISEB. E Gabriel Passos era figura emblemática, já que havia sido um dos fundadores da FPN e seu principal teórico. O deputado fora conferencista do ISEB em 1959 de um curso voltado exclusivamente para as Forças Armadas, expondo sobre “O Petróleo Boliviano”. A propósito desse tema, Gabriel Passos esteve diretamente envolvido em uma querela diplomática envolvendo o Brasil e a Bolívia: o Acordo de Roboré. Este, assinado em 1958, revisava um acordo tratado originalmente, em 1938, pelos governos de Getúlio Vargas e Germán Busch, e cedia territórios para a Bolívia, além de abrir mão das garantias da dívida daquele país com o Brasil. Criou uma CPI, a qual fora o relator, que tinha por objetivo apurar a extensão dos compromissos brasileiros firmados e assinados em La Paz, em 28 de março de 1958. Segundo o deputado, o acordo violava os princípios do monopólio estatal do petróleo e prejudicava as atividades da Petrobras na prospecção de jazidas no território nacional, desviando recursos públicos para tal fim. Um dos principais entusiastas dessa CPI foi o presidente da Petrobras, o tenente-coronel Janari Gentil Nunes, que em 13 de junho de 1956 apresentara palestra no ISEB

---

<sup>80</sup> *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB) Pós-1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001

intitulada “O programa da Petrobras para o desenvolvimento nacional”. Gabriel Passos viria posteriormente ser ministro das Minas e Energia no primeiro gabinete parlamentarista de Tancredo Neves, do PSD.<sup>81</sup>

Segundo o DHBB, “a FPN foi um grupo que entre 1956 e 1964 reuniu deputados de vários partidos políticos comprometidos em defender no Congresso Nacional políticas e soluções nacionalistas para os problemas do desenvolvimento brasileiro”.<sup>82</sup> E surgiu justamente num momento onde o nacionalismo estava em voga. Assuntos como a defesa da indústria nacional, o monopólio estatal do petróleo, estabelecimento de indústrias de base, a Política Externa Independente (PEI), entre outros, eram discutidos tanto na sociedade, como também entre parlamentares. A FPN não era anti-governista, já que vários de seus deputados eram juscelinistas, e defendia temas que diretamente eram de interesse do governo, como a indústria automobilística, os estaleiros nacionais, grupos industriais brasileiros e a interiorização da capital – consumada com a transferência da capital federal para Brasília, em 1960, um dos maiores feitos do governo JK. Os deputados que faziam parte da FPN eram oriundos de diferentes partidos e discutiam temas como a questão do petróleo, dos recursos minerais, investimentos de capital estrangeiro e capital nacional, revisão dos acordos internacionais, transportes, custo de vida, entre outros. Temas que eram diretamente analisados e discutidos pelo ISEB em seus cursos, palestras e conferências e que, com o desenrolar dos anos, seriam discutidos com maior ênfase por seus intelectuais. É possível então verificar que o ISEB e a FPN estavam abraçados às mesmas causas.<sup>83</sup> Segundo Daniel Pécaut, o ISEB chegara até a elaborar projetos de lei para a FPN<sup>84</sup>. Outro exemplo é a atuação do deputado Sérgio Magalhães (PTB), pertencente à FPN, que nos meses de maio e junho de 1959, proferira palestra sobre “Capitais Estrangeiros no Brasil”, no Curso Extraordinário sobre Problemas Brasileiros, destinado para

---

<sup>81</sup> Idem

<sup>82</sup> Idem

<sup>83</sup> Idem

<sup>84</sup> PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. Rio de Janeiro: Ática: 1990. p.112

lideranças universitárias.<sup>85</sup>

## 2.2. Os distintos projetos de ISEB

“Parece-me inútil salientar a importância do papel que a inteligência pode e deve desempenhar nesse processo (...) compete-lhe ser o órgão da consciência nacional, o centro vigilante incumbido de iluminar o processo, de formular o diagnóstico da realidade brasileira...”<sup>86</sup>

“Todo o movimento político vive da sua mística e morre da sua política”<sup>87</sup>

Interpretar o ISEB como órgão indissociável a uma instituição de ensino, com professores, alunos (estagiários), disciplinas e teses apresentadas ao final dos cursos, constitui armadilha para aqueles que se prontificam a estudar esta instituição. Justamente porque as fontes apresentam informações que levam o pesquisador a perceber que se tratava de uma escola de altos estudos pós-universitários. Entretanto, como bem lembrou François Simiand, o conhecimento histórico é “um conhecimento através de vestígios”<sup>88</sup>. A análise e interpretação das fontes coletadas muda esse panorama e mostra que o instituto foi palco de inúmeras disputas políticas, não apenas no sentido de forjar uma ideologia que repercutisse o nacional-desenvolvimentismo no Brasil, mas também verdadeiros embates internos cujo propósito era assegurar a

---

<sup>85</sup>“Relatório sucinto de atividades do ISEB, de janeiro de 1956 a novembro de 1960”. Biblioteca Nacional: Seção de Manuscritos: Arquivo INL (Instituto Nacional do Livro): (52,30,49)

<sup>86</sup>CORBISIER, Roland. *Autobiografia filosófica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 275.

<sup>87</sup>Roland Corbisier, em discurso na solenidade de formatura da turma de estagiários do ISEB, em 16/12/1958. A frase foi atribuída a Charles Péguy, poeta e ensaísta francês. Arquivo Alzira Alves de Abreu.

<sup>88</sup>BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 73.

afirmação de alguns intelectuais em detrimento de outros.

Um dos episódios que confirmam essa idéia coincidiu com a grande crise interna em fins de 1958, não apenas por causa da apresentação de trechos do livro *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*, de Hélio Jaguaribe. A saída de Alberto Guerreiro Ramos, um dos intelectuais fundadores do ISEB, constitui um exemplo de uma disputa pessoal, dentro do instituto.

Um dos propósitos iniciais do ISEB foi criar um Serviço de Estudos e Pesquisas, que seria dirigido especialmente por Guerreiro Ramos. No entanto, como suas atribuições na chefia do departamento de sociologia lhe ocupavam tempo integral, a responsabilidade pela direção do Serviço de Estudos e Pesquisas passou para Gilberto Paim.<sup>89</sup>

Em 1958, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) havia contratado o ISEB para que fossem feitos estudos e pesquisas sobre o mercado de capitais e os capitais estrangeiros no Brasil e para isso ofereceu 400 cruzeiros ao instituto. Ao tomar conhecimento deste acordo entre o ISEB e a FIESP, Guerreiro Ramos reivindicou que este serviço competia a seu departamento de sociologia, com conseqüente aumento de verba para este departamento. Falava-se nos corredores do instituto que Guerreiro Ramos queria criar “um isebinho dentro do ISEB”. Debatia-se nas reuniões da Congregação este pleito de Guerreiro Ramos, e o episódio da crise que envolveu ele e Hélio Jaguaribe foi a gota d’água para que ele se demitisse.<sup>90</sup>

Mais do que um episódio isolado, a aproximação da FIESP junto ao ISEB mostra o reconhecimento do instituto como centro de pesquisa, inclusive pelas lideranças industriais paulistas:

“Quando ocorreu o episódio da American Can, o ISEB sustentou uma posição a favor da indústria nacional, a pedido da FIESP, que financiou um curso no Fórum Roberto Simonsen. A Federação arcou com as despesas de ida dos conferencistas. O ISEB fez um

---

<sup>89</sup>Entrevista concedida por Roland Corbisier a Alzira Alves de Abreu em 01/10/1970.

<sup>90</sup>Idem

estudo sobre a fábrica de latas, baseado em dados fornecidos pela Federação. Foi Cicilo Matarazzo quem financiou tudo isso”<sup>91</sup>

Reinaldo Barros, que chegou a trabalhar no centro de pesquisas do ISEB com Gilberto Paim diz que o industrial Cicilo Matarazzo visitou uma vez o ISEB, para pedir apoio na campanha contra a American Can e que possivelmente isto tenha sido determinante para que o ISEB fosse convidado a fazer conferências na FIESP.<sup>92</sup> O grupo Matarazzo se queixava da concorrência da American Can, devido à Instrução 113 da SUMOC, que permitia a entrada de equipamentos usados, representando um certo privilégio para a indústria estrangeira. Segundo ele, foi aberta uma CPI para apurar o que de verdadeiro existia sobre a concorrência da American Can, sendo que o ISEB indicou os deputados que deveriam participar da CPI, assim como as pessoas que deveriam depor. O Conselho de Segurança Nacional examinou a questão e solicitou ao ISEB que opinasse sobre o assunto. Uma parte da CPI funcionava no ISEB, daí a relação que se estabeleceu com os deputados.<sup>93</sup>

Segundo Alberto Latorre de Faria, diretor da divisão de cursos e conferências do ISEB, existiram outros exemplos que comprovam a aproximação de industriais com o ISEB. O industrial Guilherme da Silveira Filho prestigiava e era membro do Conselho de Curadores do ISEB. Nelson Werneck Sodré e Roland Corbisier chegaram a ser contratados como membros consultivos da Federação das Indústrias da Guanabara. Segundo ele, os industriais deixaram de apoiar o ISEB a partir do momento em que o instituto não era mais útil aos seus interesses.<sup>94</sup>

Analisando a trajetória de alguns intelectuais no instituto, Hélio Jaguaribe foi uma figura emblemática, presente nas fases que antecederam a criação, de fato, do ISEB – no Grupo de Itatiaia e no IBESP, por exemplo -, e liderança do instituto, até o início de 1959, quando deixou a instituição por não concordar com a mudança do regimento, conseguida por Roland Corbisier junto a Juscelino Kubitschek. Jaguaribe era advogado

---

<sup>91</sup>Entrevista concedida por Alberto Latorre de Faria a Alzira Alves de Abreu em 28/10/1970

<sup>92</sup>Entrevista concedida por Reinaldo Barros a Alzira Alves de Abreu em 01/10/1970.

<sup>93</sup>Idem

<sup>94</sup>Entrevista concedida por Alberto Latorre de Faria a Alzira Alves de Abreu em 28/10/1970

de formação, tendo trabalhado em alguns projetos para a Companhia de Siderurgia Ferro e Aço de Vitória, pertencente à sua família, o que o levou a ser advogado da empresa e, mais tarde, exercer o cargo de diretor-presidente da mesma. No ISEB, era chefe do departamento de ciência política no ISEB, mas não era remunerado, diferentemente de outros professores que recebiam modestos proventos e também de Roland Corbisier, que como diretor-executivo do instituto, recebia um salário pequeno.<sup>95</sup>

Durante o segundo governo de Getúlio Vargas, Antonio Balbino, então ministro da Educação e filiado ao PSD, pediu a Hélio Jaguaribe para organizar um plano para a criação de novas estruturas para o ministério da Educação. A inspiração seria o *College de France* e a editora *Presses Universitaires de France*, onde seriam publicados livros sobre a realidade brasileira. Segundo Hélio Jaguaribe, o ISEB foi uma consequência dessa idéia. O objetivo era criar uma instituição encarregada de estudar e analisar a realidade brasileira e que fosse uma assessoria do governo, para orientar a política de desenvolvimento. O ISEB surgiu então não como uma instituição autônoma, mas como um conjunto de cursos, que era subsidiado com verbas do Ministério da Educação.<sup>96</sup>

O ISEB funcionava como um mecanismo parlamentar: tinha um conselho de curadores que elegia um diretor executivo. Para Hélio Jaguaribe, o instituto organizava cursos com o propósito de atingir pessoas que já exerciam atividades – militares, técnicos administrativos, entre outros -, motivados por uma nova interpretação do país. Pretendia-se que o ISEB fosse uma editora universitária e um centro de estudos e de divulgação do projeto nacionalista, se contrapondo à ESG, atraindo militares e técnicos de administração pública para os cursos<sup>97</sup>

Para Hélio Jaguaribe, o ISEB teve uma trajetória importante e de prestígio durante seus três primeiros anos de existência. Se enfrentava resistências por parte de

---

<sup>95</sup> *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB) Pós-1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001

<sup>96</sup> JAGUARIBE, Hélio. “O ISEB e o desenvolvimento nacional” In: TOLEDO, Caio Navarro de. *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p.33.

<sup>97</sup> Entrevista concedida por Hélio Jaguaribe a Alzira Alves de Abreu em 23/06/1970.

setores acadêmicos de São Paulo, por outro lado ganhou reconhecimento na América Latina – em especial na Argentina e no México -, embora não tivesse intercâmbio com países estrangeiros pela falta de recursos financeiros.

O ano de 1958 foi sintoma de um processo de crise que já vinha ocorrendo no instituto. Na visão de Hélio Jaguaribe, a crise que culminou com a saída de Guerreiro Ramos e também sua saída, foi motivada pela publicação de seu livro *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*<sup>98</sup>. O instituto dividiu-se em dois grupos, onde ficava bem claro que um grupo – do qual Jaguaribe fazia parte – imaginava que o papel do ISEB deveria ser uma agência de cultura, preocupado com a formação de elites, não participando da vida política nacional. Já outro grupo pensava o oposto: o ISEB deveria participar politicamente, sendo uma força política, uma espécie de “pré-partido”. Outra questão que gerou a crise foi que Hélio Jaguaribe pensava o ISEB como um órgão de problemática aberta, com idéias próprias, porém, aberto às idéias de outras pessoas e instituições, mesmo que apresentassem idéias totalmente diferentes do instituto.<sup>99</sup>

A grande questão é que, mesmo assumindo desde o início um caráter de despolitização do ISEB, Hélio Jaguaribe, na condição de chefe do departamento de Ciência Política do instituto, fez uma conferência na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em 16 de outubro de 1958<sup>100</sup> – dois meses antes do clímax da crise que promoveu a ruptura no instituto -, exatamente sobre a situação política brasileira. Hélio Jaguaribe – então chefe do departamento de Ciências Políticas do ISEB – pautou seu discurso na tentativa de esclarecer o público presente sobre as eleições realizadas naquele ano, mas sob um ponto de vista não engajado, distante da opinião partidária. E concluiu que nenhum partido político brasileiro era atrelado a uma posição ideológica, sendo que o resultado daquelas eleições passaria ao largo de qualquer explicação

---

<sup>98</sup>JAGUARIBE, Helio. *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

<sup>99</sup>Entrevista concedida por Hélio Jaguaribe a Alzira Alves de Abreu. 01/09/1970

<sup>100</sup>*As eleições de 58 e a situação política brasileira*. Conferência de Hélio Jaguaribe proferida na ABI em 16/10/1958. Ministério da Educação e Cultura. ISEB.

ideológica. E que aquelas eleições não refletiam a vitória de um partido específico (no caso, o PTB, a UDN ou qualquer outro partido participante do pleito). Jaguaribe também ressaltou que a popularidade do presidente Juscelino Kubitschek permanecia acentuada, não se coadunando com a repulsa ao seu governo nas urnas.

Para o conferencista, mais do que possíveis reflexões e explicações oriundas daquele pleito, as eleições espelhavam uma transformação que ocorria na virada política brasileira: a integração nacional, que embora não fosse um fenômeno novo, já que vinha sendo gestado há algum tempo num país onde já existia uma unidade histórica cultural, começava de fato naquele momento a se tornar mais nítido na consciência das pessoas, na consciência da conversão do Brasil em uma sociedade nacional, numa nação. E que poderiam ser ressaltadas algumas explicações para isso: 1) expansão do mercado interno; 2) diversificação; 3) crescimento da população e da renda, entre outras. Fenômenos sociais uniam-se então ao patamar histórico cultural, abrigando uma forma política uniforme, resultando então numa unidade nacional.

“... deram a este país uma configuração nacional, por fazer cada um dos seus setores depender do outro, cada uma das suas regiões está referida a outra. Depende da siderurgia do leste o incremento da agricultura de Goiás através da indústria metalúrgica de transformação de São Paulo.”<sup>101</sup>

Para Jaguaribe, as eleições refletiam disputas ideológicas, porém, que se diferenciavam: antes, apenas existiam interesses predominantes de uma classe dirigente; naquele momento, em 1958, configuravam-se distintas disputas ideológicas, não estando mais a classe dirigente unificada em seus interesses. Portanto, percebia-se uma disparidade e descontinuísmo dentro das classes dirigentes: a burguesia latifúndio-mercantil entrava em rota de colisão com os interesses de uma burguesia industrial, por exemplo.

O intelectual detectava ainda a existência de duas ideologias naquele momento: uma liberal e cosmopolita – que representava a classe média brasileira e defendia os

---

<sup>101</sup>Idem

interesses da burguesia latifúndio-mercantil, moralizante e anti-proletária, de um Estado liberal, autoritário, economicamente fraco, porém aberto aos interesses estrangeiros e pouco regulado pelo setor público -, e outra nacional-trabalhista – que expressava os interesses do proletariado, dos setores de vanguarda da burguesia industrial, da burguesia técnica, do campesinato, entre outras representações.

Para ele, a vida política brasileira passava por conseguinte, a ser impactada com a polarização dessas duas ideologias, principalmente levando-se em consideração que a vida partidária brasileira, até então, não era configurada para exprimir ideologias. Os partidos brasileiros não surgiram da discriminação ideológica da população. Hélio Jaguaribe então apontou a UDN como o partido que representaria a ideologia liberal e cosmopolita, e o PTB o partido que seria o modelo de ideologia nacional-trabalhista. Para ele, os demais partidos, incluindo o PSD, não seriam revestidos de caráter ideológico.

Entretanto, Jaguaribe detecta o dilema que vivia o governo JK: se por um lado, para ele, o Plano de Metas, de certa forma expressava a racionalização da ideologia nacional-trabalhista, por outro lado as dificuldades financeiras levariam o país a um tratamento de choque ortodoxo, recaindo então na ideologia liberal e cosmopolita. Ou seja: para colocar em prática as Metas, mobilizáveis através da ideologia nacional-trabalhista, o governo recorreria a práticas só legitimadas pela ideologia liberal e cosmopolita. Ressalta também a perda da influência nacional do PSD, o que acabaria por dificultar a aliança entre PTB e PSD diante do quadro de redução de influência dos pessedistas. Por sua vez, afirmou também que o governo possuía um generalato simpatizante com o PSD, mais próximo da UDN do que com o PTB, generalato influenciado pelas idéias cosmopolitas e liberais. Mas encontra também dificuldades dentro destes próprios partidos (PTB e UDN), tendo em vista que possuíam alas radicais dentro de seus quadros que não permitiriam este tipo de aliança política.

Embora o governo JK fosse configurado a assumir uma coloração nacional-trabalhista, tendo em vista características particulares, enfrentava resistência nos setores militares, em especial entre os generais, que eram pessedistas, sendo então altamente perigoso. E mesmo que o governo seguisse a linha nacional-trabalhista, sendo o PTB o caminho natural para essa ideologia, quem representaria, de fato, a liderança desta ideologia dentro do governo? JK ou o vice-presidente João Goulart? Jaguaribe percebia

este como mais um dos vários obstáculos para essa homogeneização do governo em torno desta ideologia.

Hélio Jaguaribe continuou sua conferência fazendo prognósticos de como a aliança PTB/PSD impactaria os rumos do país e de que forma também refletiria no próprio governo JK. Com vistas às próximas eleições presidenciais, apostou na candidatura Lott/Jango, mas que seria derrotada por uma chapa Jânio/Juracy Magalhães, ou Jânio e algum dissidente petebista ou então Jânio/Milton Campos.

Mais do que nos atermos às reflexões, ponderações, análises e prognósticos elaborados por Hélio Jaguaribe nesta conferência de 1958, o mais importante é ressaltarmos que um intelectual do ISEB, um de seus principais líderes até então, se investia de um discurso do político, da situação política brasileira e seus múltiplos cenários. Analisava a ideologia sob o ponto de vista sociológico, porém reverberando possíveis impactos na vida política brasileira. Torna-se clara, aí, a manifestação intelectual na política, a confirmação de sua inserção e familiaridade com temas políticos contemporâneos e que figuravam como principais assuntos naquela época.

Com a saída de Jaguaribe do ISEB, quem viria a liderar o instituto seria Roland Corbisier, único intelectual paulista remanescente do Grupo de Itatiaia, que veio morar no Rio de Janeiro, exercendo o cargo de assessor de gabinete do MEC e posteriormente sendo contratado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Sua mudança de São Paulo para o Rio de Janeiro, ocasionada pela separação conjugal, num período em que o casamento era uma instituição sagrada para a Igreja, serviu para que o próprio Corbisier abandonasse o catolicismo e desse uma guinada da direita para a esquerda. Fez parte do IBESP, convidado por Hélio Jaguaribe e depois foi um dos fundadores do ISEB. No instituto, lecionou o curso de filosofia no Brasil, sendo designado para o cargo de diretor-executivo do ISEB no período entre 1955 e 1960. Neste ano, tendo sido eleito para a Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara, Corbisier viu-se obrigado a encerrar sua participação no ISEB. Ele possui uma definição clara sobre o que era o ISEB e seus objetivos, em seu discurso de encerramento do curso regular de 1959:

“O ISEB não é um órgão burocrático, não é um órgão acadêmico, não é apenas uma casa em que se ensinam as ciências sociais. Ele é

muito mais do que isso. É um órgão empenhado em participar do que nós poderíamos chamar de A Revolução Nacional Brasileira”

“Nós partimos apenas da intuição, um pouco vaga, que se cumpria, em determinado momento da vida brasileira, de criar uma instituição como esta, a fim de tentar sistematizar, institucionalizar essa exigência que nos parece fundamental, qual seja, a de tornar plena a consciência da nossa realidade, dos nossos problemas, na medida mesma em que essa tomada de consciência está na raiz, é o ponto de partida do processo revolucionário”.

“Não pretendemos formar especialistas em economia, em sociologia, em política... pretendemos apenas proporcionar uma visão global dos problemas brasileiros, algumas idéias básicas, rasgar novos horizontes, novas perspectivas”.<sup>102</sup>

Para Roland Corbisier, o ISEB foi o empreendimento intelectual mais significativo e importante do qual ele já havia participado. Seu trabalho no instituto era “ideológico e apenas indiretamente político.” E o ISEB permitiu que colocasse em prática um projeto pessoal e um projeto coletivo, baseado no desenvolvimento e na emancipação nacional. O instituto tinha como objetivo ser “um órgão da consciência coletiva, a serviço dos interesses comuns do povo brasileiro e da realização de seu destino histórico”.<sup>103</sup>

Segundo Corbisier, o ISEB tinha por finalidade, no momento de sua criação, “o ensino e a divulgação das ciências sociais, a fim de aplicar as categorias e os métodos dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, tendo em vista a elaboração de instrumentos teóricos” que permitissem o “incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional”. E para atingir esses propósitos,

“o ISEB teria que realizar estudos e pesquisas, cursos e conferências, editar obras nacionais e traduzir obras estrangeiras,

---

<sup>102</sup>Roland Corbisier. Discurso de Encerramento do curso regular de 1959. 13/11/1959

<sup>103</sup>Idem

promover concursos e conceder bolsas de estudos e prêmios, para estimular a curiosidade e o interesse pelas coisas brasileiras”.<sup>104</sup>

Sua grande crítica aos cursos regulares residia no fato da duração destes, que era no seu entender, muito longa. Se fossem mais rápidos, mais leves e mais intensos, os cursos seriam mais bem-sucedidos.<sup>105</sup> Os cursos regulares compreenderiam aulas e seminários, que ocupariam o período da manhã, e trabalhos de grupo que seriam realizados na parte da tarde.

Um diferencial do ISEB para outras instituições de ensino residia no fato de que, para ele, “as ciências sociais não seriam ensinadas da mesma maneira e com as mesmas intenções com que eram ensinadas nas escolas e faculdades”. Segundo ele,

“a originalidade dos programas das disciplinas do ISEB era que todas continham a mesma estrutura, que se desdobraria em três ciclos: no primeiro, a criação de uma situação de consciência homogênea das ciências ministradas no instituto, mediante a uma introdução sistemática e histórica de cada uma delas; depois um ciclo em que se tentaria interpretar o cenário mundial e compreendê-lo sob o ponto de vista econômico, social, político e cultural; e por fim, no terceiro ciclo, viria a compreensão e análise crítica da realidade nacional”.<sup>106</sup>

É importante ressaltar que para Roland Corbisier, o estudo sobre os problemas específicos do Brasil não seria orientado somente pelos alunos do instituto, mas também por pessoas de fora, pertencentes (ou não) a instituições que tivessem acordos celebrados com o ISEB. Em 1957, por exemplo, o departamento de economia do instituto pretendia realizar uma pesquisa sobre o problema da inflação, com suas implicações e consequências sociais e políticas. “Todas as nossas atividades se enquadram em um plano coerentemente articulado, que visa a possibilitar a tomada de

---

<sup>104</sup>Idem

<sup>105</sup>Idem

<sup>106</sup>CORBISIER, Roland. *Autobiografia filosófica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 272-273.

consciência da realidade nacional, a conversão de nossa *inteligência* ao Brasil”.

Na mesma entrevista, o intelectual afirmava que o ISEB estava longe de ser um órgão acadêmico. Era, sim, um instrumento de luta, de combate, cuja responsabilidade era eliminar o colonialismo, combatido com a teoria do desenvolvimento, que seria formulada pelos intelectuais do ISEB.

Num discurso proferido na solenidade de encerramento do curso regular de 1958, para estagiários, Roland Corbisier esclarece alguns pontos sobre os propósitos do ISEB:

“O ISEB não é uma seita religiosa, não é tampouco um partido político, mas se é verdade que não é uma seita religiosa nem um partido político, não é menos verdade que também não é uma instituição de ensino nos moldes acadêmicos, nos moldes tradicionais, isto é, não é uma academia.

(...) O ISEB não partiu de um repertório prévio de idéias. Nós tínhamos algumas direções gerais, algumas intuições, algumas tendências predominantes; não partimos, porém, de nenhuma dogmática, de nenhum receituário prévio; partimos apenas dessa preocupação, desse interesse que nos parecia urgente, em compreender e interpretar, em decifrar o país, a fim de produzir ou de contribuir para produzir uma ciência social que não fosse marginal ou arqueológica ou puramente abstrata ou teórica, porque devia ser uma ciência prática, pragmática, uma ciência da qual a comunidade brasileira pudesse utilizar-se como de um instrumento, de uma arma para ser posta a serviço das suas preocupações, do seu projeto de emancipação econômica e cultural.

(...) O ISEB, tentando elaborar uma ideologia do nacionalismo, parte do postulado de que a comunidade brasileira, naquilo que ela tem de mais representativo, de mais forte, naquilo que nessa comunidade não é conservador e reacionário, naquilo que nessa comunidade está voltado para o futuro e preocupado com a conquista da independência econômica e cultural do Brasil, já fez

uma escolha, já fez um opção. Essa opção consiste em optar pela nação.

(...) somos um instituto empenhado, interessado na elaboração de um pensamento, de uma ideologia que possa contribuir para que os brasileiros compreendam o seu país e se armem nessa luta pela conquista da sua independência econômica e cultural.”<sup>107</sup>

Corbisier deixa transparecer seu ponto de vista sobre o instituto também numa carta endereçada a seus amigos, quando decidiu-se por sua saída do instituto, justificando sua candidatura pelo PTB à Assembléia Constituinte do Estado da Guanabara:

“Na direção do ISEB, tenho procurado cumprir a tarefa que me foi confiada, contribuindo para a criação de uma nova consciência nacional, esclarecida em relação aos problemas fundamentais do país e às aspirações de independência do povo brasileiro”.<sup>108</sup>

Ele entendia que o pensamento difundido pelo ISEB era instrumento de transformação das estruturas econômicas e sociais do Brasil. Mas somente poderia ser colocado em prática através dos representantes do povo (os políticos) – apoiados por um eleitorado consciente -, investidos nas funções públicas e que passassem a interferir nas orientações políticas.<sup>109</sup>

Assim, Corbisier compreendia a importância dos políticos para a solução dos grandes problemas nacionais, como também justificava desse modo, sua candidatura – e conseqüente desvinculação do ISEB.

Numa carta/relatório ao ministro Clóvis Salgado, Roland Corbisier afirma que os trabalhos desenvolvidos no ISEB correspondiam a uma “oportunidade histórica da iniciativa de seus integrantes”, que atendia a “imperiosa exigência do momento vivido”.

---

<sup>107</sup>Discurso proferido por Roland Corbisier na solenidade de formatura da turma de estagiários de 1958. 16/12/1958.

<sup>108</sup>Carta de Roland Corbisier aos seus amigos, justificando sua candidatura ao PTB. Julho de 1960

<sup>109</sup>Idem

Isso incluía a ressonância das idéias do ISEB junto a uma “mocidade civil e militar do país”, formando uma nova mentalidade, consciente dos interesses nacionais. Corbisier entendia que o ISEB era um instrumento de luta e combate a serviço dos interesses nacionais. E que o instituto não devia ser neutro, não se limitando apenas à “ciência pura” ou na “ciência pela ciência”. Para ele, o ISEB abraçava a causa de travar uma luta no campo de batalha das idéias, contribuindo para a formação de um pensamento que ajude as pessoas a compreender o Brasil e transformá-lo de “país pobre e atrasado a uma nação próspera e poderosa”.<sup>110</sup>

Para Wanderley Guilherme dos Santos, que fez parte do ISEB num momento próximo ao encerramento das atividades do instituto, o objetivo do ISEB sempre foi a persuasão, tentando ganhar adeptos para a tese nacionalista.<sup>111</sup> Outra estratégia encontrada pelo ISEB foi a de promover alianças, com grupos ou organizações que tinham idéias parecidas com as do instituto. Isso confirma a presença de diversos políticos, em grande maioria, diretamente ligados à causa nacionalista, e também professores de universidades no exterior, identificados com os temas abordados nos cursos do ISEB. O ISEB era uma espécie de tribuna política intelectualizada, onde qualquer político que estivesse numa campanha que tivesse pontos de vista comuns ao instituto, poderia ser convidado a fazer uma palestra sobre o tema em questão.<sup>112</sup> Segundo ele, a forma de levar um projeto político de coalizão, fundado não somente em um modelo teórico, mas em vários, aos grupos de industriais, tecnocratas, funcionários públicos e ao conjunto da sociedade brasileira foi através da persuasão, em cursos, conferências, publicações e debates. Havia também a manifestação de pessoas isoladas, como foi o caso do general Pery Bevilacqua, comandante do 1º Exército, que em certa ocasião enviou carta elogiosa a Vieira Pinto, felicitando-o pela publicação do livro *Consciência e Realidade Nacional*.<sup>113</sup>

---

<sup>110</sup>Discurso proferido por Roland Corbisier na solenidade de formatura da turma de estagiários de 1958. 16/12/1958

<sup>111</sup>Entrevista concedida por Wanderley Guilherme dos Santos a Alzira Alves de Abreu (sem data)

<sup>112</sup>Idem

<sup>113</sup>Idem

Segundo Wanderley Guilherme dos Santos, o objetivo era tornar o instituto um órgão de vanguarda, para o estudo dos problemas nacionais e para a formulação da ideologia do desenvolvimento, mas essa proposta inicial foi abandonada com a alteração de seu decreto em 14 de abril de 1959, após mudanças estruturais em sua organização interna. Sua estrutura tornou-se mais flexível e capaz de adaptar-se às exigências criadas pelo crescimento e expansão do instituto, já que era crescente o número de estagiários e a demanda por novos cursos.

A análise da trajetória do ISEB, primeiramente instalado numa dependência do MEC e depois numa mansão alugada pelo governo para que o instituto sediasse seus cursos regulares e extraordinários, assim como os funcionários públicos que transitavam no instituto, sejam desempenhando funções de vínculo trabalhista, sejam como alunos que estudavam em seus cursos, sinaliza que o ISEB desfrutava de prestígio e simpatia no governo JK, fato que no governo seguinte não seria confirmado, e que deslindaria um novo momento para o ISEB, coadunado com diversos interesses que já se avistavam no cenário político nacional. Para Wanderley Guilherme dos Santos, por exemplo, o ISEB, na gestão de Roland Corbisier, tinha maior orçamento e atividades intelectuais de maior importância. Enquanto nesta gestão o instituto contava com uma produção de alto nível como forma de responder aos ataques da direita, na gestão de Vieira Pinto à frente do ISEB, o instituto contou com poucos recursos financeiros e viu-se obrigado a recorrer a uma intensa atividade política como forma de resposta a estes ataques.<sup>114</sup>

Essa idéia é confirmada principalmente quando analisamos a percepção de diferentes intelectuais do instituto, com suas expectativas quanto ao papel desempenhado, de fato, por esta instituição. Centro de ensino, formador de estagiários que iriam compor uma elite dirigente responsável pela revolução democrático burguesa? Ou longe disso, uma instituição que iria além de academia, sendo fomentador de uma nova postura ideológica que deveria insinuar um posicionamento político mais próximo às massas? O próximo capítulo tem o objetivo de mostrar o ISEB visto de fora: o que de fato representou para a sociedade brasileira em fins dos anos 1950 e início dos anos 1960.

---

<sup>114</sup>Entrevista concedida por Wanderley Guilherme dos Santos a Alzira Alves de Abreu (sem data)

## CAPÍTULO 3

### Conspirações em Botafogo: o ISEB, os militares e a imprensa

#### 3.1. Quebra de hierarquia e comunização do país. Os quartéis se mobilizam...

O capitão-de-fragata Aristides Pereira Campos Filho, pertencente aos quadros do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), foi um dos estagiários do ISEB, no ano letivo de 1956. No final do curso, ele apresentou a tese “A infiltração comunista no Brasil – fator negativo no desenvolvimento”<sup>115</sup>, na qual defendia o combate à propaganda comunista por compreendê-la como fator adverso ao desenvolvimento nacional. O oficial apresentou ainda um parecer no qual mostrava sua insatisfação com a orientação do curso, de cunho marxista, que considerava nociva aos princípios democráticos e também ao que entendia como deveria ser a política externa brasileira<sup>116</sup>. Com base no conteúdo da tese apresentada, que tecia críticas ao próprio instituto, a direção do ISEB decidiu por não deixar que o estagiário concluísse o curso. Em 14 de janeiro de 1957, Roland Corbisier, diretor-executivo do ISEB, em ofício encaminhado ao chefe do EMFA, General Octávio Saldanha Mazza, comunicou o afastamento do capitão-de-fragata, tendo em vista suas “declarações injuriosas”<sup>117</sup> contra o instituto. Como desdobramento imediato, o presidente Juscelino Kubitschek, através de decreto publicado no *Diário Oficial da União*, exonerou, em 22 de agosto de 1957, o capitão-de-fragata Aristides Pereira Campos Filho.<sup>118</sup>

---

<sup>115</sup>CZAJKA, Rodrigo. Praticando delitos, formando opinião: intelectuais, comunismo e repressão no Brasil (1958-1968). “Auto de Busca e Apreensão. p. 3”. Tese de doutorado. Unicamp, 2009.

<sup>116</sup>Exposição de motivos no 003-B. Relatório da Casa Militar. 10/12/1959. Arquivo Nelson de Melo. CPDOC/FGV.

<sup>117</sup>Idem.

<sup>118</sup>*Diário Oficial da União*. 22/08/1957. Fonte: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2873982/dou-secao-1-22-08-1957-pg-4>

Antes de tomar conhecimento de sua exoneração, na ocasião em que se reapresentou ao EMFA, o comandante Aristides comunicou o que ocorrera a ele no ISEB ao seu superior hierárquico, o chefe do EMFA, que ordenou que os fatos fossem apurados em sindicância sigilosa. O brigadeiro Clóvis Monteiro Travassos, na época subchefe do EMFA para o setor da Aeronáutica, foi o encarregado responsável pela sindicância.<sup>119</sup> O que a princípio parecia apenas a não conclusão de um curso por parte de um militar se transformou no ponto de partida de uma investigação em paralelo, feita por setores das Forças Armadas. Começava ali uma investigação que iria apurar as práticas do ISEB e que questionaria as reais intenções da instituição.

Dois anos depois, foi encaminhado um ofício ao presidente da República, Juscelino Kubitschek, a Exposição de Motivos nº 003-B<sup>120</sup>, cujo teor era um relatório assinado pelo então chefe do EMFA, general Edgar Amaral - que havia substituído o general Mazza -, concluindo que providências teriam que ser tomadas diante das atividades desenvolvidas pela direção do ISEB. O relatório baseava-se em estudos feitos pelos três Estados-Maiores e o Serviço de Informações e Contra-Informações, mais a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

O brigadeiro Clóvis Travassos concluiu serem procedentes as acusações do capitão-de-fragata Aristides Pereira Campos Filho. Segundo seu parecer, as atividades do Instituto Brasileiro de Sociologia e Política (IBESP), então uma organização de base particular, se transferiram para o ISEB, vinculado ao MEC. O IBESP, através dos *Cadernos de Nosso Tempo*, não apenas repelia as bases de nossa civilização cristã e da cultura ocidental, como também defendia o estabelecimento, para o Brasil, de uma política de terceira posição. As conclusões apontavam que integrantes do IBESP foram integrar a Congregação do ISEB, entre eles: Roland Corbisier (presidente e diretor-executivo do ISEB, da Comissão Executiva do IBESP e do Conselho de Redação dos *Cadernos de Nosso Tempo*); Álvaro Borges Vieira Pinto (Chefe do Departamento de Filosofia do ISEB); Cândido Antônio Mendes de Almeida (Chefe do Departamento de História, da Comissão Executiva do IBESP e do Conselho de Redação dos *Cadernos de*

---

<sup>119</sup>História de uma sindicância. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25/03/1960. p.1

<sup>120</sup>Exposição de motivos no 003-B. Relatório da Casa Militar. 10/12/1959. Arquivo Nelson de Melo. CPDOC/FGV.

*Nosso Tempo*); Hélio Jaguaribe (Chefe do Departamento de Política do ISEB, da Comissão Executiva do IBESP e do Conselho de Redação dos *Cadernos de Nosso Tempo*); e Alberto Guerreiro Ramos (Chefe do Departamento de Sociologia do ISEB, da Comissão Executiva do IBESP e do Conselho de Redação dos *Cadernos de Nosso Tempo*).

Além desses integrantes, o brigadeiro Clóvis Travassos citava que Nelson Werneck Sodré e Inácio Rangel também constituíam parte do corpo docente do ISEB em 1956. Apontava ainda ser um “equivoco governamental” a ocupação do ISEB por parte dos chefes de departamento que foram dirigentes do IBESP:

(...) Ante a evidência de tal exemplificação, verifica-se que a direção de fato do ISEB (Diretor-Executivo, Chefias dos departamentos e Corpo Docente) foi ocupada, com uma única exceção, por um equivoco governamental, pelos dirigentes do IBESP de maior categoria.

(...) O IBESP era encarado com uma agência socialista de tendência revolucionária. Mas desde o momento em que seus principais dirigentes assumiram a direção do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, a questão passou a tomar outro aspecto.

O ISEB, estabelecimento custeado pelo Governo Federal foi então desviado de suas altas finalidades.”<sup>121</sup>

Especificamente sobre os cursos regulares, o relatório aborda o ano letivo de 1956 e as aulas ministradas. Nos cursos de Sociologia, Ciência Política, História e Filosofia do Brasil, a orientação imprimida fora a do materialismo histórico e a ênfase nos problemas econômicos do Brasil, sob o ponto-de-vista dessas ciências, sendo a dialética marxista empregada por pelo menos dois professores – Alberto Guerreiro Ramos e Inácio Rangel. O relatório aponta que foram analisadas, pelos professores Alberto Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe e Cândido Mendes, contestações entre os blocos ocidental e oriental, mediante ataques muito acentuados contra o imperialismo norte-americano e o colonialismo anglo-francês, atenuando comentários sobre o papel

---

<sup>121</sup> Idem

da “Rússia Soviética”. O relatório ressaltava ainda que o professor Roland Corbisier atacara rudemente o “nosso cabedal político, econômico, cultural e filosófico”, considerado por este “alienado ao imperialismo ianque”.

Cabe ressaltar que o relatório ainda expunha, de forma categórica, os indícios da política de terceira posição que o ISEB tomara partido, entre eles:

- Estreitamento das relações do Brasil com outros países subdesenvolvidos, entre os quais a Índia;

- Adesão aos princípios da Conferência de Bandoeng: respeito mútuo de integridade territorial e soberania; não agressão; não ingerência nos negócios internos; igualdade e benefícios mútuos, além de coexistência pacífica;

- Adoção dos princípios da Conferência de Brionne: nacionalismo, tirando partido da competição entre as duas potências mundiais (URSS e EUA); reformismo pela industrialização; atitudes positivas em relação à Organização das Nações Unidas (ONU); e abstenção de alianças formais com um dos dois centros dominantes;

- Abandono da então política externa brasileira.

Segundo o relatório, a adoção da “política de terceiro setor”, preconizada pelo ISEB, caso fosse realmente adotada, constituiria uma aventura nacional de consequências funestas e imprevisíveis para o país, rompendo com a tradição e ética diplomática do Brasil. Traria dificuldades aos poderes públicos nacionais, ante os compromissos assumidos com os EUA, com as Organizações dos Estados Americanos (OEA) e a ONU. Tal política, caso fosse levada a cabo, corresponderia à “quebra da solidariedade continental, útil ao comunismo internacional e aos desígnios da Rússia comunista”.

O relatório informa que para os órgãos de alta direção das Forças Armadas, o ISEB desviara-se de suas finalidades iniciais, disseminando propaganda de política distinta daquela adotada pelo país, expandindo-se para meios menos esclarecidos – no caso, “subalternos” das Forças Armadas, estudantes secundários, líderes sindicais e operários – e outros estados da União. O ISEB, segundo parecer desses órgãos, desenvolvia intensa atividade com o propósito de interessar os meios intelectuais e as

administrações municipais e estaduais de estados como a Bahia, São Paulo, entre outros, na criação de filiais do instituto.

A acusação de que um dos objetivos do ISEB era formar quadros nas Forças Armadas era reforçada por uma sucessão de acontecimentos. Em abril de 1959, o ISEB oferecera conferências aos oficiais das corporações militares e em junho do mesmo ano, cerca de 250 oficiais participaram do curso extraordinário do ISEB, de duração de dois meses, realizado na sede do Clube Militar do Rio de Janeiro. A maioria dos oficiais inscritos eram oficiais auxiliares, que em sua grande totalidade, atingiram o oficialato sem possuírem curso ginásial completo. No mesmo ano, o ISEB ultrapassara os limites geográficos do Rio de Janeiro e oferecera um curso, em Porto Alegre, com a participação de 600 subalternos, entre os quais subtenentes, suboficiais e sargentos das Forças Armadas.

Havia também menção, no relatório, à disseminação das idéias do ISEB em entidades estudantis, “com o propósito de aliciar adeptos às doutrinas e ideologias, fundamentalmente, contrárias aos altos interesses do país”.<sup>122</sup> Entre as entidades associativas estudantis que coadunavam com as idéias do instituto, estavam a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Brasileira dos Estudantes Secundários (UBES) e a Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários (AMES). Alberto Guerreiro Ramos, fora acusado, durante uma palestra preparatória para a Convenção Nacional do Movimento Nacionalista Brasileiro, em 1956, na sede da UNE, de pregar a união entre estudantes e sindicalistas. Em agosto de 1958, Roland Corbisier, participava de uma conferência para líderes sindicais, numa cidade no triângulo mineiro, ao mesmo tempo em que, num evento promovido por estagiários do ISEB – um almoço para proeminentes figuras do cenário nacional -, um representante do Sindicato dos Metalúrgicos saudava o ISEB, manifestando o apoio de sua entidade às lutas do instituto.<sup>123</sup>

Em relatório secreto, o chefe do Estado-Maior da Armada, almirante-de-esquadra, Jorge do Paço Matoso Maia, em ofício secreto datado de 2 de setembro de

---

<sup>122</sup>Idem.

<sup>123</sup>Idem.

1959, mostrou sua preocupação sobre o assunto ao chefe do Estado-Maior das Forças Armadas:

“Jornais da semana passada deram notícia de que o Instituto Superior de Estudos Brasileiros estaria ministrando um curso para sargentos. Este órgão do Ministério da Educação já foi, pelo ofício da referência, objeto de consulta deste Estado-Maior a Vossa Excelência, visto haver suspeitas de que seus ensinamentos difunde a ideologia marxista.

Embora este Estado-Maior seja, em princípio, favorável às medidas destinadas a melhorarem o nível intelectual do pessoal subalterno, entendo que se deva adotar, de preferência, os estabelecimentos militares de ensino para desempenhar esta tarefa, ficando em última instância o apelo ao meio civil, e assim mesmo, agindo-se de acordo com a orientação dada pelas autoridades militares. Ora, este não é o caso do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, que não se dirigiu à administração naval, pelo menos, a respeito do referido curso, e o que é muito grave, está sob suspeição de atividades subversivas. Não é, portanto, impossível, que nossos sargentos sendo submetidos a uma catequese visando ao proselitismo revolucionário marxista, o que será de grande periculosidade para a Segurança Nacional, mórmente nesta insegura época pré-eleitoral.

Em tais condições, solicito de Vossa Excelência as providências cabíveis para verificação da autenticidade dessas informações e um pronunciamento a respeito dos fatos acima apontados, caso sejam verídicos, o qual sirva de orientação à Marinha neste assunto de tanta responsabilidade”.<sup>124</sup>

O general Edgar Amaral, em relatório secreto, com ofício enviado em 24 de

---

<sup>124</sup> Ofício secreto do chefe do Estado-Maior da Armada ao chefe do Estado-Maior do EMFA. 2/12/1959. Arquivo Nelson de Melo. CPDOC/FGV.

outubro de 1959, ao brigadeiro Clóvis Travassos, demonstrou também preocupação com a ação nociva do ISEB sobre o pessoal militar das Forças Armadas:

“O ISEB, ampliando sua área de influência no meio militar, através de cursos, palestras e conferências, em diversos centros do país, vem exercendo uma ação prejudicial aos interesses do Exército, já que os assuntos ali ministrados, e a composição de seus órgãos de direção e ensino escapam à fiscalização das autoridades militares.

A formação cultural de oficiais e praças é tarefa que incumbe precipuamente às autoridades superiores das Forças Armadas, às quais não têm descurado dessa responsabilidade. A criação de Colégios Militares e Escolas Preparatórias de Cadetes, em diversos pontos do território nacional, reflete o empenho das autoridades militares em preparar os jovens desde a adolescência, preservando-o de influências nocivas aos nobres e árduos misteres da carreira das armas.

No Exército, assim como nos dois outros ramos das Forças Armadas, existe uma completa linha de ensino, calcada nos mais modernos padrões pedagógicos e científicos, que se inicia nas escolas de formação, estendendo-se pelos cursos de especialização e aperfeiçoamento, e vai até os de nível superior, como os da Escola de Comando e Escola Técnica do Exército. Na Escola Superior de Guerra, que se situa no âmbito do Estado-Maior das Forças Armadas, os oficiais têm ainda oportunidade de exercitarem-se no planejamento dos magnos problemas da Segurança Nacional. Para assegurar a continuidade e a interligação dessa complexa gama de cursos e escolas, as autoridades militares realizam seminários e atualizam periodicamente os currículos dos diversos níveis de ensino, de modo a conformá-los com a exigência da guerra moderna e com a evolução cultural e social de nossa época.

Todo esse empenho em proporcionar aos seus quadros uma orientação segura e eficiente seria desvirtuado, se as autoridades

militares permitissem que uma entidade estranha à classe – por mais idônea que fosse -, viesse a exercer influencia cultural, doutrinária ou ideológica em seu meio. Acresce, porém, que no caso presente, recaem sobre o ISEB fundadas suspeitas de seguir orientação marxista.

Desperta, realmente, justificada suspeição uma entidade que, instituída para realizar altos estudos de pós-graduação universitária, se propõe a propagar suas idéias no âmbito dos suboficiais e sargentos.

É, portanto, nocivo aos interesses das Forças Armadas, que a nossa juventude militar e elementos de menor hierarquia, ainda despreparados para defrontar certos elementos econômicos e sociológicos, fiquem à mercê de influências estranhas a nosso meio e cujos reais propósitos não tenham sido perfeitamente identificados”.<sup>125</sup>

A troca de relatórios e documentos confidenciais entre os oficiais das três armas – Exército, Marinha e Aeronáutica – denota o entrosamento existente no alto escalão das Forças Armadas, em torno da questão não somente do anticomunismo, mas também da preocupação com a quebra da hierarquia nos quartéis. Mais do que isso: os relatórios e ofícios secretos mostram a articulação entre elas. Além de enumerar uma série de considerações sobre as atividades do ISEB junto a entidades associativas estudantis, sindicatos e oficiais subalternos das Forças Armadas, expõe a existência de um discurso homogêneo entre os três Estados Maiores – Marinha, Exército e Aeronáutica, confirmado pela troca de relatórios (secretos) entre os chefes dos respectivos Estados Maiores. Percebe-se, com isso, que a interpretação destes segmentos militares era unânime com relação a identificar o ISEB como obstáculo ao bom funcionamento dos quartéis – a questão da hierarquia militar era considerada de maior importância nos gabinetes militares.

---

<sup>125</sup>Ofício secreto do chefe do EMFA ao brigadeiro Clóvis Travassos. 24/10/1959. Arquivo Nelson de Melo. CPDOC/FGV.

O próprio almirante Jorge do Paço Matoso Maia, ministro da Marinha, enviou relatório confidencial ao presidente Juscelino Kubitschek, em dezembro de 1959, onde apresentava um planejamento da Marinha visando construir novas escolas e obras de ampliação e renovação de estabelecimentos de ensino ligados à Marinha<sup>126</sup>. O ministro ponderava contudo, sobre os limitados recursos financeiros e de pessoal existentes. Informava sobre os investimentos feitos nas Escolas de Aprendizes-Marinheiros do Ceará, Pernambuco, Bahia e Santa Catarina, recrutando seus alunos entre as famílias mais pobres naqueles estados. Informava também sobre os êxitos dos Centros de Instrução e Adestramento, na formação de marinheiros, taifeiros e sargentos. E ponderava também sobre o cuidado e o rigor que a Marinha tinha na formação de seus instrutores, que seriam condutores de boa formação de futuros oficiais. Destacava também o convênio entre a Marinha e a Universidade de São Paulo (USP), que permitiu a formação de engenheiros civis especializados em construção naval, contribuindo para a implantação da construção naval no Brasil.

O general Edgar Amaral declarou procedentes as acusações contra a direção do ISEB e também os cursos regulares e extraordinários<sup>127</sup>. A questão que se colocava era a participação de militares – especialmente subalternos – nos cursos do ISEB, que na visão do Alto Comando, eram vistos como cursos influenciados pelo comunismo. O general alertava também que, embora as Três Armas procurassem controlar o oficialato dos perigos que o ISEB representava ao propagar uma ideologia que não estava de acordo com a realidade nacional. Mais do que isso: causava estranheza o fato de uma instituição ligada ao MEC utilizar de tais artifícios “escusos”.<sup>128</sup>

O chefe do EMFA reconhecia que a missão do ISEB era “muito nobre”, no que se referia a despertar nas elites intelectuais o interesse pela solução de problemas de ordem política, econômica e social do Brasil. Mas era inadmissível que os propósitos

---

<sup>126</sup>Exposição de motivos no 003-B. Relatório da Casa Militar. 10/12/1959. Arquivo Nelson de Melo. CPDOC/FGV.

<sup>127</sup>Ibidem

<sup>128</sup>Ibidem

iniciais do instituto, conforme expostos em seu decreto oficial de criação, fossem desvirtuados pelos professores, que aproveitando-se de posição de cátedra privilegiada, utilizassem a instituição visando apresentar soluções contrárias ao regime adotado no país. O general concluía que o ISEB não poderia disseminar nenhuma doutrina, por mais inofensiva que fosse, tampouco sugerir a adoção, por parte do governo, de ideais contrários à política externa e interna no país.<sup>129</sup>

Outra grande crítica do Alto Comando relacionava-se ao Regimento Interno do ISEB, que ia justamente ao contrário do decreto de sua criação. Segundo o decreto, caberia ao ISEB “instituir um curso permanente de altos estudos políticos e sociais, de nível pós-universitário, de autonomia administrativa e de plena liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra”.<sup>130</sup>

Entretanto, com a alteração do Regimento Interno, em 1959, especificamente seu 20º artigo, informa que “Os cursos extraordinários, promovidos pelo ISEB, destinam-se ao público em geral, podendo ser ministrados fora da sede do instituto”.<sup>131</sup> Percebe-se, então, mudança na redação e nos propósitos do instituto, já que suboficiais, estudantes e líderes sindicais, de fato não representariam o público de “nível pós-universitário”, definido no decreto de criação do ISEB. No entanto, o relatório do general Edgar Amaral não solicitava ao presidente Juscelino Kubitschek a extinção do ISEB. Como citado anteriormente, o general reconhecia méritos nas propostas do instituto. Por isso, seu relatório recomendava a substituição do corpo docente e membros da direção do instituto. O máximo que o relatório se permitia era sugerir a suspensão temporária de suas atividades. O próximo passo, segundo as sugestões apresentadas pelo chefe do EMFA, seria a revisão do Regimento Interno.<sup>132</sup>

---

<sup>129</sup> *Ibidem*

<sup>130</sup> BRASIL. Decreto n. 57.608, de 14/07/1955. Decreto de criação do ISEB.

<sup>131</sup> BRASIL. Decreto n. 45.811, de 15/04/1959. Decreto que alterava o Regimento Geral do ISEB, extinguindo o Conselho Consultivo, criando a Congregação e concedendo assim relativa autonomia ao ISEB.

<sup>132</sup> Exposição de motivos no 003-B. Relatório da Casa Militar. 10/12/1959. Arquivo Nelson de Melo. CPDOC/FGV.

Dessa forma, o instituto voltaria a oferecer cursos voltados para um público mais específico, mais graduado, não indo de encontro à quebra da hierarquia militar, que tanto preocupava os altos escalões das Forças Armadas.

O relatório chegou até o presidente Juscelino Kubitschek, que anotou a expressão “General Nelson (de Melo), falar-me. JK”<sup>133</sup>. O general Nelson de Melo era então chefe do Gabinete Militar do Governo JK. O documento foi mandado até a Casa Civil, então chefiada por Vitor Nunes Leal. No entanto, o episódio acabou não tendo desdobramentos.

Curiosamente, os cursos extraordinários do ISEB, ferozmente criticados pelo Alto Comando militar, tiveram, como um de seus conferencistas, o próprio presidente Juscelino Kubitschek, que em 4 de julho de 1959, ministrou uma conferência sobre o “Programa de Metas e o Desenvolvimento Nacional”, como parte do “Curso Extraordinário sobre os Problemas Brasileiros”.<sup>134</sup> O próprio presidente da República era amigo pessoal do diretor-executivo do ISEB, Roland Corbisier. Durante a campanha de JK, o ISEB encaminhou-lhe o documento intitulado “Proposta do grupo do ISEB para a plataforma de Juscelino Kubitschek (1955)”.<sup>135</sup> Esse documento não era um programa de governo, com metas a serem alcançadas. Continha uma definição de filosofias ou políticas a serem seguidas. Segundo Lucas Lopes, o ISEB sempre foi mais doutrinador do que planejador, sendo uma instituição formada por filósofos e sociólogos, que não planejavam “no estilo de engenheiro”<sup>136</sup>, de modo que o ISEB ficou um pouco à margem da execução do Programa de Metas.

O ISEB compreendeu uma certa diversidade entre seus intelectuais, e as Forças Armadas, embora inseridas num contexto onde ordem e disciplina fossem normas

---

<sup>133</sup> Idem

<sup>134</sup> Programa do curso “Introdução aos Problemas Brasileiros”, promovido pelo ISEB. 14/05/1959. Arquivo Oswaldo Aranha. CPDOC/FGV.

<sup>135</sup> LOPES, Lucas. *Memórias do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1991. p. 169.

<sup>136</sup> Idem

valorizadas, não eram rígidas no que se refere às opiniões de seus oficiais. É comum, dentro do processo histórico, cair na armadilha de conceber certas instituições como sendo rígidas e monolíticas, fechadas em torno de um pensamento unânime. As Forças Armadas também eram heterogêneas no modo de pensar o Brasil e bastaria conhecer as reuniões do Clube Militar, por exemplo, para perceber os acirramentos e tensões que nasciam de forma intermitente no seio daquela instituição. As eleições do Clube Militar constituíam um laboratório de análise emblemático, onde geralmente dois grupos travavam disputas políticas e divergências ideológicas: uma auto-denominada “nacionalista” (e acusada de ser “esquerdista” pelos adversários) e outra “democrática” (acusada de ser “entreguista” pelo lado contrário).<sup>137</sup> Se por um lado a ala nacionalista era defensora de um Estado forte e árbitro das decisões políticas, sendo também simpático à neutralidade brasileira em conflitos de ordem externa – como havia sido na Guerra da Coreia, no início dos anos 50 -, a ala “democrática” era vista como favorável ao alinhamento político e econômico com os Estados Unidos – o apoio brasileiro aos conflitos mundiais que beneficiassem os estadunidenses e a defesa da participação estrangeira na exploração do petróleo são exemplos das idéias defendidas por esta ala – que também assumia um tom denunciante da infiltração “comunista”, tanto no grupo de farda adversário, como também na sociedade civil.

Desde os anos 1920, o anticomunismo esteve sempre presente na sociedade brasileira, principalmente entre os anos de 1930 e 1940. Por exemplo, diversos levantes ficaram conhecidos como Intentona Comunista, além da perseguição de Vargas aos simpatizantes do comunismo, durante o Estado Novo. Algumas décadas depois, houve novamente a perseguição ao comunismo, nos anos anteriores ao golpe civil-militar de 1964. O período da Guerra Fria intensificou a polarização entre aqueles que eram simpatizantes dos Estados Unidos e da União Soviética, que ganhou contornos mais alarmantes em 1959, por ocasião da Revolução Cubana – inicialmente de cunho nacionalista – posteriormente encaminhando-se para o socialismo. O anticomunismo encontrou campo fértil para proliferar nesse contexto político e social: ser nacionalista e defender os interesses do país frente ao capital estrangeiro, além de simpatizar com uma política externa não alinhada com os interesses estadunidenses era encarado como um acinte não só pela ala “democrática” das Forças Armadas, mas

---

<sup>137</sup>SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

também por setores conservadores da sociedade civil.<sup>138</sup>

A presença de militares como palestrantes e conferencistas do ISEB foi uma constante. Analisando a documentação do período, percebe-se que eram militares de alta patente, indicados em muitos casos pelo PSD, para ocupar a presidência das estatais mais importantes de setores estratégicos para a economia nacional, notadamente os setores financeiro (bancos) e de energia (Petrobras, Eletrobrás). Mais do que significar a simples ocupação de cargos, essas indicações traduziam a realização da política econômica desenvolvimentista que estava a todo o vapor. Em 13 de junho de 1956 o tenente-coronel Janari Gentil Nunes, que fora o primeiro governador nomeado do Amapá e, durante o governo de Juscelino Kubitschek, entre 1956 e 1958, fora também presidente da Petrobras, proferiu uma palestra com o tema “O programa da Petrobras para o desenvolvimento nacional”. Logo depois, em 17 de agosto, o general Edmundo Macedo Soares, que fora governador do Estado do Rio de Janeiro em 1946, pelo PSD, presidira a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) durante o governo de Café Filho, ministrava a palestra “Situação e perspectivas da siderurgia no Brasil”. O general Macedo Soares propôs, quase duas décadas antes, durante o Estado Novo, um projeto de utilização de capital misto (nacional e estrangeiro) para a construção de uma usina siderúrgica de grande porte no Brasil. Em 1958, o general Anápio Gomes, que fora presidente do Banco do Brasil, falava sobre “Desenvolvimento econômico em face da situação cambial brasileira”.

Em 1959, ocorreu uma série de conferências sobre a “Estrutura dos Recursos Naturais do País”, que constou de 19 exposições a cargo de técnicos e estudiosos. Na introdução, o major e engenheiro Waldemar Dantas Borges falou sobre “A mineração no Brasil”, sendo seguido pelo general Oswaldo Pinto da Veiga (“Carvão”), pelo coronel Anderson Mascarenhas (“Petróleo”), pelo major Donato Ferreira Machado (“Ferro”), major Newton Lemos (“Manganês”), major Dario Stuk de Alencastro (“Não ferrosos”) e pelo general Alfredo Bruno Gomes Martins (“Álcalis”). Ainda no mesmo

---

<sup>138</sup>MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

ano, o general Augusto da Cunha Magessi Pereira proferiu uma conferência cujo tema era “Territórios federais do Brasil”.<sup>139</sup> Eram conferências de militares de patentes mais baixas, mas todos técnicos na área de recursos minerais. Percebe-se que mais uma vez estava em destaque um setor estratégico para a industrialização em bases nacionais.

Na categoria de alunos, além do já citado capitão-de-fragata Aristides Pereira Campos Filho, da Marinha, verifica-se em 1956, a presença do major Honório de Arêa Parentes, que apresentou a tese “O sentido nativista da Revolução Pernambucana de 1817”. No mesmo ano, outros militares apresentaram teses no ISEB: o major Antonio Lisboa Miranda de Almeida (“As forças armadas brasileiras e o nacionalismo”); major Frederico Vianna Torres (“A técnica como fator de desenvolvimento”); major Oscar Seabra Jorge (“Antecedentes Políticos e econômicos da Independência do Brasil”); major Adyr Maia (“A problemática do desenvolvimento econômico do Brasil”); major Alberto Goulart Paes Filho (“Aspectos regionais do subdesenvolvimento brasileiro”); tenente-coronel médico Tito Ascoli de Oliva Maya (“Considerações sobre a socialização da medicina”); tenente-coronel Sículo Rodrigues Perlingeiro (“Desenvolvimento econômico, produtividade e pauperismo”); tenente-coronel Ary de Abreu Barreto (“A América Latina face aos Estados Unidos da América do Norte”); e do capitão-de-fragata Júlio Cesar de Sá Carvalho (“A política dos E.E.U.U. em relação à América Latina”).<sup>140</sup>

Em 1957, é notável novamente a presença de militares como alunos do ISEB. Apresentaram tese o coronel Manoel Luis Rudge (“Colonialismo-subdesenvolvimento-nacionalismo”); capitão Romero Correia (“O petróleo boliviano e o Tratado de 1938”); capitão Jorge Wady Miguel Nazar Safady (“Nacionalismo e desenvolvimento”); capitão-médico Moacyr Pereira Lima (“À margem da reforma agrária”); capitão-de-fragata Jonathas Rego Monteiro Porto (“Política brasileira de exportação de minério de manganês”); major Diofrildo Trotta (“A educação do adulto analfabeto para o desenvolvimento nacional”); major Fernando Ryff Correia Lima (“Capitais estrangeiros em face do processo de desenvolvimento”); major Luiz Augusto

---

<sup>139</sup>Relatório ISEB, de janeiro de 1956 a novembro de 1960. Arquivo INL. Biblioteca Nacional.

<sup>140</sup>Idem

de Mattos Horta Barbosa (“A guerra psicológica e o processo de desenvolvimento”); tenente-coronel Antonio Astorga (“O ensino secundário e a sua adaptação às condições atuais da vida brasileira”); e o tenente-coronel Eduardo Regis Vieira (“Siderurgia e o desenvolvimento nacional”).<sup>141</sup>

Através da análise do relatório de atividades do ISEB, constata-se que nos anos de 1958, 1959 e 1960 houve uma considerável queda na presença de militares como freqüentadores dos cursos da instituição. Mesmo assim, podemos assinalar que em 1958 apresentaram tese o coronel Gonçalo Rafael D’ângelo (“A alimentação no Nordeste: um plano de abastecimento”); o coronel do Exército Oly Lopes Dornelles (“A indústria mundial de petróleo”); o major do Exército Jaime Barbosa (“Introdução a uma nova política de transportes”); e o capitão da Polícia Militar e advogado Luiz Alberto de Souza (“Nacionalismo e desenvolvimento”). Em 1959, apresentaram tese o major Eurico da Silva Pereira (“Religião, desenvolvimento, subdesenvolvimento”); o coronel Fortunato Camara de Oliveira (“A aviação comercial no Brasil”); o major José Niepce da Silva Filho (“Contribuição da siderurgia ao desenvolvimento”); e o capitão-médico Lauro Moura (“Saúde e desenvolvimento”). Finalmente em 1960, a quase erradicação de militares que estiveram cursando disciplinas no ISEB, entre os quais apresentaram tese o coronel Manoel da Silva Teixeira (“Nacionalizemos o Brasil”) e o coronel Luís Bayardo (“O problema do Manganês em Mato Grosso”).<sup>142</sup>

Pelos títulos das teses que foram apresentadas pelos militares que entre 1956 e 1960 concluíram o curso regular oferecido pelo ISEB, podemos constatar que temas como “nacionalismo”, “reforma agrária” e subdesenvolvimento” mobilizavam a sociedade civil e as Forças Armadas. Além disso, realmente verificava-se a presença de militares de patentes distintas – majores, capitães, tenentes-coronéis – como estagiários dos cursos do ISEB.

Nos meses de outubro e novembro de 1958 o ISEB ministrou um Curso Extraordinário (“Introdução aos problemas brasileiros”), destinado a oficiais das Forças

---

<sup>141</sup>Idem

<sup>142</sup>Idem

Armadas, no qual constaram nove conferências, cujos temas foram “Café”, “Trigo”, “Reforma agrária”, “Energia atômica”, “Energia elétrica”, “Capitais estrangeiros”, “Política externa”, “Comércio exterior” e “Nacionalismo e desenvolvimento”. Uma série de três cursos extraordinários oferecidos pelo ISEB a oficiais das Forças Armadas contribuíram para aumentar a preocupação dos altos-oficiais: o primeiro curso ocorreu no dia 2 de maio de 1959, num total de dez conferências: “Cultura e desenvolvimento”, de Roland Corbisier; “Nacionalismo e desenvolvimento”, de Cândido Mendes; “As Forças Armadas e o nacionalismo”, de Nelson Werneck Sodré; “Energia elétrica”, de Américo Barbosa de Oliveira; “Energia atômica”, de José Leite Lopes; “O petróleo boliviano”, de Gabriel Passos; “Problemas do Nordeste”, de Celso Furtado; “Capital estrangeiro”, de Sérgio Magalhães; “Monopólio de câmbio e novo esquema de comércio internacional”, de Gilberto Paim; e “Panorama internacional e a terceira força”, de Paulo Castro. O segundo curso aconteceu em 1º de agosto do mesmo ano, num total de oito conferências – com basicamente os mesmos temas e conferencistas. E por fim, o terceiro curso realizou-se ainda no mesmo ano, num total de oito conferências.<sup>143</sup>

Ainda no mês de agosto de 1959 o ISEB ministrou, pela primeira vez, fora do Distrito Federal, um Curso Extraordinário sobre Problemas Brasileiros, que foi patrocinado pelo Círculo Militar de Porto Alegre e contou com 600 militares inscritos. Roland Corbisier foi o responsável pela aula inaugural, que teve como tema “O ISEB e a atualidade brasileira”.<sup>144</sup> Percebemos que este curso reforça a idéia da aproximação do instituto junto a setores específicos das Forças Armadas. Esta palestra foi bastante significativa, já que além de ultrapassar os limites geográficos antes restritos ao Rio de Janeiro, representava a consolidação dos cursos do ISEB junto ao público dos quartéis – o que já vinha gerando inquietações no Estado-Maior das Forças Armadas.

O discurso do ISEB, através da literatura produzida por seus intelectuais ou pela tônica adotada nos cursos, conferências e palestras, denota uma tendência de natureza reformista do instituto, a partir de 1958 e reforçada ainda mais com a saída de Roland Corbisier, em novembro de 1960<sup>145</sup> – tendência esta que também era o retrato do

---

<sup>143</sup> Idem

<sup>144</sup> Idem

<sup>145</sup> Idem

governo de João Goulart. Quando Jânio Quadros assume a presidência da República, ocorre um enorme corte no orçamento destinado ao ISEB. Era preciso então buscar outros meios para que o instituto continuasse suas atividades. Sair do ambiente puramente acadêmico, para o público pós-universitário foi a saída encontrada pela nova direção do ISEB, que transpôs os muros da rua das Palmeiras.

Em 1958, por exemplo, Várvara Kulakova e Bóris Anamiev, professores soviéticos, fizeram a conferência “Aspectos da educação da União Soviética”. No ano seguinte, o professor Mariano Rodrigues Silveira, reitor da Universidade de Las Villas, de Cuba, fez uma conferência sobre a Revolução Cubana. Paulo de Melo Bastos, comandante da FAB e da Varig, e que no início da década de 1960 viria a ser secretário político do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), engajando-se em lutas nacionalistas, fez a conferência “A crise na aviação comercial brasileira”. Dalton Boechat, que fora diretor de Relações-Públicas da Petrobras, fez a conferência “Nacionalismo e Petróleo”. Em 1960, o economista polonês, Oscar Laupe, fez a conferência “Problemas econômicos da Polônia” – país pertencente à Cortina de Ferro, na época. Francisco Julião, então deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), fez a conferência “A reforma agrária e as Ligas Camponesas no Nordeste”. E no mesmo ano, Jean Paul Sartre conferenciou sobre o “Colonialismo”.<sup>146</sup>

Percebe-se, com isso, que o ISEB foi uma espécie de canal aberto para que distintas orientações políticas e ideológicas pudessem ser divulgadas, através de cursos, palestras e conferências. Foi um fórum para a discussão das experiências nas repúblicas socialistas do leste europeu, URSS, Cuba, entre outras.

Com o decorrer dos cursos regulares e extraordinários, e também com a expansão de suas atividades para fora do Distrito Federal, o ISEB passava a ser solicitado para oferecer seus cursos também em sindicatos, indústrias e entidades estudantis, conforme aponta o Relatório de Atividades do ISEB, do período entre 1956 e 1960. Foi o caso do Curso Extraordinário oferecido entre os meses de maio e junho de 1957 no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, constando um ciclo de 13 conferências. Em outubro do mesmo ano, foi realizado o segundo Curso Extraordinário,

---

<sup>146</sup>Ibidem

sobre “Problemas do Desenvolvimento Nacional”, com uma série de oito conferências proferidas pelos professores do ISEB, no Salão Nobre da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil. O curso foi promovido pelo Diretório Acadêmico da referida instituição, com o patrocínio do Centro de Estudos Brasileiros do Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Brasil. Foram convidados professores, universitários e estudantes.<sup>147</sup> Os temas das conferências foram: “Condições econômicas do desenvolvimento” (José Ribeiro de Lira); Inflação e desenvolvimento (Oscar Lorenzo Fernandez); Formação Histórica da sociedade brasileira (Nelson Werneck Sodré); Estrutura atual e perspectiva da sociedade brasileira (Guerreiro Ramos); Política nacional de desenvolvimento (Hélio Jaguaribe); Política brasileira do desenvolvimento e conjuntura internacional (Cândido Mendes); Formação de uma consciência para o desenvolvimento (Vieira Pinto); Nacionalismo como ideologia do desenvolvimento (Roland Corbisier).<sup>148</sup>

Em 1958, com o patrocínio do Centro da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o ISEB ministrou um curso de oito conferências em São Paulo, proferindo o ministro Clovis Salgado a aula inaugural sobre “Cultura e Desenvolvimento”.<sup>149</sup> As demais conferências (e respectivos conferencistas) foram: Café (Dr. Marcos Souza Dantas, um dos organizadores do Conselho Nacional do Café e superintendente da SUMOC no governo JK); Trigo (Dep. Fernando Ferrari, do PTB); Reforma agrária (Prof. José Ribeiro de Lira); Energia atômica (Prof. José Leite Lopes); Energia Elétrica (Dr. Americo B. de Oliveira); Capitais estrangeiros (Dep. Sérgio Magalhães, do PTB, e um dos fundadores da FPN); Política externa (Prof. Cândido Mendes); Comércio Exterior (Prof. Oswaldo Aranha, ex-ministro das Relações Exteriores de Getúlio Vargas); e Nacionalismo e Desenvolvimento (Prof. Roland Corbisier). Percebe-se novamente que os conferencistas estavam alinhados com a política econômica nacional-desenvolvimentista de JK, da qual o ISEB era porta-voz.<sup>150</sup>

---

<sup>147</sup> *Ibidem*

<sup>148</sup> *Ibidem*

<sup>149</sup> *Ibidem*

<sup>150</sup> *Ibidem*

Durante os meses de maio e junho de 1959, o ISEB ministrou um Curso Extraordinário (“Problemas brasileiros”) especialmente destinado às lideranças universitárias, na própria sede do ISEB, sempre às quintas-feiras, às 18h. Inscreveram-se neste curso 276 estudantes, sendo que 183 deles receberam certificado de conclusão. O curso teve as seguintes aulas: “Evolução econômica do Brasil” (Gilberto Paim); “O problema das estruturas agrárias no Brasil” (Dep. Josué de Castro); “Capitais estrangeiros no Brasil” (Dep. Sergio Magalhães); “Nacionalismo e desenvolvimento” (Candido Mendes); “Formação e estrutura atual da sociedade brasileira” (Nelson Werneck Sodré); “O processo de desenvolvimento” (Vieira Pinto); “Introdução à sociologia do Estado brasileiro” (Julio Barbosa); “Cultura e Revolução” (Roland Corbisier).<sup>151</sup>

Sob o patrocínio da Universidade da Bahia e da União Estadual de Estudantes daquele estado, o ISEB realizou, nos meses de outubro e novembro do mesmo ano, em Salvador, o segundo Curso Extraordinário sobre Problemas do Brasil, fora do Distrito Federal, para um público de 400 pessoas. Ainda em 1959, na Assembléia Legislativa da cidade de Niterói, o ISEB ministrou seu terceiro Curso Extraordinário fora do Distrito Federal. O curso contou com o patrocínio de um grupo de parlamentares do Estado do Rio de Janeiro, do Centro Acadêmico Hermann Júnior e de dirigentes sindicais de Niterói. Nos meses de novembro e dezembro de 1959, sob o patrocínio do Sindicato dos Bancários do Estado do Rio de Janeiro, o ISEB realizou uma série de conferências cujo tema era “Introdução aos problemas brasileiros”.<sup>152</sup>

Em abril e maio de 1960, sob o patrocínio da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, o ISEB promoveu, no anfiteatro da faculdade, o curso “Introdução aos problemas brasileiros” – mesmo curso que vinha divulgando durante o ano anterior. O mesmo curso também foi ministrado em duas outras ocasiões, no mesmo ano: nos meses de maio e junho, em Santos, sob o patrocínio do Centro Acadêmico Alexandre de Gusmão e da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, e também em Campinas, sob o patrocínio do Centro de Ciências, Letras e

---

<sup>151</sup>Ibidem

<sup>152</sup>Ibidem

Artes daquela cidade.<sup>153</sup>

Diante dessas articulações do ISEB, que “transpunha os muros de sua sede”<sup>154</sup>, na rua das Palmeiras, em Botafogo, e ganhara o Brasil, construindo, através de suas atividades não somente restritas aos cursos regulares, acabou também por despertar não somente a mobilização de militares contrários às atividades do instituto, mas também de setores conservadores da sociedade civil, que encontraram em alguns veículos de comunicação a voz para iniciar diversas campanhas contrárias ao ISEB.

### 3.2. O ISEB nas páginas dos jornais

“Difícilmente outro período na história política brasileira tenha tido a quantidade de títulos de jornais publicados como no período 1946-1964, caracterizando uma imprensa que expressava diversas vertentes da opinião pública e atuando de maneira livre da censura estatal. Os governos, na época eram fiscalizados e cobrados pelos órgãos de comunicação. Da reforma do Jornal do Brasil ao surgimento impactante de Última Hora, a imprensa brasileira se transformou. Deixou a fase do “jornalismo literário” para ingressar no “jornalismo empresarial”. Nos jornais e nas revistas, os cidadãos buscavam informações e formavam sua própria opinião.”<sup>155</sup>

Durante aquele ficou conhecido como o período da experiência democrática brasileira, só o Distrito Federal contava com cerca de onze periódicos em

---

<sup>153</sup> *Ibidem*

<sup>154</sup> PINTO, João Alberto da Costa. “O ISEB por ele mesmo: práticas institucionais e modelos ideológicos” In: MENDONÇA, Sonia Regina de (Org). *Estado e Historiografia no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2006.

<sup>155</sup> FERREIRA, Jorge. “1946-1964: a experiência democrática no Brasil”. *Revista Tempo*. Vol. 14, Nº 28. Jun/2010.

circulação – Correio da Manhã, Jornal do Brasil, O Globo, O Jornal, Última Hora, Diário Carioca, Diário da Noite, O Dia, Imprensa Popular, Jornal dos Sports e Tribuna da Imprensa - além de outros de menor expressão.<sup>156</sup> Periódicos que se transformavam em verdadeiras tribunas políticas, cenários onde se travavam disputas ideológicas, acusações, direitos de resposta, entre outros assuntos que se discutia na capital da República. Um número o qual, comparado aos dias atuais, demonstra o grau de politização na época.

Este trabalho se utiliza de diversas fontes jornalísticas para demonstrar esse grau de politização em que o ISEB e seus intelectuais estiveram envolvidos. Justamente fontes que até os anos 1970 eram ainda pouco utilizadas e difundidas. Na virada do século XIX para o século XX, o positivismo foi uma concepção que influenciou o tratamento de fontes que não fossem dotadas do cientificismo. Logo, periódicos eram vistos como fontes desprovidas de credibilidade e neutralidade, já que estariam de algum modo comprometidos com determinados pontos de vista, defendendo interesses particulares (ou de terceiros). A utilização deles em trabalhos acadêmicos era vista como uma forma não adequada de se fazer história. Podia-se fazer a história da imprensa, mas não a história pela ou por meio da imprensa.<sup>157</sup>

A Escola dos Annales, ao propor novos problemas, novas abordagens e novos objetos, deu o ponto de partida à crítica desta concepção altamente restritiva aos periódicos, mas mesmo assim de forma ainda primária. No Brasil, a rejeição das inúmeras possibilidades que jornais e revistas permitiam ao historiador também foi marca registrada, na ótica de diversos intelectuais. A partir da década de 1970 a imprensa passou então a figurar como importante recurso para pesquisas, seja por proporcionar a facilidade na aquisição de dados (demográficos e econômicos, por exemplo), seja para exibir um painel do cotidiano da sociedade e também exemplificar a cultura política de uma época. Se antes a imprensa era utilizada apenas para confirmar análises baseadas em outros tipos de documentos, a partir daquela década observava-se

---

<sup>156</sup> Idem

<sup>157</sup> LUCA, Tania Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos” In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. pp. 111.

a valorização deste instrumental teórico-metodológico na produção da escrita da História.

A renovação da História Política esteve diretamente relacionada a essa transformação na utilização de periódicos pelos historiadores, principalmente quando percebemos que a análise de diversos discursos políticos e ideológicos era uma constante nos jornais da década de 1950. Os discursos pautavam-se no anticomunismo, na ojeriza ao nacionalismo, ou na defesa das questões nacionais em contraposição ao imperialismo, na suspeição de práticas de corrupção, entre outros temas abordados. Ao selecionar alguns periódicos desta época foi possível avaliar o grau de envolvimento de alguns atores políticos (intelectuais, empresários, militares), que “carregavam nas tintas” para defender seus interesses, reverberando suas opiniões pela sociedade, na busca em fazer de suas idéias e palavras as suas verdades. Os jornais dos anos 1950, que são utilizados como fontes documentais neste trabalho expressavam o ponto de vista de seus donos e aqueles que frequentavam suas páginas com artigos coadunavam-se com a perspectiva da linha editorial daquela publicação. Como bem observou Jean François Sirinelli, um periódico era “um ponto de encontro de itinerários individuais unidos em torno de um credo comum”.<sup>158</sup> Alguns periódicos foram especialmente selecionados para fazer parte deste capítulo. Jornais como *O Globo*, o *Jornal do Brasil* e a *Tribuna da Imprensa*, que empreenderam campanhas frequentes contrárias à existência do ISEB e também jornais, como a *Última Hora* e *O Semanário*, por exemplo, que defendiam a causa do nacionalismo e servia como tribuna para que alguns intelectuais do ISEB pudessem responder aos ataques e difamações.

Nos primeiros dias de setembro de 1960, durante um comício na estação de trem de Parada de Lucas, subúrbio do Rio de Janeiro, o deputado e jornalista Carlos Lacerda, então candidato a primeiro governador da Guanabara, fazia um comício para cerca de mil pessoas. No evento também estavam candidatos da UDN à Assembléia Legislativa. A certa altura, o candidato fez a seguinte indagação: “Que nacionalismo é este, que fala em português e pensa em russo?”<sup>159</sup>

---

<sup>158</sup> Idem. pp. 140

<sup>159</sup> *O Globo*, 04/09/1960. p.1.

Este era basicamente o pensamento que predominava em grande parte da imprensa e dos meios de comunicação, que serviam como fios condutores para incentivar o receio que existia diante do nacionalismo, numa época de efervescência política, dominada pela Guerra Fria. Alguns jornais do Rio de Janeiro, como *O Globo* e os *Diários Associados*, além de entidades como o Conselho das Classes Produtoras do Brasil (Conclap) desencadearam uma enorme campanha contra o ISEB. As acusações eram de que ISEB se comportava como um órgão subversivo, controlado por comunistas.

A utilização do jornal *Semanário*, por Alberto Guerreiro Ramos, visando “disseminar suas teorias esdrúxulas”<sup>160</sup>, e também por Nelson Werneck Sodré, era outro fator que despertara a atenção do alto oficialato. O *Semanário*, dirigido por Oswaldo Costa, era um jornal nacionalista, que apoiava a FPN, formada por parlamentares do PTB, PSD, UDN e outras siglas, que por sua vez, era apoiada por um grupo conhecido como a Bossa Nova da UDN e também pela Ala Moça do PSD. Na época do Plano de Estabilização Monetária (PEM), o jornal destacou-se por sua luta, junto a outros periódicos, como *A Última Hora*, por aglutinar parlamentares, dirigentes sindicais e estudantis, intelectuais do ISEB e até o Partido Comunista Brasileiro (PCB). O desfecho do impasse, em 9 de junho de 1959, foi vitorioso para essas entidades, sendo a dupla de economistas responsáveis pelo plano (Roberto Campos e Lucas Lopes) demitida e suspensas as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Vale ressaltar que este episódio ocorria em paralelo a diversas manifestações de cunho nacionalista, ocorridas não só no Brasil, mas também pelo mundo: um mês antes, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, encampara a subsidiária gaúcha da Bond and Share; seis meses antes, Fidel Castro fora vitorioso com a Revolução Cubana; diversas manifestações de massa contra as políticas do FMI aconteciam na Argentina; sem contar a desagradável recepção de Richard Nixon, vice-presidente dos EUA, em visita a alguns países da América do Sul.<sup>161</sup> A suspensão de negociações do governo JK com o FMI representou o apogeu de uma constelação nacionalista, marcada pela

---

<sup>160</sup>ALMEIDA, L. F. R. . *O "nacionalismo triunfante": um momento do nacionalismo populista brasileiro*. Teoria e Pesquisa, São Carlos, v. 14/15, p. 23-35, 1995.

<sup>161</sup>Idem

presença de membros da burguesia industrial brasileira. Num gesto carregado de forte simbolismo, Luís Carlos Prestes, principal dirigente do Partido Comunista Brasileiro, fora convidado por Roland Corbisier a ir até o Palácio do Catete e cumprimentar o presidente Juscelino Kubitschek.<sup>162</sup>

No mês de dezembro de 1956, a *Tribuna da Imprensa*, diário carioca, publicou uma série de reportagens contra o ISEB, sob o título “Um estudo sobre a confusão nacional”. A primeira reportagem foi publicada em 7 de dezembro daquele ano, com o subtítulo “Infiltração totalitária nos postos-chave”<sup>163</sup>, fazendo um histórico do Grupo de Itatiaia, definindo-o como uma “aliança de burocratas e técnicos”, que teria começado suas atividades em 1950 e que passara a girar em torno de Vargas e depois em torno de JK. A reportagem dedicava ainda especial atenção a cada integrante do grupo, entre os quais, principalmente, Hélio Jaguaribe, que “dirigia uma empresa sob controle de um grupo industrial e financeiro alemão e que na PUC, era conhecido por sua tendência para a extrema-direita política”<sup>164</sup>; Nelson Werneck Sodré era um “tenente-coronel, militante comunista e oficial de confiança do ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott, sendo um dos principais organizadores do Movimento Militar Constitucionalista (MMC), feito por oficiais do Exército, ligado ao PSD, que preparou o golpe de Estado de 11 de novembro”; Jorge Serpa Filho, definido como “advogado e gerente das Indústrias Mannesmann”. Guerreiro Ramos, era um “homem de cor, adepto das idéias arianistas de Oliveira Viana, ferrenho defensor da causa da Alemanha de Hitler, a superioridade do tipo nórdico em matéria racial – fascista e racista branco”. Guerreiro Ramos era citado ainda como tendo “chegado a assinar manifestos de simpatizantes comunistas, defensor de uma sociologia brasílica”. Cândido Mendes de Almeida, Ignácio Rangel, Oscar Lorenzo Fernandez, Israel Klabin, entre outros, também eram mencionados na reportagem.

Outra reportagem de página inteira do mesmo jornal informava que “os cursos do ISEB visariam constituir uma réplica à Escola Superior de Guerra”<sup>165</sup>. Roland

---

<sup>162</sup>Idem

<sup>163</sup>SODRÉ, Nelson Werneck. *A Verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro: Avenir. 1978. pp. 20.

<sup>164</sup>Idem.

<sup>165</sup>Idem. pp.22

Corbisier e Rômulo de Almeida eram citados como integralistas e parte do grupo (de Itatiaia) viera da PUC, onde se destacara pelas idéias de direita, tendo, no início, aproximado-se de Vargas e depois de Kubitschek, através de Tancredo Neves e Lucas Lopes. “Mantinha (o grupo) ligações com certos grupos financeiros nacionais como também europeus, em especial, alemães e belgas”. “Uma de suas teses centrais era a aliança com a burguesia industrial”. Para o jornal, “o Grupo de Itatiaia representava uma aliança neototalitária de burocratas e técnicos que seria simplesmente cômica se não permitisse aos seus membros influir diretamente em muitos setores da administração”. O Grupo de Itatiaia era acusado ainda de ter idéias “totalitárias”, misturando “teorias fascistas” com slogans “stalinistas”, “pondo uma colher de capitalismo numa fôrma peronista”.<sup>166</sup>

A *Tribuna da Imprensa* era um dos jornais que faziam parte da “Ofensiva Reacionária”, expressão criada por Nelson Werneck Sodré para denominar todo e qualquer meio de comunicação que sistematicamente empreendia ataques ao ISEB através de artigos ou matérias, em grande parte encomendadas por grupos de empresários insatisfeitos cujos interesses econômicos estivessem ameaçados por alguma idéia defendida pelo instituto que fosse contrária aos seus negócios.

As conferências proferidas pelos intelectuais do ISEB tiveram grande repercussão, como pode ser verificada na edição de 23 de maio de 1957 do jornal *Última Hora*<sup>167</sup>, que divulgara uma matéria com o título “O Brasil está sendo descapitalizado”, que refletia basicamente o teor das conferências realizadas em maio daquele ano pelo ISEB em São Paulo, sob o patrocínio do Centro e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. O periódico notabilizara-se, ao longo de sua existência, a ser um entusiasta das questões nacionais, e a crítica de alguns intelectuais do ISEB, em especial de Nelson Werneck Sodré, numa conferência em que se mostrava contrário à remessa de lucros dos capitais estrangeiros investidos no Brasil, vinha ao encontro da linha editorial do jornal.

---

<sup>166</sup> Idem. pp.23-24

<sup>167</sup> *Última Hora*, Rio de Janeiro, 23/05/1957. p.10

No dia 5 de junho de 1958, a *Tribuna da Imprensa* acusava o ISEB de estar envolvido numa conspiração destinada a evitar a substituição, no Ministério da Fazenda, de José Maria Alkmin por Lucas Lopes, fato que posteriormente foi negado por Nelson Werneck Sodré. Segundo o diário, a conspiração realizara-se na residência de um parlamentar da Guanabara e dela teriam participado Nelson Werneck Sodré (“elemento comunista”), o major Kardec Lemme (“Allan Kardec, ativista”), o jornalista Oswaldo Costa (de *O Semanário*), o “conde” Francisco Matarazzo Sobrinho (com um “assessor”), Quartim Barbosa Filho (“ligado ao grupo Nelson Rockefeller, mas por igual ao grupo Aranha”), Sérgio Magalhães (deputado pelo PTB carioca) e Modesto Justino de Oliveira (estudante e presidente em exercício da UNE), além de outras pessoas. A notícia nomeava os professores do ISEB como “esses malandros” e definia Roland Corbisier como uma espécie de “débil mental”.<sup>168</sup>

Gustavo Corção, escritor e intelectual ligado à UDN, sendo um dos representantes do pensamento conservador brasileiro, concedeu uma entrevista ao *Diário de Notícias*, em junho de 1958, com o seguinte depoimento sobre o ISEB:

“Li que o ISEB propôs ao *Diário de Notícias* um debate sobre o conceito de Revolução Brasileira. Considero esse debate impossível, porque será impossível estabelecer um diálogo. Ainda que tenham palavras semelhantes, são línguas diferentes as empregadas no estudo do *Diário de Notícias* e nos escritos do ISEB. Seria o mesmo que propor um debate, em 1938, entre um grupo de ingleses democratas e um grupo de nazistas.”<sup>169</sup>

O Diário de Notícias era um jornal gaúcho, comprado em 1930 por Assis Chateaubriand, que logo o incorporou aos Diários Associados, seu império de comunicações.<sup>170</sup> O periódico tivera problemas em 1954, quando Vargas se suicidiou e chegou a ter sua sede depredada, já que a população associou o jornal às campanhas da

---

<sup>168</sup>SODRÉ, Nelson Werneck. *A ofensiva reacionária*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992. pp 9-10.

<sup>169</sup>Idem. pp 10-11.

<sup>170</sup>TORRES, Andréa Sanhudo. *Imprensa: política e cidadania*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

imprensa contrárias ao falecido presidente. Como podemos perceber, as palavras de Gustavo Corção chegavam ao ponto de comparar os intelectuais do ISEB a nazistas. Diversas denominações eram atribuídas ao instituto: comunistas, cripto-comunistas, nazistas, entre outros. Uma das táticas era utilizar de palavras de efeito e adjetivos marcantes, de fácil identificação e assimilação junto aos leitores, relacionando diretamente o ISEB ao “Mal” a ser vencido.

Em 23 de dezembro de 1958, logo após a cisão ocorrida no ISEB, entre Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe, o *Diário de Notícias* publicou uma matéria assinada pelo jornalista português Paulo de Castro, que já ministrara uma conferência no ISEB, cujo tema era “O problema de Berlim e a unificação da Alemanha”, que tentava reproduzir os últimos acontecimentos que levaram a ruptura do instituto. O título da matéria era “Moção Nacionalista com Apoio do Ministro Derrotada no ISEB”, com o subtítulo “Werneck Sodré com os vencedores: mudou”. A matéria apontava que a moção de intransigente defesa do monopólio estatal do petróleo e a intangibilidade da Petrobras, que tinha a assinatura do ministro da Educação, Clóvis Salgado, havia sido derrotada, em segunda votação, pelo voto decisivo de Nelson Werneck Sodré – justamente um intelectual com ligações ideológicas com o comunismo. A matéria, portanto, tinha como objetivo novamente dividir o instituto.<sup>171</sup>

Esta era outra característica dos periódicos de oposição ao ISEB: quando não atacavam diretamente o instituto, escolhiam como alvo algum de seus intelectuais diretamente, com o objetivo de desmoralizá-lo perante a opinião pública e também diante de seus colegas de cátedra na instituição.

Um dos periódicos que mais exerceram oposição ao ISEB foi *O Globo*, que em 25 de março de 1960 noticiava a sindicância sigilosa sobre a orientação comunista dada ao ISEB, realizada pelo EMFA a respeito do episódio envolvendo o capitão-de-fragata, Aristides Pereira Campos Filho, cobrando uma posição da presidência da República. Mesmo assim, o jornal informava que o Conselho Nacional de Segurança vinha tratando

---

<sup>171</sup> *O Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 23/12/1958. p.7.

do assunto, paralelamente, em diversas reuniões.<sup>172</sup>

O jornal carioca *Boletim Cambial* de 29 de dezembro de 1959, em sua seção “Confidencial” trazia o seguinte parágrafo:

“Fontes ligadas à Presidência da República adiantam que estão quase concluídos os estudos que determinarão uma completa reforma da estrutura do ISEB, elaborados sobre os dados e informações fornecidos pelo Conselho de Segurança Nacional e por determinação do presidente da República. O ministro Clóvis Salgado tem evitado todos os esforços para emular aquele trabalho, pois é um dos mais ardorosos defensores daquele instituto e de suas ideologias.”<sup>173</sup>

Essa notícia possui diversos alvos: além do instituto, o ministro Clóvis Salgado, que era um dos principais incentivadores do ISEB era atacado também. E o jornal citava o Conselho de Segurança Nacional como o órgão responsável por todas as informações relativas ao instituto. Podemos associar esta notícia com a sindicância organizada por alguns segmentos das Forças Armadas, que defendiam a completa reformulação da estrutura do ISEB – leia-se: substituição do corpo docente. Tendo o ministro Clóvis Salgado como um dos alvos, o objetivo era minar um dos principais sustentáculos do ISEB dentro do governo JK.

Nelson Werneck Sodré insinuou posteriormente, numa publicação, que a represália do *Boletim Cambial* poderia também estar ligada ao fato de Vargas ter denunciado grandes fraudes cambiais antes de suicidar-se. O periódico então estaria agindo contrário ao ISEB como forma de se vingar daqueles que de certa forma continuaram com o legado do ex-presidente.<sup>174</sup>

No dia 7 de novembro de 1960, *O Globo* novamente citou o ISEB, numa transcrição publicada em *O Jornal*, também pertencente aos Diários Associados de

---

<sup>172</sup>*O Globo*, Rio de Janeiro, 25/03/1960. Suplemento especial. p.2.

<sup>173</sup>*Boletim Cambial*, Rio de Janeiro, 29/12/1959.

<sup>174</sup>SODRÉ, Nelson Werneck. *A ofensiva reacionária*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992

Chateaubriand, no dia anterior. O título da matéria era “Democracia Suicida”:

“Em recente conferência pronunciada perante o Conselho Deliberativo do Centro Industrial do Rio de Janeiro, o Sr. Jorge Bhering de Matos, vice-presidente desse organismo, articulou veemente libelo contra o ISEB, órgão subvencionado pelo Governo e pela Fundação Roberto Simonsen, o qual é dominado por comunistas e vem realizando um eficiente trabalho de propagação do credo vermelho sob a capa ‘nacionalista’.

Tudo o que disse o conferencista é a pura verdade. Os comunistas adotam hoje, em relação à América Latina, a tática soviética que é primorosa como concepção de trabalho.

- Nos países subdesenvolvidos – dizia Stálin – o nacionalismo é a primeira etapa para o comunismo.

Assim, no Brasil, não há mais comunistas e sim “nacionalistas”. E com esta capa verde-amarela, mas forrada por dentro de vermelho, alguns cavalheiros investem contra os Estados Unidos porque sabem que este país constitui uma grande força, um baluarte inexpugnável contra o comunismo russo.

Possuem as autoridades do Serviço Secreto das Forças Armadas brasileiras documentos pelos quais se verifica que 99% dos sindicatos do Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Bahia e Rio Grande do Sul são comunistas ou cripto-comunistas. E todos disfarçados em nacionalistas.

Cumprido, no entanto, acentuar que o caminho ora trilhado pelos comunistas brasileiros significa o abandono total da revolução armada. Não há mais nenhum comunista dirigente do Brasil que pense em termos de golpe de Estado, de agitações nas ruas, de passeatas do tipo ‘Coluna Prestes’ etc.

A tática vermelha é hoje completamente diversa. No que pensam os comunistas é na destruição da estrutura econômica do país, através

de tais exigências salariais que importam na deterioração completa de seus organismos. Haja vista o caso dos marítimos, onde um grumete de 15 anos de idade, com casa, comida e roupa lavada, recebe 16 contos por mês. Um comandante de unidade motorizada, entre Rio e Niterói recebe 45 mil cruzeiros. Pilotos da linha internacional existem ganhando nada menos que 105 contos mensais. Haverá quem possa dizer de boa fé que o Brasil, nação pobre, subdesenvolvida, de um comércio exterior pequeno, pode suportar ônus que nem países como a França e a Inglaterra agüentam em seus serviços de pagamentos salariais ou de autarquias?

Nunca a penetração comunista foi mais extensa e mais profunda na administração federal brasileira do que hoje. O Brasil não pode pensar um dia expandir seus serviços hidrelétricos sem a ajuda, sem a cooperação do capital americano. Ora, como se pode conceber que um banco estatal como o BNDE, adote uma linha de oposição sistemática a todas as organizações estrangeiras que com ele trabalham, principalmente a americana. As empresas norte-americanas de serviços públicos, que operam no Brasil, conseguem obter uma parte dos recursos em cruzeiros que elas pedem, porque, o Governo da República acaba intervindo. Mas é preciso que se diga, após um desgaste de tempo revoltante, pois que as alavancas de comando, à parte o presidente, são todas ou quase todas manejadas por cripto-soviéticos ou soviéticos que se dizem nacionalistas.

O ISEB – objeto da denuncia feita em boa hora pelo Sr. Jorge Bhering de Oliveira Matos – é um verdadeiro curso pago pelo Estado e pela Fundação Roberto Simonsen para fazer propaganda anti-americana. Não pode o Governo ficar indiferente às acusações feitas, mesmo porque já é tarde, e afastar sumariamente a maioria dos membros dirigentes daquela instituição que são apologistas do credo vermelho, disfarçados em nacionalistas.

O caminho que eles querem é destruir a livre empresa no Brasil, entregar tudo ao Estado, e o Estado amanhã, submeter-se à escravidão soviética.”<sup>175</sup>

A matéria de *O Globo* demonstra o clássico discurso anticomunista da época, exacerbado por setores conservadores da sociedade, representado pelos empresários ligados ao setor de importação e exportação, que recrudescer mais ainda diante do temor que seus interesses econômicos sofressem algum revés. Seria esse discurso uma tentativa de cooptar uma ala das Forças Armadas, que também nutria repulsa pelo nacionalismo existente no ISEB e ressaltado com mais ênfase nos relatórios militares que condenavam as atitudes “suspeitas” do ISEB? Embora existissem setores das Forças Armadas entusiastas do nacionalismo, havia também segmentos simpáticos ao imperialismo estadunidense.

A matéria aborda também importantes questões que ilustravam o imaginário da época: a figura do comunista clássico que nos anos 1950 não pegava mais em armas, e sim agia de forma mais silenciosa, inclusive com o discurso legalista de apoio ao governo. Havia desde 1945 a política de união nacional. O PCB vivia um momento de grande contradição interna, passando por uma reestruturação, suscitada pela abertura dos arquivos de Stalin no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956. A abertura dos arquivos trouxe à tona diversos crimes cometidos durante o terror stalinista, o que acabou causando decepção em torno da figura do mito.

Outro ponto abordado pela matéria contém também certo tom de crítica ao próprio governo, por abrigar uma instituição, no entender do periódico, identificada com o comunismo, sendo mantida pelo orçamento público.

Quanto a Jorge Bhering de Oliveira Matos, citado na matéria do mesmo periódico, era advogado e empresário, proprietário da Companhia Bhering Sociedade Alimentícia, e ardoroso crítico do ISEB. Em 1960 diplomou-se na Escola Superior de Guerra (ESG), no Curso Superior de Guerra.<sup>176</sup>

---

<sup>175</sup>Democracia suicida. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25/03/1960. Suplemento especial. p.1.

<sup>176</sup>Turma de alunos da Escola Superior de Guerra (ESG) em 1960. <http://www.adeg.org.br/portal/features/turmas-esg/91-turma-de-1960> . Acesso em 06/04/2010.

Bhering entendia o ISEB como um perigo para as instituições livres, para as empresas particulares e para as relações entre o Brasil e os países democráticos. Para ele, o perigo situava-se no programa de ensino, no corpo docente e no “desvio alarmante com que seus alunos e futuros líderes estão sendo doutrinados”. Entretanto, assim como o relatório final do EMFA encaminhado a JK, Bhering não defendia a extinção do instituto, mas sim que este deveria continuar funcionando com a fiscalização direta do Governo, “a fim de que se idealizem novos planos, destinados a neutralizar a influência bolchevista no ISEB”.<sup>177</sup>

No início de novembro de 1959, a Federação das Indústrias do Distrito Federal publicara nos principais jornais do país, um documento, assinado por Jorge Bhering e Zulfo de Freitas Mallman, diretor da empresa farmacêutica Laboratórios Silva Araújo-Roussel, e presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) -, com a proposta de revisão da questão do petróleo no Brasil, sugerindo a participação de capitais estrangeiros e até a extinção da Petrobras.<sup>178</sup> Coincidentemente, a participação de capitais estrangeiros nos investimentos na economia brasileira, em especial, no petróleo foi o tema que causou a ruptura interna no ISEB e que gerou séria crise que acabou por decidir os rumos que o instituto tomaria posteriormente.

Em 12 de novembro, *O Globo* voltava à carga com denúncias contra o ISEB, na matéria “Comércio com a URSS e a infiltração comunista”.<sup>179</sup> No texto, informava que os Conselhos Deliberativo e de Representantes do Centro Industrial do Rio de Janeiro e da Federação das Indústrias do Distrito Federal, em reunião conjunta, apreciaram o discurso de Jorge Bhering de Oliveira Matos, que denunciava a orientação bolchevista que vinha sendo adotada pelo ISEB. Na ocasião, o general Kleber Araujo, segundo vice-presidente do Centro Industrial (um general ligado a uma posição estratégica na economia brasileira), apoiou o discurso de Jorge Bhering de Oliveira Matos, ressaltando que há muito vinha acompanhando as atividades do ISEB. Segundo o general, o ISEB utilizava-se de métodos hábeis de doutrinação anti-democrática,

---

<sup>177</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *A verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1978.

<sup>178</sup> Idem.

<sup>179</sup> “O comércio com a URSS e a infiltração comunista”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12/11/1959. p.5.

iludindo a opinião pública sob o manto do ultra-nacionalismo, inclusive iludindo empresários bem-intencionados. Afonso Fonseca, outro empresário presente à reunião, alertara os empregadores contra “as forças que procuram colocá-los como inimigos da sociedade”. Um dos objetivos da reunião era reforçar a necessidade de integração do empresariado à vida política nacional, tornando a classe mais ativa na luta por seus interesses. O plenário deliberou em aprovar, por unanimidade, o discurso de Jorge Bhering de Oliveira Matos.

A matéria cita ainda outro empresário, Renato Heinzemann, que lançou suspeitas de existir um trabalho de recrutamento de homens de elite visando mudar o regime de então. Empresários presentes ao evento sugeriram o encaminhamento da denúncia de Jorge Bhering de Oliveira Matos ao então ministro interino da Educação e Cultura, Pedro Calmon, “para as providências necessárias.”

O *Diário Ilustrado*, de Santiago do Chile, publicou, em 5 de outubro do mesmo ano um artigo sobre a importância do ISEB como órgão de orientação política no Brasil:

“Infelizmente foi criticado com razão que o ISEB carece de uma verdadeira unidade ideológica. Seus integrantes professam ideologias diferentes que não chegam a integrar-se na forma do todo harmonioso na fachada de nacionalismo com que se apresenta o Instituto. O mais grave de tudo, ainda mais numa entidade de tanta influência, é a tentativa que desempenha nela elementos de idéias marxistas que, com hábil pretexto de nacionalismo e estudos sociológicos, difundem dissociadoras ideologias comunistas.”<sup>180</sup>

O periódico chileno havia sido criado em 1902 e era notadamente conhecido por sua tendência política conservadora.<sup>181</sup> O artigo fora assinado por uma pessoa cuja identificação se restringia apenas a letra “J.”

---

<sup>180</sup> “As ideologias marxistas do ISEB intranquilizam o continente”. *O Diário Ilustrado*. Santiago do Chile. 5/10/1959.p.9. Arquivo Alzira Alves de Abreu.

<sup>181</sup> El Diario Ilustrado (1902-1970). [http://es.wikipedia.org/wiki/El\\_Diario\\_Ilustrado](http://es.wikipedia.org/wiki/El_Diario_Ilustrado) . Acesso em 05.02.2011.

Em 8 de novembro de 1959, o memorialista Antônio Carlos Villaça escreveu um artigo no *Jornal do Brasil*, dizendo que o ISEB poderia ter professores marxistas, pois isso era uma questão pessoal que merecia respeito, mas, grave era o fato do ISEB ser órgão do Governo e sustentado pelo país. “A questão ganha assim um outro aspecto que interessa a nação: um órgão do Governo mantido por verbas do Governo e por generosa (e talvez assustadora) subvenção de industriais. (...) está a serviço da filosofia marxista de vida. É grave”.<sup>182</sup>

O artigo ainda realizava um apelo aos padres jesuítas, convidados a serem conferencistas no ISEB, que não as fizessem, que agissem como os professores Alceu Amoroso Lima e Gustavo Corção, que, convidados pelo ISEB, se negaram a dar cobertura, com seus nomes, àquela “vigarice”.

A análise destes periódicos permite identificar que os ataques ao ISEB sempre giram em torno de alguns temas centrais, como o anti-comunismo, a influência negativa do instituto através de seus cursos e também o fato do ISEB ser ligado à Presidência da República, logo, ser uma instituição mantida com recursos públicos e que justamente estaria agindo contra o próprio Brasil.

Em 25 de março de 1960, *O Globo* publicou em sua edição um suplemento de oito páginas, onde fazia sistemática campanha virulenta contra o ISEB e principalmente seu diretor-executivo, Roland Corbisier. A manchete de seu editorial era a “Dualidade conspirativa”:

“Não conseguimos caracterizar, nas publicações e conferências do ISEB, uma ideologia, um corpo de doutrina.

Todavia, o comuno-nacionalista professado pelos isebianos é um perigoso fermento de conseqüências ate imprevisíveis para o funcionamento de nossa precária democracia.

O instituto das Palmeiras não forma, nem prepara elites, mas sem

---

<sup>182</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8/11/1959. p.5.

duvida, é órgão preparador de agentes de certo tipo intelectual.

Compare-se sua ação voltada para as classes dirigentes com o movimento subversivo das massas rurais no Nordeste.

Parece obvio reconhecer nessas duas atuações duas faces de uma mesma e única ameaça.

Não sabemos dizer, não podemos ir até a afirmação de existir entre ambas as atividades conspirativas, conexão propositada, a articulação de plano de ação política de vastas proporções.

Entretanto, é indisfarçável a curiosa coincidência de linhas políticas que se consta nos movimentos dos rapazes isebianos – agindo na superestrutura – e as Ligas Camponesas no Nordeste – agindo junto às camadas mais sensíveis de nosso povo. Ambas essas linhas, partindo de pontos diferentes, convergem com muita nitidez para um mesmo objetivo. Na verdade, seu traçado abrange todo o conjunto da sociedade brasileira.

Articulado ou não, propositado ou não, é iniludível o paralelismo político entre quem explora o rico material inflamável do povo atingido pelo pauperismo e os conspiradores de Botafogo.

Em ambas as atuações, na que se pode denominar de intelectual e na que procura emocionar as massas, se entrevê, se advinha o mesmo perigo ameaçar as instituições nacionais.

Um mais profundo exame do problema, ou investigação em profundidade (tivéssemos órgãos de segurança com real eficiência) poderia conduzir-nos a conclusões de fatos interessantes.

Aqui apenas desejamos chamar a atenção para essa espécie de dualidade conspirativa, planejada ou espontânea, que vem obscurecer, um pouco mais, o já agitado ambiente nacional.

Tudo é possível. Afinal, o ISEB é algo inédito no Brasil. E a sombra das palmeiras imaginam-se estranhas coisas, visam-se perigosos objetivos.”<sup>183</sup>

O editorial terminava ainda com a emblemática expressão “Colaboração do Comitê Nacional de Defesa da Democracia”, no final da página.

Mais uma vez, o periódico fazia uso do discurso anticomunista, reforçando ainda o caráter conspirador do instituto. O editorial traduzia aquela que seria a tônica do suplemento: a mensagem do perigo comunista que influenciava das atividades do ISEB.

No mesmo suplemento, na nota “Os tentáculos do ISEB”, o jornal informava que o ISEB se infiltrava em todos os setores básicos da vida nacional e que organizara um curso patrocinado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (CONTEC), um órgão de cúpula do setor sindical brasileiro, presidido por Humberto Meneses Pinheiro.<sup>184</sup>

Na quinta página do suplemento havia a sugestão de como resolver a questão do ISEB: “O melhor caminho, o conserto, é integrar o ISEB na Universidade do Brasil, considerar o aspecto legal do concurso para os professores catedráticos. Selecionar convenientemente o pessoal”. Havia ainda uma transcrição de uma matéria do *Boletim Cambial*, informando que aproximava-se uma “limpeza” no ISEB:

“Espera-se que o presidente da República prestigie a ação do Conselho de Segurança Nacional encabeçada pelo Estado-Maior das Forças Armadas e faça uma total mudança nos quadros dirigentes do ISEB ou então feche-o sumariamente, pois a obra desse estabelecimento já causou grandes danos ao país e não é crível que essa situação continue após tantas constatações alarmantes”.<sup>185</sup>

Mais uma vez, os mesmos periódicos, com os mesmos temas, tratados com novas roupagens. Quando *O Globo* defende a integração do ISEB à Universidade do

---

<sup>183</sup>Dualidade conspirativa. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25/03/1960. p.1.

<sup>184</sup>*O Globo*, Rio de Janeiro, 25/03/1960. p. 4.

<sup>185</sup>*O Globo*, Rio de Janeiro, 25/03/1960. p. 5.

Brasil, assinala uma requisição das Forças Armadas, que desejavam a reformulação do quadro docente do instituto e a sua restrição ao meio estritamente acadêmico, universitário, longe dos cursos voltados para militares. E a transcrição da matéria do Boletim Cambial questionava diretamente o presidente Juscelino Kubitschek para fazer as mudanças necessárias no instituto.

Embora vários periódicos, como *O Globo* e *O Jornal*, entre outros, fizessem campanha contra o ISEB e estivessem em maior quantidade, conseqüentemente ganhando maior ressonância na sociedade, alguns jornais eram simpáticos às causas empreendidas pelo instituto. Periódicos como *A Última Hora*, *O Semanário* e *O Nacional*, por exemplo, davam espaço para que os próprios intelectuais do instituto escrevessem artigos, seja lançando idéias à respeito de determinados assuntos de interesse nacional, seja também se defendendo, em suas colunas, de calúnias empreendidas por inimigos declarados – inimigos pessoais ou inimigos do instituto.<sup>186</sup>

Também instituições militares, como o Clube Militar e a Escola Superior de Guerra, prestigiaram o ISEB, publicando artigos e livros. Há pelo menos três livros de Guerreiro Ramos editados com o selo da ESG: *Características psico-sociais do povo brasileiro*<sup>187</sup>, *Panorama social do Brasil*<sup>188</sup>, e *Ideologias e Segurança Nacional*<sup>189</sup>.

*O Semanário* publicou, em 20 de fevereiro de 1960, um artigo de Nelson Werneck Sodré, defendendo o ISEB contra as sistemáticas campanhas empreendidas contra o funcionamento do instituto:

---

<sup>186</sup>ABREU, Alzira Alves de. “O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)” In: AARÃO REIS, Daniel.; FERREIRA, Jorge. *As Esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007. p.418-419.

<sup>187</sup>RAMOS, Alberto Guerreiro. *Características psico-sociais do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: ESG, 1955. Localização C51-55.

<sup>188</sup>RAMOS, Alberto Guerreiro. *Panorama social do Brasil*. Rio de Janeiro: ESG, 1955. Localização C50-55.

<sup>189</sup>RAMOS, Alberto Guerreiro. *Ideologias e segurança nacional*. Rio de Janeiro: ESG, 1957. Localização C1-79-57.

“Enganam-se os que cuidam ser fácil fazer calar a voz dos que estudam e divulgam os seus estudos. Enganam-se os que pensam ser viável o fechamento do ISEB. O governo que cometesse essa infâmia estaria liquidado perante a opinião do povo – e isto já é uma força, e o fato de existir essa força é que dá o sentido do que é novo no Brasil. E, ainda que tal erro fosse cometido, teríamos mil e uma formas de desenvolver a nossa tarefa patriótica, por dezenas de isebes, por todo o país, sem uma pausa. Como um *boomerang*, o erro voltaria à cabeça dos que o cometessem ou com ele pactuassem, dos que aceitassem as pressões de uma minoria que só tem por si a audácia e o cinismo com que ainda opera. Resta uma palavra. Acontece que sou militar, e esta é uma condição que me honra. Na investida, agora, aparece um general norte-americano, com a sua pedra.

Devo respeito aos generais do meu país, e nesse respeito vai tudo o que o Brasil representa; não é uma imposição que me constranja. Mas não devo respeito a generais estrangeiros. E jamais me passaria pela cabeça propor o fechamento de Harvard, embora julgue que o ensino lá seja bastante errado.

Quando cada um se mete com os seus próprios negócios, o convívio é sempre mais fácil. Que o general meta a sua ‘viola no saco’, e trate dos problemas de seu país, e não se arrisque a ouvir aquela palavra que Cambronne imortalizou.”<sup>190</sup>

Este artigo foi uma resposta ao general estadunidense C.Cabell, sub-diretor do Serviço Militar do governo dos Estados Unidos, que classificara o ISEB como sendo um “centro de comunistas”, sugerindo que ele deveria ser fechado.<sup>191</sup> Analisando o artigo é possível perceber a utilização de alguns temas caros aos militares nacionalistas,

---

<sup>190</sup> *O Semanário*, Rio de Janeiro, 20/02/1960. p.2

<sup>191</sup> *Apud*: SODRÉ, Nelson Werneck. *A ofensiva reacionária*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992. p. 147.

entre os quais o próprio Nelson Werneck Sodré fazia parte. O intelectual atrela o ISEB a um sentimento patriótico, de “defesa do Brasil”, mas de um “novo Brasil”, sem esquecer o que é a honra de “ser militar neste país”. O “inimigo” era o militar estrangeiro que vinha se intrometer com questões que diziam respeito apenas aos brasileiros.

Em abril, o *Boletim da Biblioteca do Exército* transcreveu o artigo, com o título “ISEB em foco”, fazendo ainda a seguinte observação:

“A propósito das restrições e mesmo ataques que tem sofrido ultimamente o Cel. Nelson Werneck Sodré (*O Semanário* 20 a 26 fev. 60), que é um dos que mais competentemente e também mais decentemente servem àquela instituição, desde a sua criação...”<sup>192</sup>

Dois meses após a publicação no Boletim, em 28 de junho daquele ano, Umberto Peregrino, diretor da Biblioteca do Exército, foi exonerado de seu cargo. No dia seguinte, o *Jornal do Brasil* publicava esclarecedora matéria sobre o episódio, sob o título: “Coronel Umberto Peregrino demitido por transcrever artigo contra um americano”:

“O Coronel Umberto Peregrino foi demitido ontem do cargo de diretor da Biblioteca do Exército, que exercia há seis anos, por ter transcrito, no último *Boletim* daquela Biblioteca, o trecho de um artigo em defesa do ISEB, de autoria do Coronel Nelson Werneck Sodré.

(...) Falando ao *Jornal do Brasil*, o Cel. Umberto Peregrino confirmou a sua exoneração, mas absteve-se de comentá-la, esclarecendo apenas que o motivo que lhe foi apresentado na comunicação oficial é o de ter feito transcrever, no último *Boletim* da Biblioteca, em seção especializada, artigo considerado atentatório aos princípios que norteiam a disciplina militar.

(...) Fonte do Estado Maior do Exército Brasileiro afirmou à

---

<sup>192</sup> *Apud*: SODRÉ, Nelson Werneck. *A ofensiva reacionária*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992. p. 149

reportagem, contudo, que a exoneração foi provocada realmente pela publicação do artigo citado.

(...) O EME sugeriu ainda a apreensão do Boletim condenado, o que foi feito”.<sup>193</sup>

Na mesma edição, o *Jornal do Brasil* voltava a carga contra Nelson Werneck Sodré, publicando a matéria “O artigo provocador”, onde, além de transcrever o artigo de resposta do intelectual, publicado em *O Semanário*, incluía os próprios anseios da publicação quanto ao desfecho do episódio, no subtítulo “Esperadas outras punições”:

“Embora sem confirmação, o *Jornal do Brasil* apurou que o Ministro da Guerra, com base ainda em parecer do EME, está disposto a punir severamente qualquer oficial que se manifeste em termos considerados ‘desrespeitosos’, publicamente, notadamente sobre o assunto em questão. Foi lembrado, entre os nossos informantes, que oficiais do Exército, como também da Marinha e da Aeronáutica, freqüentam os cursos do ISEB regularmente, participando dos debates sobre diferentes aspectos da política nacional e internacional, inclusive quando há convidados especiais, sem que nada tenham sofrido até o momento, razão por que a decisão do Ministro da Guerra foi recebida com certa surpresa. E foi ainda salientado, em conclusão, que o ex-Ministro da Guerra, Marechal Teixeira Lott, foi padrinho da turma de 1959 do ISEB”.<sup>194</sup>

No dia seguinte, o diário retornava com o assunto, num editorial que afirmava:

“Uma das obrigações dos oficiais do Exército Brasileiro deve ser a de se comportarem com discrição, no que se refere à política, seja ela nacional ou internacional. O Brasil inteiro já está cansado de ver militares politicando e criando um ambiente de insegurança

---

<sup>193</sup> *Apud*: SODRÉ, Nelson Werneck. *A ofensiva reacionária*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992. p. 14.

<sup>194</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 30/06/1960. p. 3.

para as instituições.

(...) A decisão do Sr. Denys evidencia, também, quão nociva é a atuação do ISEB, órgão dominado por uma minoria de extremistas da esquerda e da direita que tem procurado doutrinar politicamente militares e civis. Não se compreende que o Estado financie um Instituto para desunir os brasileiros. O ISEB, que devia ser uma instituição cultural onde, inclusive, florescessem as mais variadas tendências políticas, não passa, hoje em dia, de uma seita, formada por zelotes que se arrogam o direito de passar atestados de patriotismo ou de traição aos políticos brasileiros. O Ministro da Educação, Sr. Clóvis Salgado, pode continuar a dar apoio pessoal e oficial ao ISEB, mas não contará com a tolerância do Marechal Denys, no que se refere a uma participação extremada de oficiais do Exército nas atividades daquela instituição, mais ou menos astrológica e decididamente hipertiroídiana”.<sup>195</sup>

O que os artigos do *Jornal do Brasil* deixam vir à tona é algo muito mais sério do que a simples exoneração de um oficial da Biblioteca do Exército. O que estava ocorrendo naquele momento era uma luta interna entre o Ministério da Guerra e o Ministério da Educação e Cultura, personificado na figura do ministro Clóvis Salgado. Era uma queda-de-braço que ocorria de forma silenciosa. A exoneração de um militar simpático a um intelectual do ISEB era a senha para que o MEC entendesse que, sob os olhos do ministro da Guerra, marechal Odilo Denys, as atividades do ISEB não eram bem recebidas nos altos escalões das Forças Armadas.

A aproximação do ISEB com a UNE foi outro fator que causava inquietação não somente nos meios militares, mas também entre os industriais. Uma série de catorze reportagens foi publicada em *O Jornal*, durante o mês de setembro de 1962, a respeito da propaganda e a atividade comunista no meio estudantil. As reportagens, assinadas pela filósofa e jornalista Sônia Maria Saraiva Segnanfreddo, que fora convidada pelo jornalista Paulo Vial Corrêa, secretário de *O Jornal*, foram publicadas sob o título

---

<sup>195</sup> Idem

“UNE – a menina dos olhos do PC”<sup>196</sup>. Após se matricular no curso pré-vestibular da Faculdade Nacional de Filosofia, em agosto de 1958, Sônia declarou ter sido perseguida por um grupo de professores, liderado por Álvaro Vieira Pinto, catedrático de História da Filosofia e integrante do ISEB. Numa das reportagens, a autora afirma que “Atualmente, a pós-graduação dos elementos filiados à UNE é feita no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), local onde os ex-acadêmicos ‘progressistas’ encontram, sob a proteção do Governo, o emprego fixo que lhes possibilita ordenado seguro”.<sup>197</sup>

Uma das reportagens é destinada a analisar a estreita relação entre a UNE e o ISEB. De acordo com o Relatório de Atividades da Gestão Eirado,

“a UNE se ofendeu profundamente quando Hélio Jaguaribe publicou o livro *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*, por ela considerado ‘eminente entreguista’. (...) por admitir a participação do capital estrangeiro na Petrobras. Uma comissão de estudos analisou a obra e suas conclusões foram impressas e distribuídas nas faculdades, na Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria e aos integrantes da Frente Parlamentar Nacionalista”.<sup>198</sup>

Interpelados por representantes da UNE, que buscavam uma tomada de posição do ISEB, no que tange à opinião sobre o livro de Helio Jaguaribe, Sônia Seganfredo relata que a maioria – entre os quais, Álvaro Vieira Pinto, Alberto Guerreiro Ramos, Nelson Werneck Sodré, Inácio Rangel e Cândido Mendes de Almeida – mostrou-se “feliz” com a consciência patriótica despertada no meio estudantil. O episódio teve como consequência a retirada de apoio da UNE à instituição, afirmando que só voltaria a dá-lo quando a instituição não mais mantivesse “tipos como o Sr. Hélio Jaguaribe em

---

<sup>196</sup>UNE: a menina dos olhos do PC. *O Jornal*. Rio de Janeiro, set.1962.

<sup>197</sup>SEGANFREDDO, Sônia M. Saraiva. *UNE: instrumento de subversão*. Rio de Janeiro: GRD, 1963.

<sup>198</sup>No período compreendido entre julho de 1958 e julho de 1959, a UNE teve como Presidente o acadêmico Raimundo Eirado, eleito no XXI Congresso Nacional dos Estudantes, realizado em Bauru. Relatório da Diretoria da UNE, referente ao período 1958-1959.

seus quadros”. A autora das reportagens ressalta que, com a saída de Hélio Jaguaribe e Alberto Guerreiro Ramos, o ISEB deu uma guinada ideológica, tornando-se, de fato, um centro de estudos marxistas.

É possível compreender neste capítulo a intrincada relação do ISEB com os militares no período compreendido entre 1955 e 1960, seja através de identificações ou controvérsias. O ISEB foi, ao mesmo tempo, catalisador do anseio de setores militares que viam no nacionalismo e na política de terceiro setor uma saída para o desenvolvimento do país, e que procuravam nos cursos oferecidos pelo instituto – sejam como palestrantes ou estagiários, consolidar a ideologia do nacionalismo. Por outro lado, o ISEB também enfrentou forte perseguição de setores conservadores da sociedade, através de militares identificados com a política econômica e externa dos Estados Unidos, ou também pelo ideário anticomunista, que encontrou no final da década de 1950 e início da década de 1960, seu período de maior agitação.

As distintas tensões e aglutinações em torno de temas como nacionalismo, anticomunismo, desenvolvimentismo, entre outros, solidifica a idéia do ISEB como instituição em movimento, que acompanhou a onda dos acontecimentos no decorrer da década de 1950, iniciando sua existência como instituição de ensino pós-universitário e transformando-se numa agência de articulação política, defensora de ideais nacionalistas e fomentadora do reformismo no governo Jango.

Uma instituição que por estar tão “em movimento”, foi incompreendida e jogada no olho do furacão...

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao ter o ISEB como tema desse trabalho, pensei desde o início na possibilidade de analisar uma instituição que se desenhava num espectro de diferentes nuances e ângulos que variavam conforme as personalidades de seus intelectuais. Estudar a instituição em separado a estes intelectuais seria o caminho mais natural para se desenvolver o trabalho mas, no decorrer das pesquisas, vi que não seria possível desvincular o ISEB a seus integrantes, já que a trajetória do instituto ligava-se diretamente a eles. Uma trajetória que variava à medida não somente do contexto da época, mas também de acordo com o resultado do embate interno de idéias, principalmente quando o ISEB esteve diante de um dilema identitário: ser uma instituição voltada para o ensino e pesquisa acadêmica ou mais do que isso, ser uma agência de articulação política, atuante principalmente a partir do momento em que não se limitava mais somente aos limites geográficos de sua sede, na rua das Palmeiras, em Botafogo?

Os trabalhos já realizados sobre o ISEB constituíram importante referencial para dar suporte a essa pesquisa: para levar adiante o desafio de escrever sobre este instituto, e apresentar o algo novo, não antes abordado, era necessário saber o que já se tinha escrito sobre o ISEB, principalmente as informações relativas aos seus antecedentes. O ISEB não foi uma idéia de ultima hora: foi gestado ao longo de praticamente de seis anos, personificado por um grupo de intelectuais que levaram adiante um projeto de se pensar o Brasil e que teve no governo o principal chancelador dessa iniciativa. Transformado então, de simples projeto intelectual a instituição governamental, o ISEB marcou época: teve um quadro de docentes bastante eclético em suas formações, palestrantes e conferencistas, das mais variadas origens intelectuais, institucionais e políticas, que sob a bandeira do nacional-desenvolvimentismo, buscou alternativas para questões nacionais relevantes. O instituto foi marcado por distintas representações no campo das idéias e pagou um alto preço por motivar essas discussões: pensar o Brasil sob o prisma econômico e social acabou por despertar sentimentos nem sempre favoráveis, principalmente pela oposição aos governos de JK e Jango, envoltos no estopim da Guerra Fria. A cooptação de segmentos militares a seus cursos ocasionou quebra de hierarquia e gerou desconfiança nas Forças Armadas.

As propostas formuladas como alternativas para o campo econômico motivaram inflamados discursos de empresários ligados ao capital externo. Confundia-se (propositalmente?) nacionalismo com comunismo, e o que era mais grave para os formadores de opinião: uma instituição ligada ao governo ser portadora de tal proposta! Um projeto que alguns anos antes era germinado numa coluna semanal de jornal cercava-se, com o decorrer dos anos, de um número maior de opositores. Desenhava-se um cenário de beligerância que ganhou também as páginas dos jornais, onde encarniçadas lutas foram travadas em artigos, editoriais, carregadas em verborrágicas tintas.

O ISEB foi o resultado de um projeto, que uma vez institucionalizado, originou distintas projeções particulares de cada intelectual que fez parte de seus quadros. Diversas propostas perfilarão em suas discussões: economia, educação, recursos naturais e minerais, filosofia e política foram alguns temas que suscitaram sentimentos os mais diversos – tanto no cerne da instituição, como também na sociedade, disseminados pelo instituto em seus cursos, conferências e palestras que não mais se limitaram, num segundo momento, aos limites geográficos do Distrito Federal.

Ao perceber a dinâmica operacional que estava por trás daquele empreendimento, percebemos que o que existia estava além de uma instituição de ensino. Mais do que a proposta de formular a ideologia do nacional-desenvolvimentismo, a formação de quadros entre funcionários públicos visava implementar um ambicioso projeto, oferecido também a sindicatos, organizações estudantis e segmentos das Forças Armadas que não freqüentavam os gabinetes militares, criando uma base de sustentação para a disseminação daquela ideologia.

Ao longo deste trabalho, foi possível perceber que o ISEB não esteve polarizado e nem foi antagônico, *strictu sensu*, às Forças Armadas, à imprensa, empresários e políticos. Oficiais de baixa patente formaram um público seletivo, interessado em seus cursos. Se grande parte da imprensa fazia oposição à sua existência, seus intelectuais encontraram espaço em alguns distintos periódicos que fizeram ecoar pela sociedade suas idéias e respostas à ofensiva dos reacionários. Empresários, principalmente aqueles ligados à Fundação Roberto Simonsen e à FIESP, em São Paulo, que entusiastas na presença do Estado na economia, em defesa da indústria nacional, contrários aos interesses estrangeiros que não colaborassem com a causa nacional. E não menos

importante, o instituto desenvolveu uma aproximação a políticos ligados ao PSD, tanto na composição de palestrantes e conferencistas, como também no papel chancelador que o partido teve, através de políticos importantes ligados ao governo, com as bênçãos do presidente Juscelino Kubitschek. Ministros de Estado ligados ao PSD referendando suas atividades.

A análise de relatórios confidenciais trocados por chefes militares mostrou que o ISEB era acompanhado de perto por setores da inteligência do governo. Havia a preocupação com a capacidade do instituto em fomentar discussões que abalariam os alicerces do poder institucionalizado. A inquietação nos quartéis se dava na proporção que o ISEB adquiria força e não se contentava em ser somente uma escola de estudos pós-universitários. Por isso mesmo, é possível perceber que o ISEB foi cenário de uma transitoriedade institucional: o projeto inicial não só ganhou volume como também alçou vôos mais altos.

Nos distintos estudos e trabalhos já realizados, percebe-se a quase concordância unânime dos autores em afirmar que o instituto passou por fases. Neste sentido este trabalho discorda do senso comum que se criou em torno dessa afirmação. O ISEB não viveu fases. Passou por diferentes contextos políticos e sociais que contribuíram para moldar a instituição, com defecções de intelectuais seminais e a aquisição de novas personagens que contribuíram para escrever a história do instituto.

Sob esse prisma, sob os olhos da opinião pública, intelectuais se transformam em conspiradores. Os conspiradores de Botafogo, cuja sede era uma mansão misteriosa, local onde supostamente se tramavam projetos malignos e nocivos aos interesses do Brasil. Instituição orientada por Moscou?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 1. Fontes

#### 1.1. Arquivos

*CPDOC/FGV*

Arquivo Alzira Alves de Abreu

Arquivo Nelson de Melo

Arquivo Osvaldo Aranha

*Biblioteca Nacional*

Arquivo INL

#### 1.2. Periódicos

*Boletim Cambial*, Rio de Janeiro

*Diário Oficial da União*, Distrito Federal

*El Diario Ilustrado*, Santiago do Chile

*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro

*O Diário de Notícias*, Porto Alegre

*O Globo*, Rio de Janeiro

*O Jornal*, Rio de Janeiro

*O Semanário*, Rio de Janeiro

*Revista Manchete*, Rio de Janeiro

*Última Hora*, Rio de Janeiro

## **2. Publicações oficiais**

BRASIL. Decreto nº 57.608, de 14 de julho de 1955.

BRASIL. Decreto n. 45.811, de 15/04/1959. Decreto que alterava o Regimento Geral do ISEB, extinguindo o Conselho Consultivo, criando a Congregação e concedendo assim relativa autonomia ao ISEB.

## **3. Entrevistas**

Entrevista de Alberto Latorre de Faria a Alzira Alves de Abreu em 28/10/1970

Entrevista de Alzira Alves de Abreu a Fabrício Augusto Souza Gomes. Rio de Janeiro, 27/08/2010.

Entrevista de Hélio Jaguaribe a Alzira Alves de Abreu em 23/06/1970.

Entrevista de Hélio Jaguaribe a Alzira Alves de Abreu em Paris. 01/09/1970.

Entrevista de Reinaldo Barros a Alzira Alves de Abreu em 01/10/1970.

Entrevista de Roland Corbisier a Alzira Alves de Abreu em 01/10/1970.

Entrevista de Wanderley Guilherme dos Santos a Alzira Alves de Abreu. (S/D)

## **4. Documentos**

*As eleições de 58 e a situação política brasileira.* Conferência de Hélio Jaguaribe proferida na ABI em 16/10/1958. Ministério da Educação e Cultura. ISEB. Arquivo Alzira Alves de Abreu.

Carta de Roland Corbisier aos seus amigos, justificando sua candidatura ao PTB. Julho de 1960. Arquivo Alzira Alves de Abreu.

Discurso na solenidade de formatura da turma de estagiários do ISEB, em 16/12/1958. A frase foi atribuída a Charles Péguy, poeta e ensaísta francês. Arquivo Alzira Alves de Abreu.

Discurso de Roland Corbisier no Encerramento do curso regular de 1959. 13/11/1959. Arquivo Alzira Alves de Abreu.

Discurso de Roland Corbisier na solenidade de formatura da turma de estagiários de 1958. Arquivo Alzira Alves de Abreu.

Relatório sucinto de atividades do ISEB, de janeiro de 1956 a novembro de 1960. Biblioteca Nacional: Seção de Manuscritos: Arquivo INL (Instituto Nacional do Livro): (52,30,49).

Exposição de motivos no 003-B. Relatório da Casa Militar. 10/12/1959. Arquivo Nelson de Melo. CPDOC/FGV.

Ofício secreto do chefe do Estado-Maior da Armada ao chefe do Estado-Maior do EMFA. 2/12/1959. Arquivo Nelson de Melo. CPDOC/FGV.

Ofício secreto do chefe do EMFA ao brigadeiro Clóvis Travassos. 24/10/1959. Arquivo Nelson de Melo. CPDOC/FGV.

Programa do curso “Introdução aos Problemas Brasileiros”, promovido pelo ISEB. 14/05/1959. Arquivo Oswaldo Aranha. CPDOC/FGV.

## 5. Obras gerais

ABRANCHES, Aparecida Maria. *O nacionalismo no pensamento de Guerreiro Ramos à luz do debate atual*. Trapézio, Campinas, n. 3/4, p. 23-36, 2003.

ABREU, Alzira Alves de. *Nationalisme et action politique au Brésil: une étude sur l'ISEB*. Tese (Doutorado) - Université René Descartes, Paris, 1975, mimeo.

\_\_\_\_\_. “O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)” IN: FERREIRA, Jorge; FILHO, Daniel Aarão Reis. *As Esquerdas no Brasil. Nacionalismo e Reformismo Radical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 419.

\_\_\_\_\_. “A ação política dos intelectuais do ISEB” In: TOLEDO, Caio Navarro de. *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 104-105.

ALMEIDA, Cândido Antonio Mendes de. *Nacionalismo e desenvolvimento*. Revista do Clube Militar, Rio de Janeiro, 1957.

\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento e problemática do poder*. Síntese Política, Econômica e Social, Rio de Janeiro, v. 4, n. 14, p. 60-91, abr./jun. 1962.

\_\_\_\_\_. *Nacionalismo e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IBEEA, 1963.

\_\_\_\_\_. *Perspectiva atual da América Latina*. 2. ed., Rio de Janeiro: ISEB, 1960 (Textos brasileiros de história, 1).

\_\_\_\_\_. ISEB: fundação e ruptura. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

ARENDRT, Hannah. *O que é política? Fragmentos das Obras Póstumas compiladas por Ursula Ludz*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p 23.

BAER, Wernwe. *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1966.

BARIANI, Edison. *ISEB: fábrica de controvérsias*. Espaço acadêmico, n. 45, fev. 2005.

\_\_\_\_\_. *Guerreiro Ramos e a redenção sociológica: capitalismo e sociologia no Brasil*. Tese de doutoramento em Sociologia. Programa de pós-graduação da CAPES. 2008.

BENEVIDES, Maria Vitória. *O Governo Kubitscheck. Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política (1956-1961)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRESSER PEREIRA, L.C. *Populismo econômico: ortodoxia, desenvolvimentismo e populismo na América Latina*. São Paulo: Nobel, 1991.

\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento e crise no Brasil: 1930-1983*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. *O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido*. Dados: Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 49-84, 2004.

CASTANHO, S.E.M. *Nasce a nação: Roland Corbisier, o nacionalismo e a teoria da cultura brasileira*. Campinas: Doutorado (tese), Faculdade de Educação, Unicamp, 1993.

CARMONA, Ronaldo. *Revisitando a experiência do ISEB*. Revista Princípios, nº 80. São Paulo: Portal Vermelho, 2007.

CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC, 1985.

CORBISIER, Roland Cavalcanti Albuquerque. *Responsabilidade das elites*. São Paulo: Martins, 1956.

\_\_\_\_\_. *Brasília e o desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

\_\_\_\_\_. *O nacionalismo segundo ISEB*. In: *Filosofia e crítica radical*. São Paulo: Duas Cidades, p. 17-23, 1976.

\_\_\_\_\_. *Formação e problema da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958 (Textos brasileiros de filosofia, 3).

\_\_\_\_\_. *Autobiografia filosófica. Das ideologias à teoria da práxis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CÔRTEZ, Norma. *Esperança e democracia. As idéias de Álvaro Vieira Pinto*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2001.

CZAJKA, Rodrigo. *Praticando delitos, formando opinião: intelectuais, comunismo e repressão no Brasil (1958-1968)*. “Auto de Busca e Apreensão. Página 3”. Tese de doutorado. Unicamp, 2009.

DEBERT, Guita Grin. *A política do significado no início dos anos 60: o nacionalismo no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e na Escola Superior de Guerra (ESG)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986, 2 v.

\_\_\_\_\_. O Desenvolvimento Econômico Acelerado no discurso populista. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 8, p. 39-56, 1986.

DEBRUN, Michel. *Ideologia e realidade*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959 (Textos brasileiros de filosofia, 5).

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *A Ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

FERREIRA, Jorge. “1946-1964: a experiência democrática no Brasil”. *Revista Tempo*. Vol. 14, Nº 28. Jun/2010.

FREITAS, Marcos Cezar de. *Alvaro Vieira Pinto: a personagem histórica e sua trama*. São Paulo: Cortez: USF-IFAN, 1998.

FURTADO, Celso. *Perspectivas da economia brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil. Notas sobre a trajetória de um conceito. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol I, n. 2, 1996, pp. 31-58.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, Volume 2 – Os Intelectuais. O princípio Educativo. Jornalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HACK, Josias Ricardo. *Um general conta sua história*. Artigo escrito para o site Sala de Prensa. [www.saladeprensa.org/art241.htm](http://www.saladeprensa.org/art241.htm)

HERNANDEZ, Leila Leite. *Introdução ao pensamento de Hélio Jaguaribe: seus artigos de 1949 no Jornal do Comercio*. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 36-45, jan. 1989.

IANNI, Octávio. *Neobismarkismo (ISEB)*. In: *O ciclo da revolução burguesa*. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, p. 55-62, 1985.

INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS. *Introdução aos problemas do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC/Departamento de Imprensa Nacional, 1956.

JAGUARIBE, Hélio. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: Ed. Fondo de Cultura, 1962.

\_\_\_\_\_. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

\_\_\_\_\_. *O Problema do Desenvolvimento Econômico e a Burguesia Nacional*. São Paulo: Fórum Roberto Simonsen, 1958.

\_\_\_\_\_. *Condições institucionais do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

\_\_\_\_\_. *Para uma política nacional de desenvolvimento*. Conselho Nacional do Trabalho, Rio de Janeiro, jan./mar. 1956.

\_\_\_\_\_. *A filosofia no Brasil*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.

\_\_\_\_\_. *Sucinta análise do nacionalismo brasileiro*. Revista do Clube Militar, Rio de Janeiro, 1957.

\_\_\_\_\_. *20 anos: breves reflexões sobre o IBESP e o ISEB*. Jornal do Brasil, 25/09/1977.

\_\_\_\_\_. ISEB – Um breve depoimento e uma reapreciação crítica. *Cadernos de Opinião*, nº 14, out./nov. 1979 pp. 94-110

\_\_\_\_\_. Entrevista. In: BARROS, Luitgarde O.C.; KUMASAKA, Hiro Barros. Depoimentos orais – Arquivos históricos do CLE/Unicamp. 09 de março de 1988.

\_\_\_\_\_. Entrevista ao Jornal da Unicamp. Edição 256. 21 a 27 de junho de 2004.

\_\_\_\_\_. O ISEB e o desenvolvimento nacional. In: TOLEDO, Caio Navarro de. (Org.) *Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

KONDER, Leandro. “História dos intelectuais nos anos 50”. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. 3ª ed., São Paulo: Contexto, 2000.

LEOPOLDI, Maria Antonieta. Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do governo JK (1956-60). In: GOMES, Angela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

\_\_\_\_\_. “O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no Segundo Governo Vargas” In: GOMES, Angela de Castro. *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

LIMOEIRO, Mirian. *Ideologia do desenvolvimento: Brasil: JK-JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

LOVATTO, Angelica. A utopia nacionalista de Helio Jaguaribe e os tempos do ISEB. *Revista Lutas Sociais*, n. 3, 1996.

MANOEL, Ivan Aparecido; VALE, Antonio Marques. *Roland Corbisier, intelectual da cultura no ISEB e no MEC hemiplégico, nas décadas de 1950-60*. Artigo apresentado no IV Congresso Brasileiro de História da Educação. Goiânia, 2006.

MARINHO, Luiz Carlos de O. *O ISEB em seu momento histórico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986.

MARTINS, L. *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Saga. 1968.

MIGLIOGLI, Jorge. “O ISEB e a encruzilhada nacional”. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.18, n.35, p.329-360, 1998.

\_\_\_\_\_. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, J.; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.) *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. 4ª edição, São Paulo: Ática, 1980

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

OLIVEIRA, Lucia Lippi de. *A sociologia de Guerreiro Ramos*. Trabalho apresentado no Seminário *O projeto da UNESCO: 50 anos depois*, organizado pelo Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, 2004.

OLIVEIRA, Márcio de. *O ISEB e a construção de Brasília: correspondências míticas*. Soc. estado., Mai/Ago. 2006, vol.21, no.2, p.487-512. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. 5ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.

PAIM, Gilberto. *Industrialização e economia natural*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Alexsandro Eugênio. "Intelectuais, política e cultura na formação do ISEB"  
IN: TOLEDO, Caio Navarro de. *Intelectuais e Política no Brasil. A experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

PEREIRA, Osny Duarte. *Estudos nacionalistas: considerações à margem do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fulgor, 1960.

PINTO, Álvaro Borges Vieira. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1956.

\_\_\_\_\_. *Consciência e realidade nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

\_\_\_\_\_. *Indicações metodológicas para a definição do subdesenvolvimento*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Belo Horizonte, v. III, n. 2, p. 252-79, jul. 1963.

PINTO, João Alberto da Costa. O ISEB por ele mesmo: práticas institucionais e modelos ideológicos. In: MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

RANGEL, Ignácio. *Recursos ociosos na economia nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

\_\_\_\_\_. *Dualidade básica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *A dinâmica da sociedade política no Brasil*. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, v. 1, 1956, pp. 23-38.

\_\_\_\_\_. *A crise do poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1961.

\_\_\_\_\_. *Fundamentos sociológicos do poder nacional*. Revista do Clube Militar, Rio de Janeiro, 1957.

\_\_\_\_\_. *Condições sociais do poder nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.

\_\_\_\_\_. *Ideologias e segurança nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.

\_\_\_\_\_. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes, 1957.

\_\_\_\_\_. *Estrutura atual e perspectivas da sociedade brasileira*. Revista Brasiliense, São Paulo, n. 18, p. 48-59, 1958.

\_\_\_\_\_. *Nacionalismo e problemas brasileiros*. Revista Brasiliense, São Paulo, n. 21, p. 35-50, jan./fev. 1959.

\_\_\_\_\_. *O problema nacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1960.

\_\_\_\_\_. Entrevista com Guerreiro Ramos. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

\_\_\_\_\_. A inteligência brasileira na década de 1930, à luz da perspectiva de 1980. In: *A Revolução de 30: seminário internacional*. Rio de Janeiro: FGV; Brasília: UnB, 1983.

RODRIGUES, Marly. *A década de 50: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil* (3ª ed). São Paulo: Ática, 1996.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Desenvolvimentismo: ideologia dominante*. Tempo Brasileiro, v. 1, n. 2, p. 155-92, dez. 1962.

\_\_\_\_\_. *Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: ISEB, 1963.

SCHWARTZMAN, Simon. *O pensamento nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”*. Brasília: UNB/Câmara dos Deputados, 1979 (Biblioteca do pensamento político republicano).

SEGANFREDDO, Sônia M. Saraiva. *UNE: instrumento de subversão*. Rio de Janeiro: GRD, 1963.

SILVA, Geraldo Bastos da. *Educação e desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957 (Textos brasileiros de sociologia, 2).

SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (Org) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SOARES, L. A. Alves. *Guerreiro Ramos: a trajetória de um pensamento*. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 33-50, abr./jun. 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. *As classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.

\_\_\_\_\_. *Introdução à revolução brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

\_\_\_\_\_. *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

\_\_\_\_\_. *A verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1978.

\_\_\_\_\_. *A ofensiva reacionária*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992

\_\_\_\_\_. Entrevista. In: MORAES, Denis de. *Nelson Werneck Sodré, o ISEB e a crise de 1964*. Site Gramsci e o Brasil. 1998.

Site: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv118.htm>

\_\_\_\_\_. A repressão aos intelectuais do ISEB. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

TOLEDO, Caio Navarro de. *50 anos de fundação do ISEB*. In: *Jornal da Unicamp*. Agosto de 2005.

\_\_\_\_\_. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1982.

\_\_\_\_\_. *Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005.

TORRES, Andréa Sanhudo. *Imprensa: política e cidadania*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

VELLOSO, Monica Pimenta. “A dupla face de Jano: romantismo e populismo” In: GOMES, Angela de Castro (Org). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1991.